

# COLETÂNEA REAL CONHECER

*Multidisciplinar*

*Volume 2  
2022*

**uniatual**  
EDITORA

# COLETÂNEA REAL CONHECER

*Multidisciplinar*

*Volume 2  
2022*

**uniatual**  
EDITORA

© 2022 – Uniatual Editora

[uniatual.grupomultiatual.com.br](http://uniatual.grupomultiatual.com.br)

universidadeatual@gmail.com

**Editor Chefe e Organizador:** Jader Luís da Silveira

**Editoração e Arte:** Resiane Paula da Silveira

**Capa:** Freepik/Uniatual

**Revisão:** Respectiveos autores dos artigos

### **Conselho Editorial**

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694m Coletânea Real Conhecer: Multidisciplinar - Volume 2  
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2022. 140 p.: il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86013-02-3

DOI: 10.5281/zenodo.6084427

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Saberes. 4. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4

CDU: 001

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora  
CNPJ: 35.335.163/0001-00  
Telefone: +55 (37) 99855-6001  
[www.uniatual.com.br](http://www.uniatual.com.br)  
[universidadeatual@gmail.com](mailto:universidadeatual@gmail.com)  
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://uniatual.grupomultiatual.com.br/2022/02/coletanea-real-conhecer.html>



## AUTORES

ANDRÉ LUCAS PALMA BARBOSA  
ARIANE LIMA RIBEIRO  
ARTHUR SILVA DE ANDRADE  
CINTIA SILVA DE JESUS  
DANTE SEVERO GIUDICE  
DIEGO NONATO BASTOS DIAS  
DINORA TEREZA ZUCCHETTI  
ELENISE MARKS  
GEOVÂNIA MOURA VASCONCELOS  
JAQUELINE DA SILVA TORRES CARDOSO  
JOÃO PAULO ROCHA DOS PASSOS  
JOEL DOS SANTOS PEREIRA  
LETICIA DA SILVA SILVESTRE  
LETICIA SOLIVO  
LIVIA MARIA DODDS DE MELO  
MARIANA DE OLIVEIRA SANTANA  
MICHELE PAIVA PEREIRA  
PATRÍCIA V. N. SOBRAL DE SOUZA  
TATIANE DE OLIVEIRA  
VELEIDA CAPUÃ ANAHI DA SILVA CHALOT

## **APRESENTAÇÃO**

A obra “Coletânea Real Conhecer: Multidisciplinar - Volume 2” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

## SUMÁRIO

<p><b>Capítulo 1</b>  <b>“EU VENHO DE LONGE QUE IAIÁ MANDOU CHAMAR”:</b> O IMAGINÁRIO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA A PARTIR DA RODA DE LEZEIRA          Jaqueline da Silva Torres Cardoso</p>	<b>8</b>
<p><b>Capítulo 2</b>  <b>MIGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: O PROBLEMA DOS VENEZUELANOS NO BRASIL</b>          André Lucas Palma Barbosa; Dante Severo Giudice; Cíntia Silva de Jesus</p>	<b>19</b>
<p><b>Capítulo 3</b>  <b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA DAS GUIANAS</b>          Dante Severo Giudice; Cintia Silva de Jesus; André Lucas Palma Barbosa; Mariana de Oliveira Santana; Michele Paiva Pereira</p>	<b>35</b>
<p><b>Capítulo 4</b>  <b>AS LEGISLAÇÕES FEDERAIS EM DESCOMPASSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: EMENDAS CONSTITUCIONAIS – EC 93 E 95/2016 E LEI 173/2020 EM DESTAQUE</b>          Geovânia Moura Vasconcelos; Veleida Capuã Anahi da Silva Chalot; Patrícia V. N. Sobral de Souza</p>	<b>52</b>
<p><b>Capítulo 5</b>  <b>PANDEMIA COVID-19: UM AGENTE POTENCIALIZADOR DE TENTATIVAS E SUICÍDIOS? UM ESTUDO MULTIDISCIPLINAR ENTRE SOCIOLOGIA E PSICANÁLISE</b>          Arthur Silva de Andrade</p>	<b>77</b>
<p><b>Capítulo 6</b>  <b>JUVENTUDES E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: EDUCAÇÃO, FUTURO E TRABALHO</b>          Tatiane de Oliveira; Elenise Marks; Dinora Tereza Zucchetti</p>	<b>83</b>
<p><b>Capítulo 7</b>  <b>USO E AMEAÇAS AO RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL: IMPLICAÇÕES SOBRE O CERRADO BRASILEIRO, PASSOS E IMPASSES NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>          Leticia Solivo; Joel dos Santos Pereira</p>	<b>103</b>
<p><b>Capítulo 8</b>  <b>IMPLICAÇÕES DO HOME OFFICE NO BEM-ESTAR DOCENTE NO CONTEXTO PANDÊMICO</b>          Ariane Lima Ribeiro; Leticia da Silva Silvestre; Livia Maria Dodds de Melo</p>	<b>118</b>
<p><b>CURRÍCULOS DOS AUTORES</b></p>	<b>135</b>

**Capítulo 1**

**“EU VENHO DE LONGE QUE IAIÁ MANDOU CHAMAR”:  
O IMAGINÁRIO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DAS  
NARRATIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA A  
PARTIR DA RODA DE LEZEIRA**

***Jaqueline da Silva Torres Cardoso***

## **“EU VENHO DE LONGE QUE IAIÁ MANDOU CHAMAR”: O IMAGINÁRIO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA A PARTIR DA RODA DE LEZEIRA**

***Jaqueline da Silva Torres Cardoso***<sup>1</sup>

*Universidade Estadual do Piauí (PICOS)*

*torres.jaqueline@yahoo.com.br*

### **RESUMO**

As comunidades quilombolas são territórios de resistência cultural dos quais fazem parte grupos étnicos raciais que se identificam. Durante o processo escravocrata, uma das estratégias de resistência utilizadas pelos negros consistia na roda de Lezeira, caracterizada como uma dança composta por pares e coreografada em movimento circular. A referida dança será objeto de estudo desse artigo, cujo intuito é compreender como o imaginário social possibilita a construção de narrativas em relação à roda de Lezeira, dançada apenas na comunidade da Custaneira, localizada na cidade de Paquetá (Piauí). Como referenciais teóricos recorreram-se aos conceitos de quilombo e sua forma de organização (LEITE, 2000; ARRUTI, 1998), de processo de construção do imaginário social (PESAVENTO, 1995) como base de constituição de narrativas dessa comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) e de mitologia (CASSIRER, 1975), presente no processo de resgate da memória para construir tais narrativas.

**Palavras-chave:** Quilombo, Lezeira, narrativa.

### **INTRODUÇÃO**

Custaneira é uma comunidade quilombola localizada próxima à cidade de Paquetá, um município distante 25 km de Picos (Piauí). De acordo com Sousa (2015), em 2015 a comunidade possuía 167 habitantes divididos em 48 casas. Hoje, a atividade agrícola predominante é a produção de arroz, feijão, milho e carnaúba, além da criação de animais de pequeno porte como bode, cabra, galinha ovelha, porcos e

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da FEEVALE (Novo Hamburgo – RS).

bois. Tanto a agricultura como a criação de animais são utilizadas para o consumo na comunidade e para a venda nas regiões próximas.

A religião católica é predominante na comunidade, porém, há também o culto da umbanda, que tem forte influência do catolicismo e do espiritismo, compostos com elementos da cultura africana e indígena. Dentre as festas religiosas realizadas pela comunidade podemos destacar o festejo ao padroeiro Sagrado Coração de Jesus, a festa de São Lázaro e a Semana Santa. Durante o festejo e em datas comemorativas, a população participa de danças tradicionais como o Reisado, o São Gonçalo e a roda de Lezeira.

A roda de Lezeira, também conhecida como Lundu de Lezeira, objeto de estudo do presente artigo, é caracterizada como uma dança composta por pares e coreografada em movimento circular. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a referida roda tem a singularidade de ser “uma expressão desconhecida em outras regiões e não repetida por outros grupos, mesmo do Piauí”. Esta dança tem como coreografia a improvisação, e os pares, em movimentos ritmados, promovem a troca de parceiros (BRASIL, 2012).

Diante do que foi exposto, o presente artigo tem por objetivo analisar o imaginário social que orienta a construção das narrativas presentes no documentário “Lezeira” (2015), produzido pelo IPHAN e que retrata a roda de Lezeira da comunidade da Custaneira. Para isso, levantaremos a seguinte questão: quais narrativas foram construídas, através do imaginário social dessa comunidade, quando representam a expressão cultural e religiosa denominada como roda de Lezeira?

### **“Desde quando chegaram da África eles já dançavam a Lezeira”**

As comunidades quilombolas, na contemporaneidade, são organizações mobilizadas que buscam a resistência política, social e cultural dos negros brasileiros. Leite (2000, p. 335) utiliza o termo “quilombo contemporâneo” para representar as comunidades negras atuais. Para essa antropóloga, o quilombo é uma “forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações”. Assim, a questão que envolve essas comunidades é maior do que a legalização das terras, pois diz respeito à “reparação” de uma “dívida” do período escravocrata “que a nação

brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão” (LEITE, 2000, p. 339).

Essa ressignificação do conceito de quilombo desmistifica um pouco o imaginário social que remete aos tempos da escravidão propagada nos livros de história, a exemplo de Palmares. Se antes os quilombos eram uma “unidade fechada, igualitária e coesa”, como expressou Leite (2000, p. 341), hoje, além da busca por sua territorialidade, os quilombos são comunidades de resistência cultural, social e política que buscam espaços de produção de suas manifestações e a afirmação dos seus direitos identitários.

Mas, para compreender as manifestações culturais quilombolas, faz-se necessário o entendimento do conceito de imaginário. O referido conceito relaciona-se ao campo das representações e “se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade” (PESAVENTO, 1995, p. 15). As representações produzidas pela comunidade em relação à dança Lezeira são frutos do imaginário coletivo e remetem à época da escravidão, como aponta Arnaldo de Lima (LEZEIRA, 2015):

Desde quando chegaram da África eles já brincavam a Lezeira. E eles permaneceram cultivando essa Lezeira até hoje. E quando eles foram libertos da escravidão, eles se festejavam com as rodas de Lezeira. E mostrava a igualdade dentro dessa dança. Por que é uma roda aonde todo mundo se abraça, não exclui ninguém.

Durante o processo histórico escravocrata, várias foram as estratégias de resistência usadas pelos negros, como, por exemplo: a indisposição para o trabalho forçado; a destruição de ferramentas; o incêndio de plantações; e as fugas. Neste cenário, a Lezeira:

consistia em importante estratégia de resistência dos escravizados ao controle senhorial, pois além de diversão, os participantes se comunicavam enquanto cantavam e dançavam, sendo algumas letras meramente informações que eram repassadas. (BRASIL, 2012, p. 50).

Para Pesavento (1995, p. 15) “o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente”. Neste caso, a dança dos antepassados, esse “outro ausente”, é reelaborada pelos quilombolas contemporâneos atribuindo uma nova identidade e legitimando a própria manifestação cultural. Desde a mais tenra idade os quilombolas

se apropriam da referida dança, assim como seus pais e seus avós o faziam, como apontam as falas de Luiz Ferreira, Ana Antônia, Albertino José e Maria do Espírito Santo (LEZEIRA, 2015):

Eu conheci quando eu era menino, como esse menino aí esse neto meu aí. Eu fui falando Lezeira, eu ia olhar pra ver os outros brincar, né? É desde criança que eu conheço a Lezeira. (Luiz Ferreira de Sousa).

Eu aprendi a brincar desde menina. Desde quando eu nasci minha mãe já caminhava para essas coisas, levava os filhos e a gente chegava nos terreiros aonde a gente ia aquele movimento, aí ficava, via os outros brincar, aí começava a brincar também. Aí a gente foi crescendo e foi continuando, entrar no meio dos grandes e brincar também. E até hoje a gente brinca. (Ana Antônia da Conceição).

Desde quando me entendi na década de 40, eu sou de 41. Na década de 40 eu não rodava Lezeira mas eu já via. A minha mãe já vinha contando a tradição de Lezeira há um bocado de anos atrás, entendeu? Aí eu fui crescendo já com 12 anos eu já comecei a pular dentro da Lezeira também. E achando bom e animoso. E já pedindo para chegar o sábado para ter uma Lezeira. Pra nós brincar a noite. (risos). (Albertino José de Lima).

Quando eu me entendi no mundo já foi vendo os outros rodando Lezeira. Eu fui entrando também na Lezeira e fui rodando que ainda hoje participo e acho bom (risos). (Maria do Espírito Santo).

Os relatos dos quatro moradores da comunidade reforçam as representações da Lezeira para o grupo. E, nesse sentido, entendemos que o imaginário social que permeia a dança é, como caracteriza Pesavanto (1995, p. 23), a “força reguladora da vida coletiva” na medida em que este imaginário vai “normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema”. O imaginário social referente à dança não ficou preso ao passado escravista, pois ele está presente na contemporaneidade com outras referências simbólicas, novas relações de poderes, novos anseios, novas esperanças e novos temores estabelecendo novos paradigmas.

As representações presentes no imaginário social contribuem para a construção e difusão de arquétipos. A preservação dos costumes e das tradições dos antepassados fez-se necessária para que esses quilombolas criassem espaços simbólicos para se situarem no mundo.

Outro ponto a ser destacado é a estrutura da dança. A maneira como ela é conduzida — em forma circular — denota a igualdade entre os componentes. Nessa dança não existe um primeiro ou último, o que estimula os integrantes a respeitar e a aceitar a diversidade. Assim, todos são protagonistas nesse processo de conhecimento e reconhecimento narrativo:

Se for 10 homem é 10 muié. Se for 12 homem é 12 muié. Se for 20 homem, é 20 muié, 40 pessoas, né? Quer dizer, que é os pares né? O lado das muié, com os homem, aí roda e vai fazendo o círculo e vai trocando. Os homem pegando nas muié e as muié pegando nos homem. E vai fazendo o círculo de uma maneira como diz a história e o pano cobrindo (risos). (Luiz Ferreira de Sousa).

Nos relatos observamos que os moradores referem-se à roda como uma brincadeira. A dança é vista como uma comemoração ou celebração da vida para manter vivos a tradição e os costumes. É o sentimento de união e de espírito comunitário que prevalece entre os membros. Dessa maneira os sujeitos sociais se narram, conhecem o outro a partir dessas narrativas e fortalecem a construção da memória quilombola.

A dança também tem uma relação muito próxima com a umbanda, como apontam as falas de Arnaldo de Lima e de Maria do Espírito Santo, respectivamente:

Ela tem um... pela sua forma de cantar, de dançar, ela tem ligação com a umbanda. (Arnaldo de Lima).

Minha religião é assim... minha religião é religião católica, que a gente acompanha a igreja, acompanha a Lezeira, que é as cultura, né? A gente sempre que mexe com os Quilombos, tem que dar uma mexidinha com tudo. (Maria do Espírito Santo).

No documentário verificamos que a roda de Lezeira também se faz presente nas festividades religiosas católicas:

Inclusive tem a igreja aqui... vai todo mundo ali pra reza, quando termina, vai brincar Lezeira. (Edimilson Pereira da Silva).

E na novena a gente começa a festa de São Lázaro e de São Gonçalo sempre de primeiro, a novena. Se reza o terço, aí em seguida faz ali a festa de São Lázaro. E aquela pessoa, dono da promessa deles, bota 14 cachorros. Deles, é 7 e com nós é 7. E aí aqueles cachorros vão participar da refeição primeiro do que os seres humanos. Depois da festa de São Lázaro, aí a gente tem a roda de São Gonçalo. A Lezeira é presente na festa. (Arnaldo de Lima).

Uma das atividades desenvolvidas pelo grupo é o corte da palha da carnaúba. Trata-se de um processo desgastante e insalubre, como explica Valdemir Ferreira de Sousa:

No inverno, a gente é na da roça. Aí quando para, que bota as coisas pra dentro de casa aí enfrenta a palha, né? Aqui primeiramente é o foice quem

derriba. Aí segundo é o aparador, apara aquelas talas lá, né? O Enfeixador, como nós tava enfeixando ali, né? Nós somos o enfeixador. E depois é o menino ali que é o carreteiro. Aí depois tem o campeiro que vai espalhar as palhas pra poder secar, pra poder bater na máquina. É muito difí... É muito dependioso o serviço, que é muito perigoso, né? Acho muito difícil, quer dizer, pra quem tá puxando, né?

O pó da cera de carnaúba é encaminhado para Fortaleza, como explica Arnaldo: “Aí depois de tirar o pó vai para as fábricas. É... em Picos. Fortaleza, pra... a cera, dizem que é feita até esses materiais aí de televisões, aquelas caixas, vasilhas plásticas e enfim...”.

Após o labor, uma forma de suportar o trabalho braçal, mas também de agradecer a realização da extração da palha, é a roda, que se torna um enfrentamento aos desafios cotidianos:

Quando a gente trabalha que finda o dia, a gente tá ali livre, e a roda de Lezeira traz este complemento deste trabalho dando alegria e o prazer de que a vida é pra ser vivida. (Arnaldo de Lima).

Mesmo você passando o dia na luta, trançando, mas na hora da Lezeira não tem cansaço. (Ana Maria da Conceição).

Nós derrubava palha o dia todo. E de noite nós ia pra roda de Lezeira. Todo mundo que trabalhava lá, ia já tinha um lugar e toda a noite a gente ia pra brincar a Lezeira e de manha a gente ia pra palha. Até 11h 12h da noite, Vamo dormir? Pro barraco. E de manhã ia puxar palha. E de noite a Lezeira: Vamo de novo? Vamo! Todo dia a gente ia e brincava mesmo... a poeira tava fina dentro do carnaubal (risos). (Luis Ferreira de Sousa).

Os instrumentos utilizados pelos músicos são o triângulo, o maracá, o pandeiro, a zabumba e o tambor feito de pau ocado. O grupo recorre a algumas improvisações na fabricação dos instrumentos, como relata Maria do Espírito Santo:

Aqui nos usa o surdo, né? Aqueles tamborzim, de couro né? Agora é casca de pau. Faz as madeiras e bota e engancha aqueles corinhos e vamos bater o tamborzinho. Tem também o maracazim, né? Às vezes aparece um trianguim...os meninos brincando. Faz aqueles de arame, de prego, né? (risos). E continuar a cantar.

Leite (2000) afirma que o quilombo contemporâneo assume uma nova postura direcionada para a “valorização das inúmeras formas de recuperação da identidade (e) a busca por tornar-se um cidadão de direitos”, além de possibilitar políticas públicas e estratégias de reconhecimento. Tendo como intuito o desejo de mudança, Leite (2000, p. 349) reforça que “o ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a

chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos”.

Quanto à forma de organização social desses grupos, Arruti (1998, p. 17) aponta que ela é eminentemente coletiva na medida em que seu território serve como “local de ‘peregrinação’, ponto de referência afetiva e identitária, que guarda a promessa de uma ‘volta’ para aqueles que foram obrigados a se retirar deles em busca de oportunidade em outras terras ou nas cidades”. Esses deslocamentos de “peregrinação” e de uma “volta” para o quilombo marcam os territórios e as formas como esses grupos se relacionam com os novos espaços.

Dentro desse contexto, podemos inferir que o quilombo contemporâneo é, como Anderson (2008) define, uma “comunidade imaginada”. Para o autor, todas as comunidades são imaginadas, mesmo as formadas por pequenos grupos, pois “mesmo os membros da mais minúscula das nações, jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32).

No caso da Custaneira, serão essas práticas de deslocamento que produzirão novos significados culturais e motivarão a criação e/ou o fortalecimento das comunidades imaginadas. Um grupo que recorre à memória para narrar-se valoriza seus costumes e tradições, construindo um sentimento de pertencimento e de identificação com seus pares (ANDERSON, 2008).

A comunidade Custaneira inclui elementos culturais de seus antepassados que, ao serem narrados, dão outros sentidos e significados às narrativas. Nesse contexto, a roda de Lezeira permite a construção coletiva, possibilita o fortalecimento dos laços de amizades antigos e viabiliza a constituição de novas amizades. Também é uma forma de manifestar o sentimento do grupo e de criar a estabilização de uma imagem que foi tão marginalizada e estereotipada.

**“Ô Noé, Ô Noé, sete anos que andô... ê Noé,  
O carregó era tão grande, mas o barquinho não afundou”**

A preservação e a propagação dos cânticos presentes no Quilombo da Custaneira constituem informações relevantes quanto à religiosidade e à história

vivenciada pelos antepassados e necessária para o fortalecimento da resistência desse povo. As narrativas contribuem para a constituição da identidade quilombola na medida em que, através dos cânticos, constroem e reconstroem a memória dessa comunidade:

Eu tava em pedra fina nas ondas fundas do mar. Sou eu Janaguna, sou eu a flor do mar. Era eu e Mariquinha na maior força do mar. Eu venho de longe que laiá mandou chamar. (LEZEIRA, 2015).

Nos dois cânticos acima, podemos verificar as narrativas mitológicas que permeiam os versos. Na primeira, são invocadas da memória as lembranças da construção da Arca de Noé para abrigar os animais antes do dilúvio. E na segunda o termo “laiá”, que significa “mamãe”, faz referência a uma expressão utilizada na época da escravidão. Na atualidade, “laiá” refere-se à mãe de santo, chefe de um terreiro de candomblé.

As narrativas míticas entoadas nos cânticos auxiliam na resignificação da vida da comunidade. Elas são elementos carregados de história e memória que transcendem a própria construção do tempo e do lugar. Cassirer (1975, p. 4) explica que a questão do mito possui uma finalidade ética e pedagógica: “a consciência teórica, prática e estética, o mundo da linguagem e do conhecimento da arte” criam e instauram regras e rituais que vão revelar o poder do mito, e por esse motivo é que o conhecimento das pessoas ocorre no domínio das formas simbólicas. Em outras palavras, é o mito que possibilitará a explicação da realidade social.

Para Cassirer (1975, p. 64), a palavra, enquanto parte formadora da narrativa, é um elemento mágico na medida em que “se converte numa espécie de arquipotência”. Assim, são as narrativas que darão ordem ao caos e buscarão a estabilização da imagem do grupo enquanto movimento quilombola de resistência.

Como podemos perceber no cântico abaixo, as narrativas vão repetir os arquétipos dos antepassados: a lida com a cana-de-açúcar nos canaviais do engenho, próprios da época escravocrata; ou o desejo pela liberdade ao avistar de longe a “serra azular”:

Dona Mariquinha eu vim lhe perguntar como se foi o canavial. No canavial eu fui muito bem. Eu plantei um pé de cana na rodeira do engenho. Ô de longe eu vi serra azul. De longe eu vi a serra azular. Ô de longe eu vi serra azul. De longe eu vi a serra azular. (LEZEIRA, 2015).

Cassirer (1975, p. 78) comenta sobre esse poder revelador da alma humana que a palavra possui e que “somente ela torna possível a permanência e a vida do homem, na comunidade; e nela, na sociedade, na relação com um ‘tu’, também assume forma determinada o seu próprio eu, sua subjetividade”. Os cânticos ora buscam narrar o contexto da colonização, expressando o sofrimento dos escravos — como nos cânticos acima — e as formas de resistência, ora narram suas relações amorosas nas histórias do cotidiano, como as que seguem:

Ô menina diz pro teu pai o que eu vou dizer pra teus irmãos que o beijinho que eu te dei quero ver quem vai impedir.

Cadê o cabo da bassoura Tereza tem? Você sabe você viu? Vi não meu bem. Cadê o cabo da bassoura Tereza tem? Você sabe você viu? Vi não meu bem.

Bola nêga embola, molha o pé mas não molha a meia. Embola nêgado bola, molha o pé mas não molha a meia. Quem veio lá de Simões fazer barulho na terra alheia. Quem veio lá de Simões fazer barulho na terra alheia. Bola nêga embola, molha o pé mas não molha a meia. Embola nêgado bola, molha o pé mas não molha a meia. Quem veio lá de São José fazer barulho na terra alheia. Quem veio lá de São José fazer barulho na terra alheia. (LEZEIRA, 2015).

A roda de Lezeira sofreu mudanças e hibridações. Os contornos das narrativas atuais são desenhados pelas concepções morais, de linguagem, de vivências e novas traduções culturais dessa referida comunidade. O desejo de mudanças permanece. E são essas narrativas identitárias que fortalecerão a memória e resistência dessa comunidade.

## CONSIDERAÇÕES

O esforço da presente pesquisa foi centralizado em estudar as narrativas construídas através do imaginário social de uma comunidade quilombola quando representam a expressão cultural e religiosa denominada como roda de Lezeira, dançada no quilombo da Custaneira, no estado do Piauí. Nesta pesquisa, analisamos o documentário produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (LEZEIRA, 2015), e, por meio do aparato teórico, foi possível perceber que a roda de Lezeira, mesmo com estilo musical e coreografias voltados para a umbanda, se faz presente nas festas religiosas. É através da roda que os quilombolas buscam força para o enfrentamento dos desafios cotidianos.

Nesse contexto, os quilombolas passam a ser protagonistas de suas próprias narrativas, atribuindo novos sentidos identitários e fortalecendo a construção de outra memória quilombola, diferente das que foram solidificadas através dos livros de história. As letras dos cânticos ressaltam aspectos dos seus antepassados e práticas cotidianas. Portanto, a roda de Lezeira é mais que uma forma resistência contemporânea, ela é um dos instrumentos que regula e normatiza as relações sociais no quilombo da Custaneira.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUTI, José Maurício Andion. Comunidades negras rurais: entre a memória e o desejo. **Suplemento Especial de Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 298, p. 15-18, 1998.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Superintendência do Iphan no Piauí. **Bens negros**: referências culturais em comunidades quilombolas do Piauí. Iphan-PI, 2012.

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, IV, n. 2, p. 333-354, 2000.

**LEZEIRA**. Direção: César Crispim e Ricardo Augusto. Produção: Escalet Produções Cinematográficas. Piauí, 2015 (12min24s). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pi>>. Acesso em: 11 out. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

**Capítulo 2**

**MIGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: O PROBLEMA DOS  
VENEZUELANOS NO BRASIL**

*André Lucas Palma Barbosa*

*Dante Severo Giudice*

*Cíntia Silva de Jesus*

## MIGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: O PROBLEMA DOS VENEZUELANOS NO BRASIL

**André Lucas Palma Barbosa**

*Graduando em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).  
Membro pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e  
Geopolítica (GEPOGEO). E-mail: andre.barbosa@ucsal.edu.br.*

**Dante Severo Giudice**

*Professor Doutor em Geografia/UCSAL. Líder e pesquisador do Grupo de Estudo e  
Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica (GEPOGEO). E-mail:  
dsggeografia@gmail.com.*

**Cíntia Silva de Jesus**

*Graduanda em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).  
Membra pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e  
Geopolítica (GEPOGEO). E-mail: cintiaah@gmail.com.*

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo compreender as causas e problemas do grande número de venezuelanos que emigraram para o Brasil nos últimos anos, focando o boom da imigração ocorrido em 2018 e 2019, destacando o principal impacto dessa entrada repentina no Brasil, principalmente na região Norte parte do país. Para tanto, avaliaremos as crises políticas e humanitárias que afetam a Venezuela e forçaram as pessoas a tomar decisões sobre a realocação. Além de determinar a base legal existente para o campo da imigração brasileira, também analisaremos as principais rotas e destinos escolhidos no Brasil. A análise anterior é baseada em levantamentos bibliográficos e em materiais publicados em meio digital, jornais e outras mídias sobre o assunto, pois a literatura sobre o assunto é muito escassa. Por se tratar de um assunto recente, é importante compreender as nuances que constituem o tema central da atual agenda da imigração brasileira e as possíveis consequências dessa situação. **Palavras-Chave:** Geografia Política, Venezuela, Imigração, Fronteiras.

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo comprender las causas y problemas de la gran cantidad de venezolanos que emigraron a Brasil en los últimos años, centrándose en

el boom migratorio ocurrido en 2018 y 2019, destacando el principal impacto de esta entrada repentina a Brasil, especialmente en el norte. parte del país. Con ese fin, evaluaremos las crisis políticas y humanitarias que afectan a Venezuela y han obligado a las personas a tomar decisiones sobre la reubicación. Además de determinar la base legal existente para el campo de la inmigración brasileña, también analizaremos las principales rutas y destinos elegidos en Brasil. El análisis anterior se basa en encuestas bibliográficas y materiales publicados en medios digitales, periódicos y otros medios sobre el tema, ya que la literatura sobre el tema es muy escasa. Al tratarse de un tema reciente, es importante comprender los matices que constituyen el tema central de la actual agenda migratoria brasileña y las posibles consecuencias de esta situación.

**Palabras clave:** Geografía Política, Venezuela, Inmigración, Fronteras.

## INTRODUÇÃO

A República Bolivariana da Venezuela, 4ª maior economia da América do Sul e país com a maior reserva de petróleo do mundo desde meados de 2013 enfrenta os reflexos da queda do preço do petróleo que a colocou em situação de vulnerabilidade e crise gerada pelas políticas autoritárias do governo de Nicolás Maduro, agravado pelo boicote dos EUA.

A crise econômica, política e social que a Venezuela vem enfrentando nos últimos anos é resultado da grande variação em relação ao valor do barril de petróleo no comércio internacional e a conflitos políticos internos pautados em uma dualidade política que acaba por deixar a população envolvida numa séria crise econômica. O Estado enfrenta instabilidades políticas, corrupção, desemprego, aumento da inflação, recessão econômica, escassez de recursos básicos e violência. Para fugir das mazelas do seu país de origem, milhares de venezuelanos, pertencentes a várias classes sociais, estão migrando para países vizinhos e, pela proximidade e facilidade para atravessar a fronteira o Brasil tornou-se um dos receptores desses cidadãos que chegam pelo norte do país e se instalam de maneira improvisada nas áreas urbanas do estado de Roraima, de onde querem migrar para outros estados, em busca de emprego.

No presente trabalho, apesar dos obstáculos diante da ausência de informações bibliográficas e dados oficiais, buscou-se através de notícias sobre os acontecimentos para ter acesso aos conteúdos em que diz respeito ao tema central da pesquisa referente ao processo emigração durante o ano de 2018/2019.

É preciso ainda ressaltar o motivo de o título do trabalho se apresentar como: “Vidas Secas” Venezuelana: uma análise da diáspora. A obra Vidas Secas retrata a história de uma família de retirantes do sertão nordestino do Brasil em busca de melhores condições de vida, retratando os problemas sociais como a seca e a miséria presentes em muitas partes do sertão.

Por outro lado o termo diáspora significa o deslocamento dos povos que deixam sua terra de origem para iniciar a vida em outros países ou continentes, de maneira forçada ou por vontade própria. De uma maneira ou outra, tais povos, acabam mantendo suas origens através da tradição cultural, manutenção da língua de origem, da religião e modo de pensar e agir. Assim, no contexto crítico de diáspora os costumes de tais povos estão em constante transformação, uma vez que novos costumes acabam sendo assimilados e interferem não apenas na identidade pessoal, mas também na identidade coletiva, influenciando e refletindo a identidade cultural de determinado grupo.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O presente trabalho é de caráter bibliográfico, dessa forma, para atingir aos objetivos propostos, baseou-se na consulta de livros, artigos, jornais e revistas que abordam a imigração e a crise política existente na Venezuela, possibilitando assim uma análise teórica a respeito do aspectos sociais e econômicos, visando de modo geral, mostrar os efeitos e o processo de migração em direção ao Brasil.

## **A CRISE E VENEZUELA**

A América Latina vem sofrendo diversas crises políticas nos últimos anos. O século XX foi marcado por golpes militares seguidos por ditaduras, torturas, sequestros e crimes hediondos que estarão para sempre marcados de forma indelével na história desse continente. A República Bolivariana da Venezuela não fica de fora dos parâmetros citados anteriormente, este país vem enfrentando uma guerra de interesse desde o fim dos anos de 1980. Nesta época o país estava imerso a uma crise que envolvia corrupção e negligência administrativa causando assim o sofrimento da população que até então se via sem esperança para conquistar sua tão desejada ascensão, desenvolvimento e liberdade. É neste cenário que cresce a imagem de um libertador com discurso populista que se colocava contra contexto

político e visava devolver Venezuela ao seu posto de direito, como país próspero e desenvolvido.

O país que recebeu o nome em homenagem à cidade italiana de Veneza está longe de compartilhar as mesmas condições do país europeu. Após duas tentativas de golpe, Chávez assume a presidência eleito por uma população desesperada por mudança. Foi o escolhido do povo para repaginar a função política e ressuscitar a esperança nesta classe que se encontra abalada em toda América do Sul. No entanto, ao assumir o poder, Hugo Chávez entra em embate com uma oposição irreductível e toma decisões visando centralizar o poder econômico, privatizando o petróleo que passou a ser o motor econômico, responsável para alavancar o país. Ao centralizar a economia venezuelana na exportação do petróleo criou-se uma negligência do incentivo a outras possíveis fontes econômicas que poderiam impulsionar o país para o desenvolvimento. Esta forma faltou investimentos em ramos como a indústria de modo geral ou a agricultura. A falta de investimentos tornou a Venezuela refém de um produto que sofreu grande impacto em meados de 2015, quando o preço por barril de petróleo despencou, causando assim um grande rombo nos cofres do governo.

A maioria dos produtos comercializados na Venezuela são importados. A riqueza do petróleo permitia ao governo bancar estas importações, entretanto uma crise econômica se abateu sobre o país com a queda dos preços do petróleo, afetando o equilíbrio financeiro, elevando os preços dos produtos, e depois a sua escassez, Tudo isso afetou e empobreceu a população que não tinha mais recursos para sobreviver e resolver emigrar, sobretudo para os países vizinhos.

## **ÊXODO VENEZUELANO**

Para os imigrantes venezuelanos que fizeram a escolha de migrarem para outro país tiveram uma longa jornada para alcançar o objetivo de melhorar a qualidade de vida. A escolha do Brasil se dá pela facilidade de ser uma fronteira "seca", assim através da cidade de Santa Elena de Uairén, situada próxima à fronteira com o Brasil, é possível ir com facilidade de taxi para Pacaraima, em Roraima, cidade brasileira mais próxima, onde está situada o posto de fronteira, da Polícia Federal. Este é responsável por controlar a entrada dos venezuelanos no país. Entretanto existe um problema muito grande, a falta de informação dos venezuelanos sobre o território brasileiro. Muitos deles não faziam ideias das distâncias no Brasil assim numa primeira

etapa, eles tem de vencer os 15km que separa a fronteira da cidade de Pacaraima (RR) e uma segunda, os 215km daí até Boa Vista, a capital. Ambas não têm condições de recebê-los, e como não tem recursos, passam por graves privações, dormindo nas ruas nas rodoviárias, ou outros locais que lhes pareçam seguros. No entanto o estado não tem condição de absorvê-los. A chegada até boa vista, é uma verdadeira epopeia, primeiro devido à desvalorização da moeda venezuelana em relação ao real, assim com muito pouco dinheiro eles aventuram pelas estradas, sozinhos ou em família, a pé ou de carona (Quando possível).

Por outro lado, os venezuelanos não tem noção das distancias no Brasil, nem sequer entre Pacaraima e Boa Vista, e se lançam à aventura movidos pela esperança. São cerca de cinco dias de caminhada muito penosa e desgastante, ao longo da qual recebem ajuda de viajantes e comunidades indígenas, e quando chegam a Boa Vista, estão faminto e destroçados, pois enfrentam além de tudo as adversidades climáticas.

Apesar de Boa Vista ser um dos primeiros destinos dos Venezuelanos muitos deles pretendem partir rumo ao sudeste do país (Muito parecido com o sonho vivido pelos moradores do nordeste do Brasil) sonhando com a possibilidade de empregos e de moradia, os venezuelanos continuam sua jornada, rumo a um local para se estabelecerem e começarem uma nova vida no país. Em meio a toda essa realidade existem refugiados que utilizem o Brasil apenas como rota para chegar a outros países como Chile, Peru, Paraguai e Argentina, devido à proximidade cultural e a facilidade linguística. Entretanto países sul-americanos como o Peru e o Equador já começaram a exigir passaporte para entrada no país. Esta exigência é um entrave ao sonho, pois o governo venezuelano dificilmente emite o documento.

Dentre os debates ocorridos no Brasil está a manutenção da não obrigatoriedade de apresentar o passaporte para entrar em território brasileiro. A presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, proibiu o fechamento das fronteiras o então Presidente Michel Temer afirmou “A nossa política é uma política de apoio aos refugiados desde o primeiro momento” (G1, 2018), tais declarações encorajam os venezuelanos a cogitar o Brasil como um destino possível nesse novo rumo de suas vidas, ou mesmo como passagem para outros países.

## LEGISLAÇÃO DE IMIGRAÇÃO BRASILEIRA

Com o intuito de proporcionar uma análise ampla sobre o tema, no que tange a participação brasileira é importante examinar os aspectos legais da imigração no país. A política migratória nacional oscila entre períodos de intensas restrições à entrada de estrangeiros, onde o principal argumento é a defesa a soberania nacional, e outros mais afáveis, como no pós Segunda Guerra e na redemocratização do país. Numa perspectiva mais recente, o fluxo de imigrantes haitianos recebidos pelo país a partir de 2010 possibilitou uma reflexão por parte da sociedade civil e do Estado a respeito da situação dos imigrantes no Brasil.

Aplicando nosso estudo numa fase mais recente da política migratória brasileira, mais especificamente do pós-redemocratização aos dias atuais percebemos que a agenda de imigração ainda era regulada pelo defasado Estatuto do Estrangeiro não obstante sua reformulação até meados da década de 1990. Oriundo do Regime Militar, o Estatuto era orientado predominantemente para a segurança nacional que atuava como agente seletivo e classificador dos imigrantes no Brasil.

Criaram-se o Programa Nacional de Direitos Humanos (1996), o Comitê Nacional Para Refugiados em 1997 (CONARE), o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) orientado principalmente para a migração laboral. O Acordo sobre Documento de Viagem dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados que facilitou a migração entre os Estados pertencentes ao bloco<sup>2</sup>, entre outras ações que criaram a base legal das questões de imigração no Brasil, todavia, esses órgãos parecem ser ainda insuficientes para o estabelecimento de uma política efetiva e prática no cenário nacional.

Com a reformulação política, e em toda sua relação internacional diplomática, que o Brasil vem passando desde a transição de governos que agora está sob a liderança de Jair Bolsonaro (2019), o país se aliou a Colômbia e Estados Unidos com o discurso de oferecimento de ajuda humanitária aos venezuelanos tendo direta e indiretamente apoiado a deposição do governo Maduro em favor da oposição política venezuelana representada pelo autodeclarado presidente Juan Guaidó. A tensão

---

<sup>2</sup> São países integradas do Acordo desde sua modificação em 2014: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

entre os países que fizeram frente a indignação do mundo perante o regime ditatorial bolivariano tornou-se ainda mais exigente com o fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela, em fevereiro de 2019. A iminência de um conflito armado entre os países supramencionados e o governo de Maduro que continua apoiado por uma parcela da população e militares de alta patente é clara, afirmada até mesmo pelo International Crisis Group <sup>3</sup> (Revista Época, 2019) o que transforma negativamente as expectativas em relação a recepção de mais venezuelanos no Brasil. O caminho que esses países vêm trilhando em direção a uma solução radical imposta a República Bolivariana da Venezuela pode ter dois desfechos distintos sobre o fluxo migratório: intensificá-lo já que a Venezuela pode ficar ainda mais desestabilizada no pós-conflito, ou reduzi-la se as condições necessárias para o retorno e permanência dos venezuelanos em seu país forem oferecidos, pelo novo governo estabelecido.

## **RORAIMA E VENEZUELA, ANÁLISE DAS INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS**

Através do que foi visto, as dificuldades econômicas que atingiu a população venezuelana, sobretudo as mais carentes, foram obrigados a migrar, não obstante a instável situação política na qual o Brasil encontrava-se, eles escolheram esse país como refúgio temporário.

Os estados fronteiriços do Norte do Brasil, como mencionado anteriormente, são as portas de entrada para esses migrantes e, pelas dificuldades de deslocamento, acabam abarcando-os por tempo indeterminado. A cidade de Pacaraima em Roraima (Figura 2), exatamente na fronteira, é a mais afetada pela explosão demográfica e é também nessa região onde estão as principais dificuldades enfrentadas por imigrantes<sup>4</sup> como idioma, documentação ou ausência dela, o acesso à informação e ao mercado formal (BÓRGUS; FABIANO, 2015) tornam-se mais evidentes.

---

<sup>3</sup> Em tradução literal ao conteúdo oferecido pelo site do grupo ele é: O International Crisis Group é uma organização independente que trabalha para prevenir as guerras e moldar políticas que construam um mundo mais pacífico.

<sup>4</sup> Dados da pesquisa realizada pelo IPEA em conjunto com o Ministério da Justiça (2015).

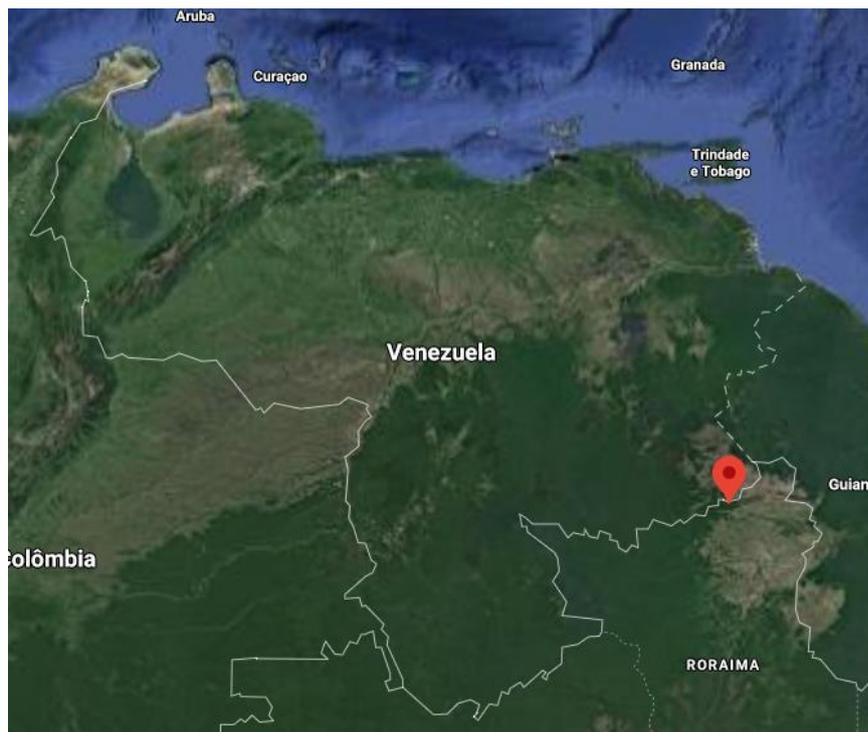


Figura 01: Pacaraima

Fonte: Elaborado pelos autores através de Google Maps, 2021

Um fato complicador nessa chegada dos imigrantes ao Brasil é que no auge da migração, Roraima encontrava-se em uma crise que está presente há alguns anos no cotidiano de seus cidadãos, esta crise sem precedentes envolve o não pagamento dos salários dos servidores, servidores estes que são responsáveis por uma movimentação de comércio, de vital importância para economia, no dia 9 de dezembro de 2018 os quartéis da Polícia Militar foram fechados por mulheres destes policiais como uma forma de protesto em luta pelo pagamento dos salários atrasados. Como agravante, delegacias de polícia civil também fecharam e o sistema penitenciário encontra-se em estado de calamidade.

Roraima possui um histórico administrativo pouco comum, que envolve renúncias, geralmente feitas com o intuito de o candidato poder concorrer a vaga no legislativo nacional, cassações por improbidades administrativas, crimes eleitorais, este estado se vê abandonado sem ter governos plenos, formados por políticas "estrangeiras" que vieram de várias regiões do país, trazendo praticas políticas viciadas, que gera uma estrutura política frágil, sem líderes que conheçam a realidade local, tornando-se reprodutores das velhas políticas sobretudo do Sul-Sudeste, e

desta forma não preparados para administrar a realidades locais, como é o caso dos recentes refugiados.

Sem dúvida o histórico brasileiro de receber refugiados, nos moldes da migração venezuelana se restringe à experiência com os haitianos que migraram para o Brasil fugindo da extrema miséria, mas sobretudo após o terremoto devastador de 2010, que aprofundou o problema. Entretanto o país não desenvolveu uma política efetiva para lidar com essa problemática. Ambas as situações contrariam as especificidades de imigrações que, contrariando o senso comum, não está inserido na categoria de refugiados. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), somente será considerado refugiado o indivíduo que:

- I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se proteção de tal país;
- II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III – devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Analisando as premissas percebe-se que os órgãos ligados a proteção e inserção dos refugiados não podem efetivamente estruturar políticas para os imigrantes venezuelanos. Em verdade, a maior parte desses está enquadrada na categoria de “migrantes não documentados”<sup>5</sup> o que dificulta até mesmo o acesso aos serviços públicos oferecidos no país. A ação governamental de interiorização que vem sendo colocada em pauta, apesar de inteligente, ainda não atua de forma efetiva tal como deveria para tentar dispersar esse excesso de venezuelanos que estão se estabelecendo naquela região. O resultado da falta de preparo público administrativo para esses casos é verificável nos níveis federal, estadual e municipal.

Neste sentido, muitos são os transtornos às localidades receptoras e convém lembrar que esses infortúnios em sua maioria não são especificidades desse fluxo migratório em específico, são características intrínsecas ao processo de fluxos de massas que acontecem ao redor do globo e que são minuciosamente estudados pela Geografia.

---

<sup>5</sup> Segundo a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994).

Explanando o conteúdo pode-se verificar o primeiro reflexo desse processo nas ruas da cidade de Pacaraima. O acampamento de venezuelanos em espaços públicos vem transfigurando o aspecto da cidade que abrigou, no auge do período migratório, centenas de pessoas em barracos nas praças e áreas centrais. Segundo Sérgio Roxo do jornal O Globo, ainda sobre a questão de alojamento, um problema ainda maior vem surgindo e diz respeito ao grande acúmulo de lixo nas áreas urbanas e a utilização de alguns espaços como grandes banheiros a céu aberto. Fugindo dos assentamentos, alguns desses imigrantes optam por invadir imóveis subutilizados. Mesmo não constituindo uma parcela considerável esses casos merecem atenção já que essas propriedades, mesmo que vazias, possuem donos oficiais e em caso de reapropriação pode-se estabelecer relações conflitantes no local o que dificultará ainda mais a inserção das pessoas na sociedade. Nesses locais normalmente são instaladas ligações irregulares de água, luz que estão prejudicando a distribuição da cidade, além de oferecerem riscos reais de acidentes nessas propriedades. Em todos os eventos evidenciam-se dois pontos importantes: a situação degradante a qual esses cidadãos se submeteram para fugir da situação no seu país de origem e os malefícios causados, ainda que involuntariamente, à população e à infraestrutura das cidades do Norte do Brasil.

Outro item importante dentro das problemáticas causadas por essa migração é a sua relação com o aumento dos casos de violência e criminalidade. Essa, como muitas outras consequências migratórias, não é uma particularidade do Brasil e ocorreu recentemente na Alemanha, país completamente aberto a recepção de refugiados e muito bem preparado para isso, mas isso não impediu um aumento considerável nos índices de crimes cometidos por imigrantes refugiados. Essa situação pode ser verificada em toda Europa, via de regra, em menor percentual. No Brasil, de acordo com informações do jornal O Globo, houve um aumento no número de venezuelanos detidos em 2016, em sua maioria por furtos. O Departamento de Narcóticos (DENARC) do estado de Roraima afirma que existe também uma intensa participação dos venezuelanos nas relações de tráfico de drogas. A cidade de Pacaraima, supramencionada, sofria no final de 2016 com uma onda de furtos que levou os comerciantes locais a armarem-se de forma irregular para manter a segurança pessoal e dos seus negócios comprando armas do lado venezuelano da fronteira.

A exploração da mão-de-obra desses venezuelanos é também um fator que deve ser destacado. Entre 2000 e 2002 em Portugal, a título de exemplo, o aumento significativo de imigrantes no país levou a criação de uma mão-de-obra vasta, mal remunerada (quando remunerada) e sem direitos trabalhistas (FERREIRA, 2006). Dezesesseis anos depois o norte do Brasil vive uma situação semelhante. O excedente demográfico que vem atingido o país levou ao desenvolvimento de arbitrariedades no setor trabalhistas muito semelhantes às ocorridas em Portugal. Conforme afirma o jornal El País de maio 2018, há venezuelanas trabalhando como empregadas domésticas recebendo valores muito abaixo do estabelecido pela legislação trabalhista brasileira ou simplesmente sendo remuneradas com abrigo e alimentação. Isso ocorre pois, diferente da maioria dos países europeus atualmente, o Brasil ainda mantém seu crescimento vegetativo alto, não há déficit de trabalhadores. Assim, mesmo tendo capacitação, os migrantes se submetem a esses vínculos empregatícios exploratórios, pois precisam sobreviver, e o mercado de trabalho brasileiro não se encontrava nos seus melhores momentos.

A formação de movimentos xenofóbicos futuros é outro ponto importante e preocupante. O país não tem fundos de investimentos para oferecer neste momento a estrutura necessária para efetivação desses imigrantes no país. Nem mesmo serviços públicos são oferecidos para alfabetização desses venezuelanos em português a fim de facilitar sua integração social pela comunicação. Perez (2007), em seu artigo “Os efeitos da migração”, cita Grondin, integrante da Organização Internacional para Migração quando afirma que:

A perda das redes de apoio social e o isolamento ou marginalização, aliados à dificuldade de adaptação a culturas e valores diferentes aos de seu lugar de origem, podem dificultar o processo de aculturação. Outras variáveis sociais que podem agravar este processo são as barreiras de linguagem, os preconceitos sociais e étnicos, o desamparo jurídico e institucional, e a falta de acesso à previdência social. (GRONDIN, 2004).

Pode-se inferir a partir disso que sem medidas preventivas efetivas para facilitar a integração dos venezuelanos no Brasil, as situações de exploração se reverterão em casos expressivos de xenofobia no país.

Ademais, sobre as consequências do acréscimo populacional venezuelano soma-se a sobrecarga ao já precário sistema de saúde nacional. Tal como aconteceu em Portugal no episódio mencionado anteriormente, a demanda de imigrantes num país aumenta as dificuldades de acesso a um serviço de saúde de qualidade. Como mencionado, entre as deficiências de suprimento na Venezuela estão os medicamentos, e em decorrência disso, de acordo com o EL PAÍS, muitos dos venezuelanos famintos e mal nutridos que aqui chegam vêm ainda com enfermidades graves como tuberculose, leishmaniose, diabetes, subnutrição (principalmente crianças), malária e até mesmo HIV (doença que não é tratada em 80% dos casos na Venezuela), que precisam ser tratadas com urgência, abarrotando os hospitais locais. A unidade de Pacaraima, por exemplo, chegou ao final de 2016 sem estoques de antitérmicos e anti-inflamatórios.

Esse cenário constitui um conglomerado de problemas concentrados na região norte que, assim como a maioria dos estados brasileiros, não têm estrutura física e monetária para manter com qualidade de vida esse excedente populacional inesperado.

## **DESFECHO INTERNACIONAL**

Em virtude dos acontecimentos supracitados a comunidade internacional vem se mostrando presente para com os acontecimentos na Venezuela, o apoio da Rússia acarretou em movimentações dos Estados Unidos que deu início a uma tensão similar a da Guerra fria.

A ascensão de uma oposição representada por Juan Guaidó, ganhou notoriedade e apoio de países como os Estados Unidos e Colômbia, em contrapartida podemos notar esforços da China e da Rússia que configuram um grande apoio para a integridade do governo de Maduro. Em fins de Março de 2019 um avião russo desembarcou no Aeroporto Internacional Simón Bolívar carregando tropas e equipamentos militares, outro sinal de apoio que foi visto como uma ameaça pelos governos opositores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto foi possível analisar que o processo de migração venezuelana foi ocasionado pela forte crise econômica e social que afetou o país e assola o continente como um todo. Os venezuelanos utilizam o estado de Roraima para adentrar o território nacional devido a maior facilidade e assim seguir caminho rumos às principais capitais do país.

Passando pela BR-174 o trajeto é feito e ao chegar a Boa Vista os imigrantes desbravaram o território nacional dá forma que conseguem. Tal crise humanitária se perdura até os dias e hoje e com isso o processo migratório, mesmo em um ritmo menor, ainda persiste tanto na América do Sul quanto no resto do mundo.

O caso das migrações dos venezuelanos acaba por se tornar um problema de solução complicada e envolve um alvo de interesses geopolíticos continentais e Internacionais, por ser um país um grande produtor de petróleo e membro da OPEP, cujos membros são contrárias a política externa dos EUA Por outro lado, a mudança de Governo não garante uma solução para o problema.

Acreditamos que os países da América Latina deveriam com o apoio da OEA. A organização dos Estados Americanos buscou uma solução para a crise, entretanto com a desunião entre eles devido a governos com tendências, diversas e opostas e levando em consideração o que a OEA é manipulada pelos interesses dos EUA, a solução se torna cada vez mais difícil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMFIM, N.M. GIUDICE. D.S. Crise econômica na Venezuela. 12f. Artigo. EGAL La Paz, Bolívia. 2017.
- BÓRGUS, L. M. M. FABIANO, M.LA. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 18 - Segundo Semestre de 2015 - p. 126-145.
- CAMPOREZ, P. 72 horas e fronteira: o colapso irreversível da Venezuela. Revista Época. p. 64-71. 2019.
- DELGADO, F. STIER, K. FEBRARO, J. MARQUES, J.V. Precisamos falar sobre a Venezuela: impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil. Caderno Opinião. FVG Energia. 2017.
- FERREIRA, Alexandra Daniela. Et al. Migração. 29f. Artigo avaliativo. Universidade de Coimbra. Horizontes Sociais. Janeiro. 2006.
- OLIVEIRA, A.T.R. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. Revista brasileira estudos de população. Vol.34 no. 1 São Paulo Jan./Apr. 2017.

PERDOMO, Rosa Pérez. Os efeitos da migração. 13f. Artigo. Ethos Governamental. 2007.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo Perspec. vol. 19 no. 3 São Paulo July/Sept. 2005.

## PÁGINAS DA INTERNET

A CRONOLOGIA DA CRISE MIGRATÓRIA EM PACARAÍMA E FRONTEIRA ENTRE BRASIL E VENEZUELA. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45242682>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

A CRISE NA VENEZUELA TAMBÉM É NOSSA. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/13/opinion/1510586519\\_636482.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/13/opinion/1510586519_636482.html). Acesso em 25 de janeiro de 2021.

CASAS VAZIAS, UM SINAL DA DIÁSPORA VENEZUELANA. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/mundo/noticia/2018/09/casas-vazias-um-sinal-da-diaspora-venezuelana-10588231.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS 1951. Disponível em:

[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em 25 de janeiro de 2021.

FORÇA NACIONAL COMEÇA A ATUAR NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E VENEZUELA. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/forca-nacional-comeca-a-atuar-na-fronteira-entre-brasil-e-venezuela.ghtml>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

MAIS DE 75 MIL VENEZUELANOS PEDIRAM PARA SE REGULARIZAR EM RORAIMA. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/06/mais-de-75-mil-venezuelanos-pediram-para-se-regularizar-em-rr-entre-2015-e-agosto-de-2018-diz-casa-civil.ghtml>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

NOVA LEI DE MIGRAÇÃO. Disponível em: <https://www.politize.com.br/nova-lei-de-migracao/>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

PRESENÇA HAITIANA AJUDOU A TRANSFORMAR O DEBATE SOBRE MIGRAÇÕES NO BRASIL. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2017/07/31/presenca-haitiana-ajudou-transformar-o-debate-sobre-migracoes-no-brasil>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

PREFEITO DE PACARAÍMA, RR, ESTUDA DECRETAR SITUAÇÃO DE CALAMIDADE POR CONTA DA IMIGRAÇÃO VENEZUELANA. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/prefeito-de-pacaraima-rr-estuda-decretar-situacao-de-calamidade-por-conta-da-imigracao-venezuelana.ghtml>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

TEMER CITA CRISE E VENEZUELA E PEDE COMBATE A INTOLERÂNCIA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/na-onu-temer-cita-crise-na-venezuela-e-pede-combate-a-intolerancia/>. Acesso em 25 de janeiro de 2021

VIDAS SECAS NA VENEZUELA. Disponível em: <https://jovempan.uol.com.br/opiniao-jovem-pan/vidas-secas-na-venezuela.html>. Acesso em 13 dezembro 2018.

VENEZUELANOS LEVAM O CAOS A RORAIMA. Disponível em:  
<https://oglobo.globo.com/brasil/venezuelanos-levam-caos-roraima-20419502#ixzz5Fgpi7ZXI>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

**Capítulo 3**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA DAS  
GUIANAS**

***Dante Severo Giudice***

***Cintia Silva de Jesus***

***André Lucas Palma Barbosa***

***Mariana de Oliveira Santana***

***Michele Paiva Pereira***

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA DAS GUIANAS

**Dante Severo Giudice**

*Prof. Assistente da UCSAL/BA. Doutor em Geografia. Líder do Gepogeo.*

*dasegu@gmail.com*

**Cintia Silva de Jesus**

*Licenciada em Geografia pela UCSAL/BA. cintiaah@gmail.com*

**André Lucas Palma Barbosa**

*Graduando em Geografia pela UCSAL/BA. lucas.palma.edu@gmail.com*

**Mariana de Oliveira Santana**

*Mestra em Planejamento Territorial pela UCSAL/BA. maryolivier95@gmail.com*

**Michele Paiva Pereira**

*Mestra em Planejamento Territorial pela UCSAL/BA. Mestra em Geografia pela*

*UFBA. pmichele765@gmail.com*

### **Resumo**

Este trabalho é uma produção do grupo de pesquisa – GEPOGEO, Grupo de Estudo e Pesquisa em Geografia Política e Geopolítica, da Universidade Católica do Salvador, tendo em vista o grande desconhecimento que existe à respeito desses nossos vizinhos, mas que tem sua importância no contexto da América, em especial na América do Sul, pois se pretendemos constituir um bloco, certamente teremos de envolvê-los, apesar das grandes diferenças existentes, e de sua peculiar geopolítica. Para elaboração do trabalho foi utilizado a metodologia de revisão bibliográfica, e levantamento de material publicado em meio digital, jornais e revistas.

Palavras chaves: Geopolítica. Guianas. América do Sul,

### **Resumen**

Este estudio es parte de la investigación del grupo de pesquisa – GEPOGEO, grupo de Estudios y Pesquisa en Geografía Política y Geopolítica en la Universidad Católica de Salvador, trato de ver la gran ignorancia que existe respecto a estos vecinos, pero que tiene su importancia en el contexto americano, en particular en América del Sur, porque se deseamos formar un bloque, sin duda tendrá que incluirlos, a pesar de las

grandes e importantes diferencias, y su peculiar geopolítica. Para la elaboración del trabajo se utilizó la metodología de revisión bibliográfica y el relevamiento de material publicado en medios digitales, periódicos y revistas.

Palabras Claves: Geopolítica. Guianas. America del Sur..

### **Abstract**

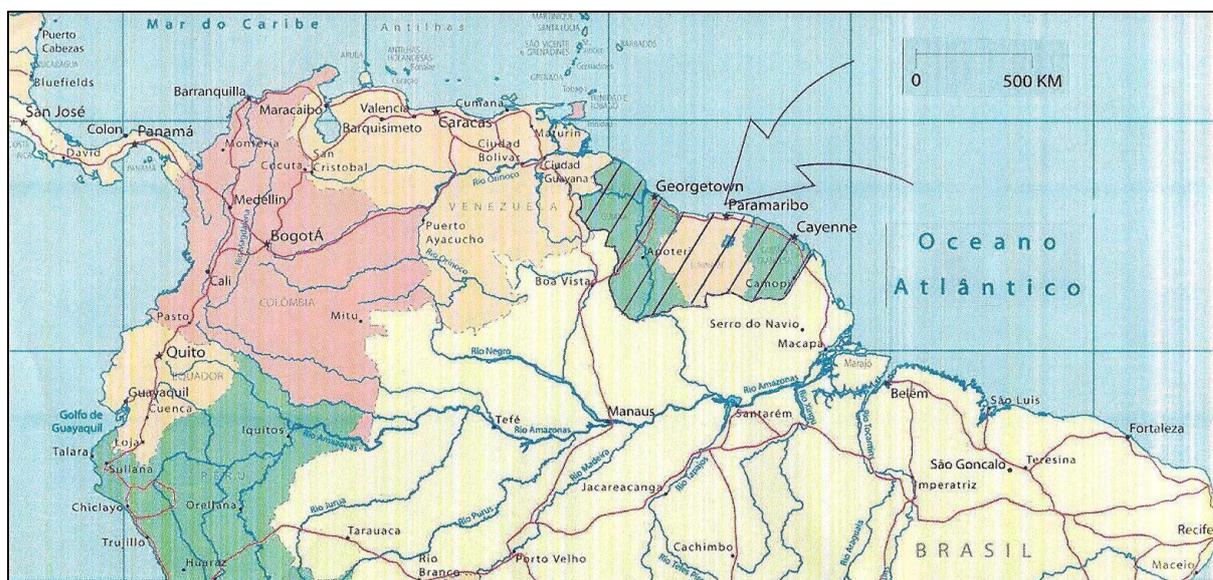
This work is produced by the research group – GEPOGEO, Study and Research Group in Political and Geopolitical Geography, at the Catholic University of Salvador, I try in view the great ignorance that exists concerning these neighbors, but has its importance in the American context, particularly in South America, because they wished to form a block, we will certainly have to involve them, despite major differences, and its peculiar geopolitics. For the elaboration of the work, the bibliographic review methodology was used, and the survey of material published in digital media, newspapers and magazines.

**Keywords:** Geopolitics. Guyanas. South America.

### **Introdução**

Conhecemos como Guianas, os três enclaves (Guiana, Suriname e Guiana Francesa – Figura 1) onde os povos ibéricos não são predominantes na América do Sul. A região recebeu este nome devido ao planalto que a separa da bacia amazônica (geologicamente chamado de maciço das guianas), e fazia parte das terras coloniais hispânicas, definidas no Tratado de Tordesilhas. Entretanto, como a ocupação não se deu de imediato, a região começou a sofrer invasões dos impérios que chegaram posteriormente à corrida da conquista da América (França e Inglaterra, envolvidas na guerra dos cem dias, e a Holanda). Originalmente a região era habitada por índios aruaques, tupis e caraíbas antes da chegada dos espanhóis no século XV. No século XVI os ingleses se estabeleceram na região como colonizadores, no vácuo deixado pelos espanhóis. A Inglaterra em 1667 cedeu o território à Holanda e em troca ficou com a cidade de Nova Amsterdã (atual New York, nos EUA), no entanto somente após o Congresso de Viena (reunião feita pelos países que derrotaram Napoleão Bonaparte) é que a Holanda se firmou no poder.

Figura 1 - Localização



Fonte: Adaptado de [www.sitesatlas.com](http://www.sitesatlas.com), acessado em 04.01.2020.

### Caracterização das Guianas

Guiana em dialeto indígena significa “costa selvagem, país das águas”. Segundo Castro,

[...] a homogeneidade estrutural do planalto é notória como é também característico o seu isolamento geográfico em face do Atlântico/Bacia do Orenoco/Bacia Amazônica, justificando a sobrevivência geopolítica da Guiana colonizada pelos ingleses, do Suriname pelos holandeses e da Guiana Francesa, um departamento de ultramar francês. O que impediu, por outro lado, que a América do Sul viesse a se constituir numa iberoamérica. (CASTRO, 1981, p.5).

As Guianas situam-se na porção norte da América do Sul, fazendo fronteira com o Brasil e a Venezuela, sendo banhadas pelo oceano Atlântico. Possuem litoral baixo e pantanoso, sem grandes rios que favoreçam a interiorização. A Guiana e o Suriname são países independentes, enquanto que a Guiana Francesa é um território ultramarino francês. Tem características peculiares, estados recentes, fracamente

povoados, população concentrada no litoral, tem a menor extensão territorial, composição étnico-cultural complexa e diversa, falam idiomas distintos, muito ligados às suas matrizes coloniais, voltados para vertente do Caribe, com quem mantêm mais afinidades, e pouco ligados aos vizinhos terrestres.

Desta forma Visentini afirma:

Tudo isso permite caracterizá-los como “uma outra América do Sul”, distinta da platina e da andina. Nesse contexto, representam, portanto, um desafio à política externa brasileira e uma espécie de “nova fronteira” do processo de integração sul-americano. Além disso, o curto período de vida independente (a Guiana quatro décadas e o Suriname três) foi caracterizado por forte instabilidade política. Regimes autoritários e experiências com modelos alternativos, em meio ao declínio econômico, se alternaram com frágeis democracias parlamentares, marcadas por um baixo índice de governabilidade, pela fragmentação partidária e, muitas vezes, pela semi-paralisação administrativa por parte do Estado. (VISENTINI, 2009, p.1).

Inicialmente toda a região foi ocupada pelos holandeses que chegaram à foz do rio *Essequibo* fundando (1616) a cidade que viria se tornar Georgetown, e constituía o que viria a ser conhecido como Antilhas Holandesas. A ocupação francesa se deu logo depois, com criação de feitorias, se consolidando mais tarde com a fundação de Caiena (1674), na foz do rio *Comté*. Os ingleses foram os últimos a chegar, no fim do século XVIII, quando invadiram a região e fundaram três pequenas colônias, em terras ocupadas pelos holandeses.

Ao contrário dos demais países colonizados pelas metrópoles europeias, as guianas, a exceção da francesa que permanece como colônia, ficaram independentes mais tardiamente que os países asiáticos e africanos, já que aqui não havia se consolidado nem forças políticas voltadas para movimentos separatistas, nem consciência nacional (Visentini, 2009).

A **Guiana** tem a menor renda per capita sul-americana, apenas 1.375 dólares, superfície em torno de 215 mil km<sup>2</sup>, população estimada de 770 mil habitantes (2010), expectativa de vida na faixa intermediária (66,7 – estimada em 2010), e baixa densidade demográfica (3,3 hab./km<sup>2</sup>). Devido ao pouco povoamento, foram trazidos

povos de outras colônias da Ásia, sobretudo indianos, o que dá ao país uma composição étnico-religiosa bem diversa do perfil sul-americano (vide Quadros 1 e 2).

A população urbana se concentra basicamente na capital Georgetown que possui cerca de 240 mil habitantes (2010), e concentra cerca de 32% da população total. O PIB é baixo (1,1 bi) e equivale a um terço do da Guiana Francesa. Tem IDH de 0,706 (1998), e analfabetismo de 1,5 %.

Os movimentos separatistas tomaram impulso na década de 1950, graças ao PPP (Partido Popular Progressista) de linha socialista. Vários conflitos aconteceram mesmo depois de concedida alguma autonomia por parte da Inglaterra (1953) o que levou a promulgação da independência plena, em 1966, embora dentro da Comunidade Britânica de Nações, vindo a se constituir “a primeira república cooperativa do mundo” (Visentini, 2009).

O **Suriname** tem população de cerca de 600 mil habitantes (2019), segundo dados do Banco Mundial, sendo que 12% são brasileiros, de modo geral clandestinos. A expectativa de vida da população é de 73 anos (estimativa de 2009), com crescimento anual de 1,3 %, ao contrário da Guiana que teve crescimento negativo no mesmo período. A densidade demográfica é de 2,55 hab./km<sup>2</sup>.

Metade da população é urbana e concentra-se na capital (Paramaribo), como na Guiana. O PIB é de aproximadamente 3 bilhões de dólares (2010), com renda per capita de apenas 1.660 dólares. Politicamente se constitui de nove distritos. O índice de analfabetismo atinge 5,8% (2000), e o IDH é de 0,766 (1998).

Da mesma forma que a Guiana, o Suriname viu nascer seu movimento nacionalista após a Segunda Guerra Mundial, pois o contexto geopolítico passou a mudar e também porque as nações europeias terminaram a guerra totalmente arrasadas, tanto física, quanto economicamente. Assim, o *National Party Kombination* (NPK) de base predominantemente crioula, e que se constituía de quatro partidos de esquerda, assumiu a bandeira da independência. Entretanto, esse ideal separatista não era comungado pelo partido de oposição dominado por comerciantes e empresários indianos. A independência concedida à Indonésia em 1954, ainda que dentro do Reino Tripartido da Holanda, aguçou ainda mais os idealistas locais, ainda que divididos etnicamente, e pertencentes a partidos diferentes, conforme a sua origem. Em 1973 o NPK dá lugar ao Partido Nacional do Suriname, em 1975 é declarada a independência.

Como aconteceu com as colônias portuguesas na África, praticamente um terço da população que possuía cidadania holandesa, migrou para a Holanda, deixando um enorme vazio populacional, e provocando uma grande crise devido a falta de quadros técnicos e administrativos, o que produziu estagnação e retrocesso no processo produtivo da nova nação.

Conforme Visentini,

Tanto a Guiana como o Suriname ascenderam à independência durante um período caracterizado pela ascensão do terceiro-mundismo e do movimento dos países não alinhados, o que refletiu na vida política de ambas nações. (VISENTINI, 2009, p.2).

A **Guiana Francesa** é um departamento ultramarino da França, situado na costa setentrional do continente, e desta forma se apresenta como parte da União Europeia, no contexto da América do Sul. Apresenta uma peculiar situação jurídica e política, pois geograficamente está situada no contexto amazônico, é histórica e culturalmente caribenha, mas, sobretudo, é um enclave europeu na América.

Por razões políticas-administrativas se mantém isolada no continente, tendo seus intercâmbios econômicos ligados à França, UE e Antilhas francesas. As ligações terrestres são precárias, assim uma única estrada liga ao Suriname, e na direção do Brasil, se planeja a ponte sobre o Oiapoque, enquanto os dois países trabalham para concluir o asfaltamento da estrada nos seus respectivos territórios. Também as ligações aéreas são deficientes, não existindo ligações aéreas entre as três Guianas.

Apresenta situação socioeconômica mais favorável que os vizinhos, graças a redistribuição nacional de renda na França, entretanto os indicadores sociais, sobretudo fecundidade e mortalidade infantil apresentam índices sul americanos. Estes fatores levam a aporte de verba especial da UE, o que aumenta o lado artificial da prosperidade guianense e eleva o padrão de vida que serve de atração para os vizinhos. Paradoxalmente a afiliação europeia está permitindo uma melhor inserção dentro do subcontinente.

Os quadros 1 e 2, mostram a composição étnico-religiosa das Guianas, onde fica evidente as suas diversidades.

Quadro 1 – Composição Religiosa das Guianas

	Protestante	Católicos	Hinduístas	Muçulmanos	Outros
Guiana	33%	17%	34%	9%	7%
Suriname	23%	21%	26%	19%	11%
G. Francesa	3,9%	80,7%	1,6%	0,9%	12,9%

Fonte: Adaptado/Atualizado de Adams, 1988.

Quadro 2 – Composição Étnica das Guianas

	Indo-paquistanesa	Afrodscendentes	Indonésios (Java)	Outros
Guiana	50%	40%	-	10%
Suriname	37%	40%	16%	8%
G. Francesa	4%	56,9%	-	39,1% <sup>1</sup>

<sup>1</sup> 4,9% brasileiros e 8% franceses.

Fonte: Adaptado/Atualizado de Adams, 1988.

## A Importância da região no contexto da América do Sul

Apesar de não ser economicamente uma região de destaque, tem no aspecto geopolítico sua importância.

Segundo CASTRO (1997) sob o ponto de vista fisiopolítico o solo *llanero* (por onde corre a bacia do Orenoco) facilitou a penetração espanhola, e por outro lado a irregularidade do relevo planáltico das Guianas, dificultou-a, favorecendo as invasões holandesa, inglesa e francesa que acabaram por formar o que ela chama de “quistos geopolíticos” nesta parte isolada do continente, voltada para o Caribe.

Sobretudo nas áreas de fronteira onde existe interação, a demarcação não impede o deslocamento de pessoas, que se movimentam entre os territórios delimitados, numa comprovação de que as “barreiras” impõem regras, estipulam

tempo, definem consumo, porém dificilmente impedem os acessos, influenciando até na economia local.

Desta forma se torna fundamental a integração da região, como afirma *MAZZEI* (1999, p.4), “essa integração entre os países amazônicos tem se manifestado sobretudo na interligação física, nas parcerias econômicas e tecnológicas, e nas políticas de exploração conjunta de recursos”, muito embora isso se dê ainda de forma muito lenta.

Devido a expansão da influência dos barões da droga, com a repressão na Colômbia, começaram a surgir ondas de violência que refletiram na região como um todo, e que vieram a se somar aos problemas socioeconômicos como a pobreza. Também o contrabando de armas passou a atuar na região, levando o Suriname a passar a ser denominado “Paraguai do Norte”, (Veja, 06/01/2007) onde o crime organizado torna a situação ainda mais complicada.

A intermediação de organismos internacionais, logrou alguns resultados, como na Guiana que conseguiu estabilidade macroeconômica e algum crescimento, e no Suriname, que apesar de alguns momentos de tensão, vai conseguindo lentos avanços sociais, superando a instabilidade e os conflitos abertos existentes anteriormente.

Presentemente novas perspectivas estão se abrindo para exploração dos recursos naturais já conhecidos, como o petróleo e o gás, explorado por multinacionais, em parceria com os governos da Guiana e Suriname. A exploração de ouro é mais complicada, pois é feita de forma clandestina, e por imigrantes ilegais, sobretudo brasileiros.

Enfim, a região está inserida uma das áreas mais cobiçadas pelas grandes economias mundiais em função de suas ainda não completamente mapeadas riquezas minerais, hídricas e biológicas, a Amazônia Continental – palco e alvo de uma infinidade de práticas de “predação”. Estas práticas se manifestam desde um colonialismo tradicional, como no caso da Guiana Francesa, até nas ofensivas de privatização, por parte de poderosos empreendimentos multinacionais, de serviços básicos como comunicação, infraestruturas, água e saneamento, passando por práticas de biopirataria e ocupação militar.

## A Geopolítica das Guianas Ontem e Hoje

A Geopolítica das Guianas envolve desde seus primórdios as questões de fronteiras, devido a existência de um grande problema, a integração da região ao contexto sul-americano devido ao isolamento causado pelos aspectos naturais, o que também dificulta a observância das fronteiras.

Segundo Mélo:

As fronteiras apresentam-se no imaginário social como um limite. Há nessa visão uma perspectiva de orientação geopolítica, que pensa a fronteira como um limite burocrático-administrativo(...). As fronteiras são mais que isso. (...) são também elementos simbólicos carregados de ambiguidades, pois, ao mesmo tempo em que impedem, permitem ultrapassar. (MÉLO, 1997, pág. 30)..

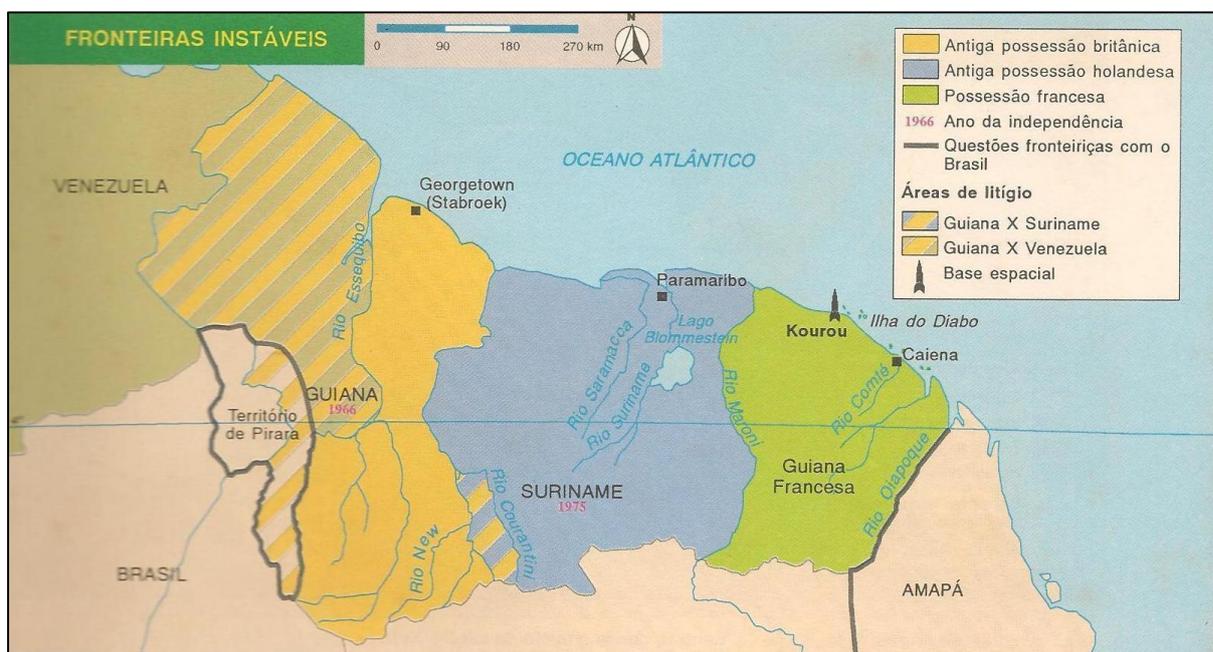
Esta afirmação corrobora com Costa, em seu livro Geografia Política e Geopolítica, onde ele diz:

As fronteiras devem ser concebidas muito mais como *zonas* que como linhas formais. A *zona-fronteira* constituiria assim, antes de tudo, uma área que se destina simultaneamente às *interpenetrações* e às *separações* entre os Estados, assumindo desse modo, respectivamente, um conteúdo econômico (o incessante movimento de mercadorias e bens em geral que circulam amplamente) e político (os territórios sob jurisdição de cada Estado). Pela sua natureza complexa, as fronteiras constituiriam antes de tudo uma “zona viva”, sejam elas naturais (quando se identificam com um dos elementos físicos), ou artificiais (linhas formais). (COSTA, 2008, pág. 53).

A delimitação das fronteiras entre as três colônias foi ratificada em 1815, no Congresso de Viena, exceto nas áreas de encontro com o Brasil e a Venezuela.

Entretanto alguns dos conflitos de fronteiras com as Guianas e entre elas foram resolvidos entre o fim do século XIX e início do século XX (Fig. 2).

Figura 2 – Conflitos de fronteira das Guianas



Fonte: Scalzaretto & Magnoli, 1996).

Em relação ao Brasil, foram resolvidos através de dois episódios. O primeiro, a Questão do Amapá, foi resolvida em dezembro de 1900. Apesar da França ter renunciado à posse do território contestado desde o século XVIII (1713 – Tratado de Utrecht), continuava a fazer incursões, provocando permanentes atritos. O Barão do Rio Branco, com arbitragem do governo da Suíça conseguiu demarcar as fronteiras favoravelmente ao Brasil, incorporando cerca 80.000 km<sup>2</sup> ao território brasileiro (Fig. 3).

A segunda questão dizia respeito ao território de Pirara, reivindicado pela Inglaterra. Apesar dos esforços de Joaquim Nabuco e do Barão do Rio Branco, a arbitragem do Rei Vitor Emanuel, da Itália, em 194, favoreceu a Inglaterra, que ficou com cerca de 65% das terras em disputa (Figura 4).

Figura 3 – Questão do Amapá



Fonte: [www.clickeeducacao.com.br](http://www.clickeeducacao.com.br)  
 acessado em 13.01.2020

Figura 4 – Questão de Pirara



Fonte: [www.clickeeducacao.com.br](http://www.clickeeducacao.com.br),  
 acessado em 13.01.2020

Entretanto, muitas das velhas questões de fronteiras continuam ainda não resolvidas, como a que envolve a Guiana e a Venezuela, e data de 1904. Segundo Castro,

Em 1904, a Guiana Inglesa expandiu seu território para oeste, ocupando imensa região florestal praticamente despovoada e reivindicava pela Venezuela. Ao longo do século, os atritos pela posse da região foram se agravando, até que o Protocolo de Porto Espanha, de 1970, estabeleceu uma moratória de 12 anos, em que as partes evitariam conflitos e ocupação da região. Em 1980, no entanto, novos conflitos estouraram na região. Desde então os atritos têm sido constantes (CASTRO, 1997a, p.32).

Outra antiga região de litígio envolve o sudoeste do Suriname e o sudeste da Guiana, onde se situam os rios *Courantini* e *New*, enclave reivindicado pelo Suriname, e invadido em meados da década de 1960, sob a alegação de que havia bases comunistas na região. O conflito se estendeu até 1970, mas continua sem solução.

Após as independências, tanto a Guiana quanto o Suriname tiveram dificuldade em consolidar a estado-nação. Assim, na Guiana pós-independência, houve por parte

do governo uma tendência à inflexão para a esquerda. Na década de 1970 foi proclamada a República Cooperativa da Guiana, de tendência claramente socialista, quando se procedeu à nacionalização da economia e à adesão ao não alinhamento. Na trilha chinesa, em 1973 mobilizou as massas numa “revolução cultural”, vindo introduzir um programa conhecido *National Service*, que tinha como objetivo aumentar a autoestima dos guianenses. Conforme Visentini,

Brigadas atuavam em tarefas destinadas a dotar a população para defender a Revolução. Em 1976, três quartos da economia estavam controlados diretamente pelo Estado, e os elevados preços dos produtos de exportação do país no mercado internacional permitiam ao governo aumentar os gastos públicos, especialmente na área social. Entre 1970 e 1975 a economia cresceu num ritmo superior a 4% ao ano. (VISENTINI, 2010, p.4).

A política externa consequentemente também mudou de rumo, e de uma linha voltada para o mundo anglo-saxônico, ganhou nova dimensão ideológica, voltadas para o não alinhamento, como já citado, para causas terceiro-mundistas e cooperação econômica com a URSS, o leste europeu e Cuba. Entretanto apesar de estar no subcontinente, a América Latina estava ausente da nova política externa que se pautava em cinco princípios, segundo Visentini (2010): não alinhamento, apoio às causas progressistas mundiais, unidade econômica do Caribe anglófono, militância antiapartheid, e integridade territorial face aos litígios fronteiriços com Venezuela e Suriname. Sobretudo com a Venezuela que reivindicava mais da metade do seu território, os conflitos foram aguerridos, tendo inclusive este país vetado a sua entrada na OEA (1967), e fomentado rebeliões no seu interior. Apesar do Protocolo de *Port-of-Spain*, a tensão permanece sem solução.

Também as relações com Washington eram complicadas e alternavam períodos de aproximação e de afastamento, devido a política externa anti-imperialista de aproximação com países socialistas, o que, aliás, também preocupava o regime policial militar do Brasil, estabelecido com o golpe de 1964.

Sempre enfrentando problemas internos, é atingida na década de 1980, pela crise da dívida, o que implicou na suspensão do pagamento do serviço, levando ao crescimento da economia informal, e a dependência de remessa de divisas dos guianenses que viviam, sobretudo na Inglaterra. Sem muita saída, o país, segundo Visentini,

[...] assinou um acordo com o FMI e permitiu às empresas transnacionais explorar as recém-descobertas jazidas de petróleo e urânio, num quadro de uma inflexão em direção ao capitalismo liberal e de uma acentuada emigração, com acentuada perda de quadros qualificados. O país carecia de infraestruturas básicas e de geração de energia. (VISENTINE, 2010, p. 5).

No Suriname a situação foi semelhante, e nos primeiros anos de independência o novo país teve de enfrentar uma situação econômica precária. A maior riqueza do país, a bauxita, era quase toda explorada por uma única empresa norte-americana, o que fazia com que o país tivesse suas exportações a era atrelada. Este fato gerava descontentamento e levou a um golpe de estado – A revolução dos Sargentos – quando surge a figura de *Deri Bouterse* que passa a ser o principal personagem do país pós-independência. A conturbada política externa repleta de reveses e os problemas internos como as greves, a revolta dos *Maroons* (negros da floresta), na fronteira com a Guiana Francesa, levou a um rompimento com a antiga metrópole e EUA, e uma aproximação com Cuba, devido ao isolamento, como aconteceu com a Guiana, e a um acordo de cooperação com o Brasil que oferecia um pacote de ajuda em troca do cancelamento da cooperação com Cuba.

Desta forma, conforme Visentini, o país envolvido neste contexto,

[...] desenvolve uma política externa mais agressiva, visando vencer o isolamento. Não possuindo conexões com o resto da América do Sul e sendo o único país de língua holandesa, o Suriname estava voltado para a Europa, que agora o boicotava. Assim como já integrava a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o Sela, a OEA, o Movimento dos Países Não-Alinhados, passou a ser membro associado do CARICON. (Visentini, 2010, p. 6).

Entretanto a instabilidade política continuou até o início da década de 1970 quando eleições livres levaram ao poder a oposição, pondo fim a era *Bouterse*. *Venetiaan* assume o poder e toma medidas para reduzir o poder político das forças armadas, põe fim à guerrilha na fronteira com a Guiana Francesa, e com a intermediação do Brasil, leva o litígio com a Guiana para ser decidido na ONU. É retomada a cooperação com a Holanda, e as relações com os EUA. No quadro econômico assume a cartilha do neoliberalismo que apesar de conseguir alguns resultados positivos, criaram, a exemplo de toda a América do Sul, uma situação social

complicada, sobretudo pelo aumento da pobreza o que levou a inserção do país na rota do tráfico de droga e contrabando, como já referido.

Por outro lado, a estabilidade política com uma sequência de eleições livres e democráticas, ainda que os partidos se definem em grande parte por linhas étnicas, vem abrindo novas perspectivas econômicas.

A Guiana Francesa apesar de plenamente inserida no contexto geopolítico que envolve as demais guianas é sempre excluída dos intercâmbios e das redes econômicas regionais e isolada das decisões, por pertencer a França, e sua inclusão levaria um país europeu a ser inserido nas decisões do continente americano. Pela sua localização geográfica (assim como as demais, muito próxima da linha do equador) é considerada o “porto espacial” da Europa, devido à presença do centro espacial europeu em *Kourou*.

Por ser uma ilha europeia no meio de um oceano de pobreza atrai migrantes de boa parte da América do Sul, Caribe e do vizinho Suriname, o que vem dando a colônia uma feição cada vez mais sul-americana, inclusive colocando-a como peça-chave para o tráfico de drogas, e com ascendente delinquência devido a isso.

O Acordo de Cooperação assinado com o Amapá em 1996 permitiu a multiplicação dos intercâmbios científicos, culturais, educativos e esportivos. A ligação através da ponte, simbolicamente também ligará o MERCOSUL à UE, e permitirá a abertura do norte do Brasil ao Caribe. Além disso, por sua situação geográfica, não pode escapar do processo de continentalização da América do Sul, encontrando-se no cruzamento de vários rumos e conjuntos político-econômicos (blocos econômicos), e por causa do seu estatuto e da relativa riqueza, ainda ficará por muito tempo como uma região europeia na América do Sul mais do que uma verdadeira região sul americana.

Enfim, o Brasil trabalha na perspectiva de integrar toda essa região, e tem um projeto de interligação de Roraima ao Amapá. Conforme Silva,

Esse projeto rodoviário concebido pelo governo brasileiro, objetivando integrar a região norte do Brasil, tem um trajeto que parte de Manaus, cruzando Boa Vista, *Georgetown*, Paramaribo e Caiena, chegando a Macapá, e posteriormente, através de barco, à Belém, está inserido no plano de integração nacional e internacional denominado Arco Norte, de acordo com a

proposta de inserção econômica de Roraima na Amazônia Legal. (SILVA, 2009,p. 6)

### Considerações Finais

Como procuramos mostrar no texto, apesar de ser uma região de importância econômica relativa, no aspecto político tem outra dimensão, sobretudo para o projeto de integração continental, como também das inter-relações sul-americanas. O Brasil que se propõe a ser o agregador e líder do subcontinente, tem grande interesse na região, demonstrado na intensificação das relações com a Guiana, através da integração territorial, via Roraima, onde a construção de várias estradas, aumentou as relações na faixa de fronteira, estreitando as relações bilaterais, e abrindo mercado para o 'agrobusiness' da fronteira norte do país.

A idéia de construção do Arco Norte integraria também o Suriname e a Guiana Francesa, agregando o Amapá, como nova fronteira de consumo, mas também abrindo o mercado regional e mundial, através da G.F. para a Europa, e da Guiana e Suriname para o Caribe.

Por fim, os setores políticos desses países que são favoráveis à cooperação com o Brasil e por extensão com o Mercosul, necessitam tomar iniciativas concretas para se voltarem para o sul. Como está excluída qualquer tensão na área, existe um clima favorável ao desenvolvimento e à cooperação regional, sobretudo no tocante à dimensão amazônica que pode ser também uma ferramenta útil para a aproximação.

É, portanto, fundamental conhecer e integrar essa porção não ibérica da América do Sul que sem dúvida é um flanco importante para integração, desenvolvimento e segurança do subcontinente.

### Bibliografia

**ADAMS, M.** Geografia da América. São Paulo: Moderna, 1988.

**BANCO MUNDIAL.** Relatório dos indicadores do desenvolvimento mundial, 2009.

**CASTRO, T. de.** América do Sul: Aspectos fisiopolíticos em confronto. In: A Defesa Nacional, nº 696, jul/ago 1981. Ed Bibliex, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Nossa América: geopolítica comparada. Ed. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. América do Sul: vocação geopolítica. In:

<http://www.esq.br/cee/ARTIGOS/tcastro1.pdf>. Acessado em 30.12.2020.

**COSTA, W. M. Da.** Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: EDUSP, 2008. 2ª Ed.

**COUTINHO, L.** O Paraguai do Norte. Veja, São Paulo 06.jan.2007. Internacional, p.55.

**MAZZEI, V.** Amazônia Sulamericana: um novo espaço de integração. São Paulo, FFLCH, USP, 1999 (Dissertação de Mestrado).

**MELLO, J.L.B. de.** Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, I. R. et alli. (Orgs). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: Ed. EDUFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997.

**SILVA, P.R.de F.** Roraima no contexto regional fronteiriço: Brasil-Venezuela-Guiana. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, XII., 2009, Montevideo. Boletim de resumos expandidos. Montevideo:EGAL, 2009, v. único, p. 21-31.

**VISENTINI, P.F.** Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. In: Conjuntura Austral, NERIT/UFRGS, v.1,n.1, 2010.

**Capítulo 4**

**AS LEGISLAÇÕES FEDERAIS EM DESCOMPASSO À  
EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: EMENDAS  
CONSTITUCIONAIS – EC 93 E 95/2016 E LEI 173/2020  
EM DESTAQUE**

***Geovânia Moura Vasconcelos***

***Veleida Capuã Anahi da Silva Chalot***

***Patrícia V. N. Sobral de Souza***

## **AS LEGISLAÇÕES FEDERAIS EM DESCOMPASSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: EMENDAS CONSTITUCIONAIS – EC 93 E 95/2016 E LEI 173/2020 EM DESTAQUE**

**Geovânia Moura Vasconcelos**

*Doutoranda do Programa de Pós - graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe - PPGED/UFS, e-mail:<geomouravasc@gmail.com>.*

**Veleida Capuã Anahi da Silva Chalot**

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Titular Dep. Educação - DED, Pós - graduação em Educação - PPGED/UFS. Líder do Grupo de Pesq. Educação e Contemporaneidade (EDUCON); e-mail: <veleida@academico.ufs.br>.*

**Patrícia V. N. Sobral de Souza**

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Titular Dep. Direito, Pós-graduação em Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos - UNIT. Líder do Grupo de Pesq. Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos - DPEJDH/UNIT/CNPq; e-mail: <patncss@gmail.com >*

### **RESUMO**

O artigo afirma que as IFES são recorrentemente prejudicadas por legislações contrárias à sua autonomia e financiamento, e expõe a Emenda Constitucional – EC 95/2016 como medida adversa à educação superior nas IFES. Trata-se de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, alicerçada em legislações e literaturas atuais. Os projetos de EC 56/1991 e 233/1995 determinam a autonomia das IFES, apenas, em legislações infraconstitucionais. O Decreto 2.207/1997 estabeleceu inseparabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, apenas, às Universidades Federais. A EC 93/2016 aumentou a taxa de desvinculação de receitas públicas, destinadas aos serviços e investimentos sociais, de 20% para 30%. A EC 95/2016 contingenciou, por 20 anos, o financiamento das IFES e fixou 2017 como ano base às contingências. Conforme EC 95/2016 o acréscimo financeiro às IFES, para as despesas e investimentos do ano posterior, deve se limitar apenas à inflação do ano anterior. Frente ao exposto, a EC 95/2016 restringe as atividades de ensino, extensão, e pesquisas nas IFES. Ignora crescimento vegetativo e econômico do Brasil. A Lei 173/2020 determinou provimento de cargos vitalícios, apenas, às vacâncias entre

28/05/2020 a 31/12/2021. Isto impede contratações, de novos servidores, para ocupar as vagas de vacâncias ocorridas em períodos anteriores, e ou posteriores à aprovação da referida lei. As críticas às EC 93 e 95/2016 pautam-se na análise dos investimentos em pesquisas, nas IFES, versus despesas com juros e encargos da dívida pública do Brasil; visto que o problema das finanças públicas não está nos custos com serviços e pesquisas nas IFES, visto que os investidos na função ciência e tecnologia (C&T), das IFES, equivaleram simultaneamente a 0,34% e 1,62% dos investimentos Federais; entretanto, em 2019, as despesas de juros e encargos da dívida pública equivaleram a 40,49%, a maior, que os investimentos nas IFES. Diante do exposto, a sociedade oficializou Amicus Curiae, a OAB demandou financiamento às IFES, e revogação da EC 95/2016, junto ao STN. Apesar das ações, efetivadas, a EC 95/2016 consta em vigor com efeitos lesivos à vida e à educação humana.

**Palavras-Chave:** Imposições às IFES. EC 93/2016. EC 95/2016 e Lei 173/2020.

### ABSTRACT

The article states that the IFES are recurrently harmed by legislation contrary to their autonomy and funding, and exposes the Constitutional Amendment – EC 95/2016 as an adverse measure to higher education in the IFES. It is bibliographical research, with a qualitative approach, based on current legislation and literature. The projects of EC 56/1991 and 233/1995 determine the autonomy of the IFES, only, in infra-constitutional legislation. Decree 2.207/1997 established inseparability between teaching, extension and research, only to Federal Universities. EC 93/2016 increased the disengagement rate of public revenues destined to services and social investments from 20% to 30%. EC 95/2016 contingent, for 20 years, the financing of IFES and set 2017 as the base year for contingencies. According to EC 95/2016, the financial addition to the IFES, to cover expenses and investments for the following year, must be limited only to the inflation of the previous year. Based on the above, EC 95/2016 restricts teaching, extension activities and research in IFES. It ignores Brazil's vegetative and economic growth. Law 173/2020 determined the provision of lifetime positions only to vacancies between 05/28/2020 to 12/31/2021. This makes it impossible to hire new employees to fill vacancies, whose vacancies occurred in a period before or after the approval of Law 173/2020. The criticisms, to EC 93 and 95/2016, are based on the analysis of investments in research, in IFES, versus interest expenses and public debt charges in Brazil; because, the problem of finance is not in the costs of services and research in the IFES, since the resources invested in the science and technology (S&T) function of the IFES were simultaneously equivalent to 0.34% and 1.62% of the Federal investments ; however, in 2019, interest expenses and public debt charges were equivalent to 40.49%, higher than investments in IFES. In this context, the company made Amicus Curiae official, the OAB requested funding from the IFES, and the revocation of EC 95/2016, with the STN. Despite the actions, EC 95/2016 is in force, with harmful effects on life and human education

**Keys Words:** Taxes on IFES. EC 93/2016. EC 95/2016 and Law 173/2020.

### INTRODUÇÃO

Incide que o documento mais importante para o País vem a ser sua Constituição, a Carta Magna; Trata-se do documento que rege e que possui um status superior, acima das outras leis.

Segundo Arantes, Couto (2019), as Constituições são um conjunto de dispositivos que visam estruturar e regular aspectos fundamentais da organização de determinadas comunidades políticas, por possuírem proteção por meio de mecanismos institucionais que as tornam mais difíceis de alterar do que as leis comuns, este diploma legal possui, portanto, uma superioridade frente às outras leis. Contudo, A Carta com o passar do tempo poderia tornar-se desatualizada e com isso não refletir o panorama social atual, e por isto foi criada a regra do emendamento de que quase todos os textos constitucionais dispõem. Assim, sendo emendada por meio de Propostas de Emenda à Constituição (PEC's), segue refletindo os anseios atuais da sociedade. O autor acrescenta que

Desde 1992, quando foi aprovada a primeira emenda constitucional, até 2018, não se passou ano sem que a Constituição tivesse sido alterada pelo menos uma vez ou que novos elementos tivessem sido a ela acrescentados por meio de emendamento constitucional. (...) Emendas têm sido utilizadas (...) não apenas para modificar aspectos da estrutura institucional do país, mas principalmente para estabelecer ações de governo e novas políticas públicas. (Couto, 2019, pp 14, 15)

Algumas emendas constitucionais necessitam de muita discussão e análise antes de sua aprovação. Em emendamentos praticados com o intuito de principalmente executar suas políticas públicas, os governos precisam de um cuidado redobrado e de muita parcimônia, mas o texto constitucional continua crescendo ininterruptamente.

Neste contexto, ao analisar a literatura expressa nos artigos publicados por Amaral (2016), Mariano; Lima (2017), Mascavo (2018), Dweck, Silveira e Rossi (2018), Agostini, Lusa, Martinelli, Moraes, Almeida, Dantas, Junior, Scaff (2019), Lima (2020); assim, como, pelas notícias divulgadas em Jornais, tais como: Estadão e Valor Econômico (2019), constatam-se divulgações das medidas de desregulamentação dos direitos sociais, com base no plano de austeridade fiscal, que estabeleceu a contínua restrição de recursos públicos às ações sociais, provedoras dos bens e serviços federais à coletividade, e afetou concomitantemente as áreas de saúde e educação, através das Emendas Constitucionais (EC) 93 e 95/2016 e da Lei 173/2020.

Observando mudanças em leis e regimentos que alteram rotinas estruturadas de instituições educacionais de nível superior, temos que o ponto precípua deve ser o de uma condução cuidadosa no que tange as modificações, seguida por transparência e pautada em consultas a todos os atores envolvidos na comunidade acadêmica, contudo o que se pode observar tem sido o completo oposto a isto. Nesse ínterim, as citadas modificações carecem de apoio e terminam fadadas ao mero cumprimento da letra da lei.

Reportando-se às legislações que regem a comunidade acadêmica, Celso Frauches (2011), afirmou que o estatuto da universidade e o regimento das Instituições de Educação Superior (IES) foram antevistos em duas leis, anteriores à Lei de Diretrizes e Bases – LDB, e por ela recebidos. Destarte, a lei nº 9.131/1995 modificou dispositivos da lei nº 4.024/1961 (primeira LDB), e instituiu o Conselho Nacional de Educação (CNE), substituindo o Conselho Federal de Educação.

Ainda de acordo com, Celso Frauches (2011), a lei nº 9.192/1995 modificou dispositivos da lei nº 5.540/1968 (Reforma Universitária de 1968), para regulamentar o processo de seleção dos dirigentes de IES (Instituições de Ensino Superior). A lei nº 4.024/ 1961, no art. 9º, acrescentou a redação da lei 9.131/ 1996, e art. 20 da Medida Provisória – MP nº 2.216-37/ 2001, atida pela EC nº 32, de 2001, através do § 2º, alínea “f”, dispôs que a Câmara de Educação Superior do CNE (Conselho Nacional de Educação), “deve deliberar sobre o credenciamento e o recredenciamento de universidades e centros universitários, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação, bem assim sobre seus respectivos estatutos”.

Neste cenário, as Universidades Federais, e os Centros Universitários têm seus documentos normativos, como os estatutos para dirigir a estrutura organizacional; e o regimento geral para reger a estrutura acadêmica, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. As faculdades e instituições, congêneres, possuem regimentos que congregam a estrutura acadêmica administrativa e o funcionamento das cátedras acadêmicas.

Diante do exposto a Lei 9.394/2020 (nova LDB), art. 56, esbalecebeu que:

As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional,

local e regional. Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes (BRASIL, 2020).

Apesar dos direitos firmados na Constituição Federal de 1988, e nas legislações subordinadas, as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES são abordadas em legislações contrárias a sua autonomia, a inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; conforme comprovam as determinações das ECS 56/1991 e 233/1995, e o Decreto 2.207/1997, abaixo citado.

[...] a autonomia universitária foi fortemente ameaçada pelos Projetos de Emendas Constitucionais nº 56/1991 (BRASIL, 1991) e nº 233/1995 (BRASIL, 1995), pelos quais a sua aplicabilidade passaria a necessitar de regulamentação infraconstitucional. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão foi desmontada pelo Decreto nº 2.207/1997 (BRASIL, 1997), que implementou a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES), e exigiu a indissociabilidade apenas para as universidades federais ameaçadas (BRASIL, 1997).

Afora as ameaças à sua autonomia, as IFES enfrentam constantes labutas quanto ao seu financiamento e desenvolvimento, conforme versa a literatura atual.

“à desresponsabilização do Estado, com a educação superior, ocorreu por meio da redução de verbas públicas para seu financiamento, e simultaneamente por meio do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino” (LIMA, 2007, p. 140-141).

Em conformidade às legislações contrárias aos serviços, de saúde e educação pública, o Congresso Nacional aprovou o novo regime fiscal, no Brasil, materializando a política de austeridade fiscal por 20 anos. Deste modo, o § 3.º, inciso II, art. 102 da EC 95/2016 instituiu que, nos anos posteriores a 2017, o valor do limite de gastos públicos, fixado para o ano posterior, equivalerá ao valor do limite, de gastos públicos, fixado no ano anterior, e corrigido, apenas, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Aplicado – IPCA do ano anterior. Esta técnica ocorre de forma sucessiva, permitindo apenas correção nominal.

Mariano (2017) afirmou que o regime fiscal não “aceita” majoração de despesas, acima da inflação do ano anterior. Dessa forma, a situação diferenciou a experiência, no Brasil, comparativamente aos países que formalizaram o teto de gastos; pois, noutros países, para aumentar gastos e ou investimentos, em

determinada ação governamental, é preciso reduzir gastos e ou investimentos noutra ação.

As novas regras desconsideram as taxas de crescimento econômico e demográficas do País, por 20 (vinte anos); o que tem sido considerada a crítica às mesmas; conforme alertou Mariano, (2017), “esta medida poderá levar ao sucateamento das políticas sociais do Brasil, sobretudo, nas áreas da saúde e educação, pondo em risco a qualidade de vida dos brasileiros ” Nesta conjuntura, a Organização das Nações Unidas (ONU) rotulou a EC 95/2016 como a decisão econômica mais drástica do mundo, contra direitos sociais.[1],

A EC 95/2016 demonstra ser uma medida prejudicial às IFES, pois reduz a capacidade de manutenção e ampliação da oferta de educação superior pública, e arrefece o financiamento das pesquisas, sobressaltando que pesquisas são essenciais à descoberta de novos saberes e produtos à humanidade. Apesar disso, o corte das receitas públicas, provedoras de direitos sociais, é justificado pela priorização à quitação de juros da dívida pública, inerentes ao mercado financeiro (BRASIL, 2016a).

Mascavo (2018) versa que as medidas de ajustes fiscais estão vinculadas às exigências do mercado, devido a destinação quase integral de recursos do fundo público à economia capitalista, e, nos últimos cinco anos, a crise se agravou no mundo, destacando o Brasil como lócus de intensificação das disputas políticas.

Na mesma linha de pesquisa, Reis e Macário (2020), a partir da análise dos investimentos, nas IFES, *versus* a amortização de juros e encargos da dívida pública do Brasil fizeram as seguintes constatações:

No período de, 2003 a 2019, do total das despesas liquidadas pela União média de 18,88% se destinaram ao pagamento da amortização, juros e encargos da dívida pública. Nesse mesmo período, a função ciência e tecnologia (C&T) e as universidades federais importaram, respectivamente, 0,34% e 1,62% do total de despesas orçamentárias. Já a previsão da Lei Orçamentária 2020 para o aumento dos gastos com juros e encargos da dívida foi de 40,49%, em relação ao orçamento executado em 2019. No caso das universidades, a previsão para 2020 foi de 0,58% inferior ao orçamento executado em 2019. A análise conclui que há inequívoca continuidade do padrão de acumulação rentista, que resulta na crise de sub financiamento das universidades e da C&T. O enfrentamento [...] de tal crise, se inscreve nas lutas mais gerais da sociedade contra a agenda regressiva em curso e por mudanças (REIS, MACÁRIO, 2020, p.1).

De acordo com Reis e Macário (2020) a Educação tem “sofrido ataques” constantes, sorrateiros e desmedidos inerente à autonomia, à pesquisa e à manutenção da educação. Se pelo “bolso” puder, analogicamente falando, estabelecer o grau de comprometimento da classe política brasileira com a educação superior, será um valor irrisório a ser atribuído, pois o investimento tem diminuído concomitantemente. [...]. Esta tem sido uma preocupante constatação, pois o sucateamento das IFES vem se tornando realidade indesejada, mas verídica.

Frente às constatações expostas, este artigo trata-se de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, tem como objetivo afirmar que as IFES são constantemente acometidas por legislações contrárias à sua autonomia e financiamento, e para este fim apresenta uma sequência de legislações e seus conteúdos sobre o financiamento da educação, destacando as ECS 93/2016, 95/2016 e a Lei 173/2019.

Neste contexto, os projetos de ECS nº 56/1991, 233/1995 determinaram que a autonomia das IFES constasse, apenas, em leis infraconstitucionais; entretanto leis infraconstitucionais são hierarquicamente inferiores à Constituição Federal do Brasil.

Para Arretche (2019) as regras constitucionais obrigam o Governo Federal a repartir suas receitas com estados e municípios, e as regras para distribuição desses recursos são definidas em Lei Complementar; conforme a regulamentação das disposições constitucionais. Estabilidade, contudo, não está identificada nas constantes alterações das normas constitucionais vigentes.

Isso significa que seus formuladores pretenderam reduzir ao mínimo a incerteza quanto à realização das transferências, eliminando a hipótese de penalização derivada do não alinhamento partidário (ou político) entre presidente, de um lado, e governadores e prefeitos, de outro, ou no interior dos estados. Se ao longo do tempo o perfil socioeconômico de estados e municípios muda, seria também razoável adotar mudanças na repartição dos recursos. Por isso, a legislação previu a revisão periódica das cotas de partilha desses fundos. Na prática, contudo, estas revelaram grande estabilidade Arretche (2019, p. 61)

O Decreto 2.207/1997 exigiu inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, apenas, às Universidades Federais – UF [2]. A EC 93/2016 reduziu o financiamento. A EC 95/2016 contingenciou, por 20 anos, o financiamento das IFES, e estabeleceu o ano de 2017 como base às contingências. A Lei 173/2020 determinou que só fossem providos, cargos vitalícios, de vacâncias ocorridas entre 28/05/2020 à 31/12/2021.

## **1. O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – CF DE 1988 E A LITERATURA ATUAL EM EVIDÊNCIA.**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou garantias fundamentais para o funcionamento, manutenção e desenvolvimento das IFES. Dentre as garantias constitucionais se destaca a liberdade de cátedra (art. 5º, inciso IX, artigos 205 e 206, incisos II e III), a inseparabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a autonomia universitária, (art. 207).

O art. 6º, da CF/88, inclui o direito fundamental à educação no rol de direitos sociais. O art. 205, da CF/88, completa inteiramente o art. 6º, pois determina a educação como garantia universal, dever do Estado e da família. Ressalta que a garantia da educação é pilar do Estado Democrático de Direito, para promover a cidadania e o pluralismo político, inerentes aos princípios fundamentais da República, conforme firmado no art. 1º, caput e incisos II e V da Constituição Federal do (BRASIL, 1988).

Quanto às garantias específicas do direito à educação, o art. 208, V, da CF/88 atribui ao Governo Federal o dever de provimento do acesso aos níveis mais elevados do ensino e a criação artística. Já o art. 211, § 1º, assegura que a União deve organizar o sistema federal de ensino e financiar as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, exercendo função redistributiva e supletiva para equalizar as oportunidades educacionais. O art. 206, VII, suplementa a estrutura educacional e firma que o ensino deve ser garantido com qualidade (BRASIL, 1988).

A educação superior, com qualidade citada na CF de 1988, se materializa, também, com a consecução dos ofícios atribuídos às IFES. Neste cenário, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Procuradoria Constitucional, ressalta a importância do financiamento suficiente e necessário para prover os serviços e bens sociais gerados nas Universidades Federais, conforme descrito.

A realização de bens fundamentais como a cultura, a ciência e a educação não se coadunam com uma proteção reduzida ao mínimo vital. O poder público está vinculado a promover a educação superior de forma satisfatória, o que requer financiamento adequado e suficiente. Do contrário, a política pública se converte em instrumento de precarização de instituições que

constituem patrimônio cultural brasileiro e produz o efeito contrário de desincentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação científica e tecnológica e à inovação [...] OAB, (2017, p.10),

Dentre as legislações contrárias, aos bens e serviços sociais, se destacam a EC nº 95/2016, e a Lei 173/2020; salienta-se que os referidos instrumentos, legais, obstam o direito à educação superior pública, arrefecem a manutenção, funcionamento e expansão nas IFES; tolhem o acesso à educação superior, àqueles que dependem do poder público para obtê-la

Afirma-se que as instâncias de Governo Federal, constantemente, legitimam legislações avessas ao direito à educação superior federal, ao financiamento das IFES. Isto, por vez, resulta em limitação quanto aos recursos para manutenção e funcionamento das IFES, para contratações de corpo docente e técnico, restringem a oferta de vagas nos cursos de terceiro grau, reduz as possibilidades de obtenção de educação superior nas IFES. Neste cenário, torna-se compreensível o porquê, da luta social, para extinção de legislações contraditórias aos direitos humanos e sociais, a exemplo do direito ao saber especializado, à educação superior pública.

## **2. CRÍTICAS ÀS NORMAS DE AUSTERIDADE FISCAL: A EMENDA CONSTITUCIONAL 95/ 2016 EM EVIDÊNCIA.**

O Brasil, após anos de lutas sociais, firmou o acordo sócio-político que instituiu a CF de 1988, com abrangente pacto social para garantir direitos individuais, coletivos, e cobertura à seguridade social. O art. 212, da CF de 1988, elevou o percentual de investimentos da União à área de educação, determinou o percentual de, no mínimo, 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para este fim. O art. 212 garantiu, ainda, a vinculação de 25% das receitas federais para os Estados e Municípios.

Quanto ao financiamento, das IFES, Pinto e Adrião (2006) afirmaram que, com a CF de 1934, deu-se início à técnica, de financiamento da educação, com vinculação de percentual ínfimo dos recursos tributários atribuídos a este fim. No período de ditadura militar houve descontinuidade da técnica de financiamento. Isto posto, na CF de 1937 consta o primeiro corte de recursos públicos, e na CF de 1967 o segundo, acirrado pelo golpe militar, de 1964, que reduziu a vinculação dos recursos à educação

pública. Em contraponto, à vertente militar, a corrente democrática aprovou direitos sociais na CF de 1988 com ampliação de investimentos às IFES.

Com a tramitação da PEC 241/2016 - Câmara Federal, intitulada de PEC 55/2016 e consecutiva EC 95/2016, no Senado Federal, efetivou-se o intento do Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia à oficialização e aplicação da medida de extrema restrição fiscal no País, com cortes de direitos sociais, incluindo as áreas de saúde e educação. No contexto, “muitos setores sociais agiram de variadas maneiras para alertar a sociedade, criar legitimidade para fazer compressão política sobre o Congresso pela não aprovação da Emenda.” (MARIANO, 2017, p.56).

Durante o trâmite da PEC 55/2016, o Sr. Philip Alston, relator peculiar da ONU sobre extrema pobreza, fez pronunciamento público, alertando o Estado acerca dos cruéis danos, alusivos à medida de extrema restrição fiscal sobre o quadro social brasileiro. Ele afirmou que a PEC levará o País a “um retrocesso social único” na história da humanidade.

As alegações de Philip Alston são pertinentes ao Brasil, sobretudo, neste momento que o País vivencia a crise, inerente à pandemia oriunda do vírus COVID-19. Logo, a população depende da ação efetiva, do Governo, para o provimento de serviços que demandam investimentos à superação do caos social.

Para Patrícia Sobral de Souza e Ricardo Freire Soares (2020, p. 443), as pandemias demonstram que o “capitalismo neoliberal não capacitou os Estados para atender às urgências, onde cada um deles responde de forma autônoma as situações de emergência.” Dessa forma, na medida em o vírus Covid-19 se alastra toda a população sofre os impactos catastróficos, sendo, assim, uma crise de direitos humanos, que reafirma e relembra que todos são iguais, especialmente à luz da dignidade e também dos direitos humanos.

Quanto aos efeitos, da medida constitucional, Dweck, Silveira e Rossi (2018) ressaltaram que o objetivo da EC 95/2016 é tolher o Estado, através de restrições de direitos sociais e de contratações de despesas públicas. A crítica socioeconômica à EC 95/2016 esta alicerçada na restrição da magnitude da ação social do Estado, via redução de contratações de serviços e bens; com alegações de que estes elevam as despesas. Logo, a EC 95/2016 arrefecerá a ação do País no provimento dos serviços

públicos e direitos sociais, e elevará os níveis de desigualdade social, conforme alertado por Dweck, Silveira e Rossi (2018).

Reportando-se à política de austeridade fiscal, acerca da educação Federal, Mariano (2017) alertou sobre as premissas e falácias do Governo Federal e Congresso Nacional acerca do teto dos gastos públicos federais. A autora afirmou que o texto da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241/2016, precursor da EC 95/2016, de forma enganosa assegurou que o Brasil estava com déficit público, cuja solução passa por ajustes fiscais, com cortes, limites de gastos e privatizações em vista ao alcance de superávit primário[1]

Ressalta-se que a EC 95/2016 desconstrói direitos sociais, pois instituiu rígidas regras à execução das despesas primárias do Governo Federal, por 20 anos. Dita a regra, que nos primeiros 10 anos, a despesa primária do Governo Federal se limitará a um teto de gasto público, fixado em 2017, e reajustada, apenas, à inflação do ano anterior, que é medida pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC.

## **2.1 IMPACTOS DAS MEDIDAS RESTRITIVAS À EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL: A EC Nº 95/ 2016, EC Nº 93/2016 E LEI 173/2020 EM DESTAQUE**

A Emenda Constitucional 95/2016 foi constituída e aprovada com a justificativa de coibir o crescimento de gastos futuros, para assim, restituir a dívida pública a uma situação controlável. Para Gonçalves (2018), este futuro custará a dignidade humana, comprometendo o que está por vir. Além disso, ele destaca que, como o documento não realiza o apontamento de dados objetivos que indicariam a redução da dívida pública ou o aumento do PIB, não há uma certeza da garantia deste porvir, e sim, do estado crítico da educação, devido a não priorização de novos fundos.

No debate do campo educacional, sobressai a preocupação apontada por Amaral (2016), no tocante a garantia dos recursos destinados ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei 13.005, de 2014; isto é colocado, tendo em vista o seu tempo de durabilidade, de 2014 a 2024, e do próximo PNE previsto para os anos de 2025 a 2035. Neste contexto, Amaral (2016) enfatizou, que as IFES estarão impossibilitadas de cumprir a meta 12 do PNE, pois, para dobrar o número de matrículas é necessário aumentar o financiamento público.

Alude-se que, a redução de investimentos implica em subtração de despesa pública, por pessoa, em relação ao Produto Interno Bruto – PIB[2]. Neste caso, as

despesas e investimentos efetivados, para serviços e bens sociais, não acompanharão<sup>[3]</sup> a elevação da renda nacional, nem o crescimento vegetativo da população brasileira. Isto, por vez, implicará em redução da oferta dos serviços sociais e se reverterá em sequelas à economia, à população brasileira, conforme análise de Amaral (2016).

Assim, a EC nº 95/2016 se reverteu em restrição ao provimento da educação superior federal nas IFES, em dificuldades aos discentes que apresentam vulnerabilidade econômica, e dependem dos benefícios, como moradia, alimentação, inclusão digital, transporte, acervo da biblioteca, laboratórios de informática, etc., para obter saber qualificado e conclusão do curso de graduação, pós-graduação nas IFES.

Para as universidades públicas a EC nº 95/2016 é a que mais produz efeitos deletérios, comprometendo seriamente a concepção da educação superior como direito constitucional e dever do estado, pois, através da limitação orçamentária, ela afeta diretamente a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de pesquisas e de produção de conhecimento socialmente referenciada, o financiamento para ciência e tecnologia (c&t), o desenvolvimento da pós-graduação, a assistência estudantil e todos investimentos para o acesso e a permanência nas universidades, a educação permanente do quadro de servidores das universidades, entre outros (LUSA; MATLINELLI; MORAES; ALMEIDA, 2019, p. 541).

Quanto aos impactos econômicos alusivos à aplicação da EC 95/2016 sobre as IFES, as restrições limitaram à materialização de atividades acadêmicas e administrativas, tais como: contratações de serviços tais como pessoal terceirizado, água, energia; insumos à manutenção e funcionamento das IFES, e de matérias didáticos essenciais ao ensino e às atividades de extensão universitária, etc. Quanto aos impactos na área acadêmica cita-se, ainda.

Impossibilidade da manutenção e desenvolvimento do ensino de qualidade [...], o sucateamento das universidades por falta de recursos para a manutenção de suas estruturas físicas, a diminuição do número de bolsas para a pós-graduação e pesquisa e, conseqüentemente, prejuízo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, bem como a ampliação dos contratos temporários para o trabalho docente em detrimento à realização de concursos públicos para suprir a demanda efetiva do quadro docente [...]. (LIMA; LIMA, 2019, p. 55).

Destaca-se, que a EC nº 93/2016 é medida prejudicial às IFES, pois elevou para 30% o total de desvinculação das receitas públicas para os serviços sociais, e estendeu esta desvinculação aos Estados, Distrito Federal e Municípios, através da

inserção dos artigos 76A e 76B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), restringindo o financeiro outrora alocado às políticas sociais, para quitar juros da dívida pública, ou seja, para dispêndios do mercado financeiro (BRASIL, [2016a])

No ano de, 2019, as publicações alertaram que as Emendas Constitucionais 93/2016 e 95/2016, além de reduzir os recursos dos serviços sociais nas áreas de educação, saúde e demais políticas públicas; tinham como propósito direcionar os recursos governamentais para quitar os juros da dívida pública, e manter o mercado financeiro através da rolagem da dívida pública.

A partir da arrecadação das contribuições sociais, os contribuintes devolvem ao Governo os recursos constitucionais, vinculados à prestação de serviços públicos específicos, como a educação e a saúde. Os recursos são redirecionados para outras rubricas do governo, alegando-se a busca de um equilíbrio fiscal necessário. Trata-se, na verdade, do cumprimento das medidas de ajustes fiscais determinadas pelos organismos internacionais para o enfrentamento da crise estrutural do capital, através do desmonte dos direitos sociais. (LUSA; MATLINELLI; MORAES, 2019, p. 540).

Além dos prejuízos, inerentes às EC 93/2016 e 95/2016, a Lei Complementar 173/2020 restringiu a execução orçamentária e financeira das despesas de pessoal nas IFES, durante o período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, alegando os impactos da pandemia, oriunda do vírus COVID 19[4].

Elucida-se que a Lei Complementar nº 173/2020 alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, nº 101/2000, e trouxe limitações à elevação das despesas de pessoal, conforme cita o parecer SEI nº 10970/2020 da Secretaria de Planejamento Orçamentário – Ministério da Educação - SPO/ MEC.

De acordo com o Inciso v, art. 8º, da lei complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, o parecer da PGFN (parecer sei nº 10970/2020/me) dá o seguinte entendimento ao dispositivo citado: [...] Os cargos efetivos e vitalícios que podem ser providos durante o período compreendido entre 28 de maio de 2020[5] a 31 de dezembro de 2021[6], [...] são aqueles cuja vacância tenha se dado nesse mesmo período. (MENSAGEM 2020/0441548 - SPO/MEC).

Diante do exposto, as contratações de servidores públicos, neste período, se enquadram nas limitações fixadas no parecer SEI nº 10970/2020/MEC, na Lei 173/2020 e nas alterações da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Nesse sentido, as IFES que portavam códigos de vagas, para contratações de pessoal e/ou estavam em processo de contratações, para prover as vagas ociosas, geradas em períodos anteriores a EC 173/2020, ficaram impedidas de contratar; e, se contratassem, descumpririam a lei. Neste caso, descumprimento de legislações federais implica em responsabilização, com punições determinadas em Lei[7].

O crédito orçamentário suplementar, para despesas de pessoal, costuma ser descentralizado às IFES em dezembro de cada ano. Assim, durante o ano corrente, as IFES não têm ciência sobre o total financeiro a ser descentralizado para suprir despesas de pessoal. Frente à realidade exposta, é difícil inferir sobre novas contratações de servidores, sem prévia autorização do MEC.

De acordo com Amaral (2016) A EC 95/2016 impede as realizações das metas do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024[8], relacionadas às ações que dependem financeiramente do Governo Federal. Isto, porque, para cumprir a meta 12, do PNE, é preciso dobrar o número de matrículas na educação superior, e, isto, implica ampliação de investimentos para este fim.

Versa Amaral (2016), que o Governo Federal é responsável por cerca de 30% do gasto com educação, apesar de obter 56% da receita tributária líquida (isto após transferências constitucionais de tributos). O Governo Federal é a Instituição que arrecada, e detém maior volume de recurso público; logo, tem melhor capacidade de investir. Apesar disso, após EC 95/2016, o Governo investiu menos na educação.

### **3. AMICUS CURIAE E LEGITIMIDADE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB: AÇÕES PARA ACLARAR, CONTROLAR E EXTINGUIR A EC 95/2016 JUNTO AO STN E OAB.**

A literatura Jurídica, alicerçada no Código Processual Civil, elucida que *amicus curiae* é a expressão latina, cujo significado é “amigo da corte” ou “amigo do tribunal, é a pessoa ou entidade estranha à causa que está disposto a auxiliar o tribunal, de forma provocada ou voluntária, para esclarecer sobre questões imprescindíveis ao processo” (BRASIL, 2015).

Os saberes firmados no Código Processual Civil apresentam o “amicus curiae” [...] como o terceiro que se dispõe ao auxílio do juiz, elucidando sobre conhecimentos em matérias específicas, inusitadas, inéditas, difíceis, dilatando a discussão antes da

decisão do juiz, para fatos ou circunstâncias que poderiam não ser notados. (BRASIL, 2015).

Em conformidade à literatura jurídica, o Art. 138 do Código Processual Civil determina que *amicus curiae* seja o terceiro admitido no processo, para prover subsídios instrutórios (probatórios ou jurídicos) à dissolução de causa revestida de relevância ou complexidade, sem, portanto, titular posições subjetivas às partes – nem mesmo que seja restrita e subsidiária, como simples auxílio.

É importante destacar que o Amicus Curiae é amigo da corte e não das partes. Seu desenvolvimento teve início na Inglaterra pela English Common Law, e na atualidade é frequentemente utilizado nos Estados Unidos. A função histórica do *amicus curiae* é chamar a atenção da corte para fatos ou circunstâncias que poderiam não ser notados. O amigo da corte se faz necessário em casos atípicos, levando informações relevantes à discussão do caso, ampliando a visão da corte de modo à beneficiar todos os envolvidos, pois pode tornar a decisão mais justa. (NOVO, 2018, p. 1)

A Lei nº 13.015/2015 disciplinou o *Amicus Curiae* e ampliou a recepção de sua intervenção. Dessa forma, o *Amicus Curiae* pode fazer parte do juízo e auxiliar o Juiz para o ajuizamento da causa em qualquer procedimento e Instância.

Respalgadas nos saberes e determinações jurídicas, das legislações acima citadas, em março de 2020, as Organizações da Sociedade Civil, identificadas [...] como *Amicus Curiae* para as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), oficializaram no Supremo Tribunal Federal – STF o pedido de revogação da EC nº 95/2016.

O texto, do *Amicus Curiae*, expôs a EC 95/2016 como legislação antidemocrática, que destrói direitos sociais, prejudica a parcela social que carece da ação efetiva do Estado, além disso, arrefece a economia do país, devido à retração da despesa per capita e da redução de aquisições de serviços, produtos e bens nacionais.

A EC 95/2016 impede que as despesas e investimentos sociais, a exemplo da educação superior, cresçam *pari passo* à renda nacional, e ao crescimento vegetativo da população. Destarte, a EC 95/2016 tem sido criticada no país, e no exterior, como medida destruidora das condições de vida da população brasileira, e pelos efeitos devastadores, desta norma sobre o quadro socioeconômico do Brasil. Tais críticas são feitas, inclusive, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI),

A insatisfação dos brasileiros foi expressa por meio de manifestações públicas, greves nacionais; ocupações de escolas e universidades, por publicações jornalísticas, acadêmicas, institucionais. Neste leque, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA apresentou dados à sociedade acerca dos efeitos danosos da EC 95/2016 sobre o quadro social, ambiental e econômico do Brasil.

Mariano (2017); Dweck, Silveira e Rossi (2018), Mascavo (2018), Agostini, Lusa, Martinelli, Moraes, Almeida, Dantas, Junior, Scaff (2019), Lima, Lima (2020) e a Imprensa Nacional representada pelos Jornais Estadão, Valor Econômico, Globo, dentre outros publicaram sobre as contingências de despesas e investimentos decorrentes EC 95/2016, e sobre os impactos, desta emenda, na desestabilização dos serviços sociais. Isto, por 20 anos consecutivos.

Neste cenário, as pesquisas do IPEA revelam que a despesa per capita do Brasil é baixíssima e está aquém da renda nacional. Além disso, não cresce simultaneamente à elevação desta renda. Salienta-se que este fato é anterior à EC 95/2016. Dessa forma, a aplicação da EC 95/2016 agrava a situação.

Alude-se que, em contraponto às políticas de contingenciamentos e cortes de despesas e investimentos públicos, Keynes (1937), ressaltou que é na fase de aquecimento econômico, e não na crise, que o governo pode restringir gastos. Isto, porque, em período de economia aquecida o setor privado investe estimulado pelo lucro. Nos ínterims de crises, a baixa expectativa de lucros desestimula os investimentos privados. Dessa forma, segundo a teoria de John Maynard Keynes, nos ínterims de crises e recessos econômicos o setor público deve alavancar a economia e a geração de empregos. Nos períodos de *boom*, (*crescimento econômico*), as despesas públicas têm menor impacto sobre a economia, em vista à propulsão e forte expansão do setor privado.

Frente às colocações expostas, em março de 2020, as Organizações da Sociedade Civil, qualificadas como *Amicus Curiae* para Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), solicitaram junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a extinção da EC 95/2016. O documento foi direcionado à Ministra Rosa Weber e aos Ministros do STF. Neste sentido, em atenção aos pré-requisitos solicitados pela Ministra, foram acrescentadas no *Amicus Curiae* as análises dos impactos socioeconômicos da EC 95/2016 para o enfrentamento do COVID 19.

Dentre os documentos e constatações encaminhados ao STF pelas Organizações da Sociedade Civil, através do *Amicus Curiae*, constam:

Relatórios pátrios sobre direitos humanos e denúncias internacionais ao Sistema Interamericano e ao Sistema Internacional de Direitos Humanos; posicionamentos públicos de Conselhos Nacionais de Direitos (Saúde, Direitos Humanos, Segurança Alimentar, Criança e Adolescente, Meio Ambiente entre outros); campanhas e mobilizações nacionais; abaixo-assinados, apelos públicos e outras ações destinadas ao Congresso Nacional; e seis Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal. (CFOAB; pg. 6; 2019).

Constata-se que apesar da insatisfação social e das manifestações públicas, o Governo Federal, após aprovações do Congresso e Senado Federal, publicou medidas desestabilizadoras da educação superior federal, através da EC 93/2016, EC 95/2016 e da Lei 173/2020, salientando-se que, esta última, como já versado no artigo, restringiu as contratações de servidores apenas às vacâncias do período de 28/05/2020 a 31/12/ 2021. Isto, em desconformidade a demanda reprimida por educação superior pública no país.

Diante do exposto, as Organizações da Sociedade Civil, qualificadas como *Amicus Curiae* para as ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), a Procuradoria Constituinte da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB propôs ao Supremo Tribunal Federal – STF a arguição de descumprimento de preceito fundamental, com pedido de medida cautelar, em vista aos cortes orçamentários e financeiros citados.

[...] por força dos atos do Ministro da Educação, de contingenciamento de parte significativa das verbas constantes do orçamento destinadas às Universidades Federais e aos Institutos Federais, e com o objetivo de evitar e reparar lesão a preceitos fundamentais, consubstanciados nos artigos 5º, II, e 93, IX e X (princípios da legalidade e da motivação), bem como no artigo 207, caput, (princípio da autonomia universitária) da Constituição Federal, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos (CF OAB; 2019; p.1).

De acordo com Fernando Facury Scaff (2019), as regras financeiras alertam que o poder público não deve cortar recursos em tempos de crises, devendo apenas contingenciar, visto que o orçamento público é Lei, logo, deve ser respeitada.

Nesse sentido, quando há restrição das receitas prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA, não é possível executar as metas de resultado primário, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais para cada exercício financeiro (duração de um ano). Dessa forma, a restrição das receitas públicas implica em limitação de notas de empenhos[9]

e de movimentação financeira<sup>[10]</sup>, nos termos e critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Fernando Facury Scaff (2019) enfatizou, ainda, que o Poder Executivo não tem carta branca (liberdade plena) para contingenciar despesas e investimentos públicos. Dessa forma, os atos de contingências devem considerar a razoabilidade, a transparência e a motivação; pois as contingências só devem ocorrer embasadas em justificativas plausíveis, sem comprometer as receitas que financiam a oferta dos bens e serviços públicos à coletividade.

À vista do quadro exposto, relata-se que a CRFB/88 consagrou legitimidade ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para propor as ações de controle concentrado de constitucionalidade, em conformidade com o art. 102, §1º; art. 103, inciso VII, da Constituição Federal, e art. 2º, inciso I, da Lei nº 9.882/99, conforme descrito abaixo.

Consoante acertada jurisprudência desta Excelsa Corte, firmada desde o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 03, a legitimidade do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para propor ações no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade é universal, pois independe do requisito da pertinência entre o seu conteúdo e o interesse dos advogados como tais. Logo, resta assentada a legitimidade ativa do requerente para a propositura da [...] Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que deve ser conhecida e devidamente processada, com a concessão urgente da medida cautelar requerida. (CFOAB; 2019, p 6).

De fato, as deliberações do poder parlamentar incidiram na aprovação e aplicação da EC 95/2016, 93/2016 e da Lei 173/2020, e implicaram no retrocesso socioeconômico do Brasil, prejudicando a todos, sobretudo, à parcela da população que mais necessita da ação efetiva do Estado para o suprimento dos bens e serviços essenciais à vida.

Frente ao quadro de insatisfação coletiva, expressa em greves, manifestações populares, publicações em mídias, jornais, revistas que expuseram a degradação dos serviços e bens sociais, e os impactos das medidas restritivas sobre a população brasileira, a OAB oficializou, junto ao Supremo Tribunal Federal – STF, o pedido de revogação ou reparação da EC nº 95/201, para atenuar e ou exterminar os impactos, perversos, da insustentável medida.

Ressalta-se que, dentre os serviços sociais que passam por contingenciamentos, destaca-se a educação superior federal, e esta tem função

essencial à formação humana para o exercício da cidadania e do trabalho, conforme prega o artigo 205 da CF do Brasil de 1988.

Neste contexto, são necessárias medidas para atenuar, reverter, os danos provocados pelos impactos da EC 95/2016 sobre os serviços sociais do País, sobre a oferta dos serviços de educação pública federal. Ressalta-se, que a educação de 3º grau, além de prover o saber especializado em áreas específicas do conhecimento, prepara o ser humano para a ação e interação social no processo de construção de si mesmo, e da sociedade.

---

[1] Superávit quer dizer resultado positivo. Surge quando, ao final de um período, [...] os gastos foram menores do que a receita. [...] Caso contrário registra-se déficit (WOLFFENBÜTTEL, 2015).

[2] O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente computado em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. O PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia-IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Pesquisado em 26 jan. 2021.

[3] Não acompanharão a elevação da renda nacional, pois com os contingenciamentos de gastos as despesas e investimentos públicos ficarão abaixo do Produto Interno Bruto – PIB.

[4] A partir de 02/2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar a doença causada pelo coronavírus de Covid-19. COVID significa Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto o número “19” se refere ao ano de 2019. Fonte: Fundação Oswaldo Fio Cruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-9#:~:text=COVID%20significa%20Corona%20Virus%20Disease,chin%C3%AAs%20no%20final%20de%20dezembro>.

## CONCLUSÃO

O artigo apresenta a EC n.º 93/2016, EC n.º 95/2016 e a Lei 173/2019 como recentes legislações antagônicas à educação superior federal, afirma que as IFES são recorrentemente acometidas por legislações contrárias à sua autonomia e financiamento; conforme comprovam a sequência de legislações, contraditórias, apresentadas no texto. Em conformidade ao exposto, os projetos das EC n.º 56/1991 e n.º 233/1995 determinavam que a autonomia das IFES constasse, apenas, em legislações infraconstitucionais; o texto relatou que o Decreto 2.207/1997 diferenciou

as Instituições de Ensino Superior – IES, e exigiu a inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão apenas às Universidades Federais- UF[1]. Devido, a tal deliberação, as demais IES portaram estrutura acadêmica diferenciada, excluindo a pesquisa e ou atividades de extensão.

O texto versou, que, no leque de normas contrárias à educação federal, a Lei 173/2020 estabeleceu que só poderá ser provido cargo vitalício cuja vacância tenha ocorrido entre o período de 28/05/2020[2] a 31/12/2021. Isto impede contratações, por vacâncias, ocorridas em período anteriores, e autorizações de códigos de vagas às novas contratações, restringe o número de servidores nas IFES.

A EC nº 93/2016 é legislação prejudicial às IFES, pois esta norma acresceu para ( trinta por cento) 30% o total de desvinculação das receitas públicas para os serviços sociais, e estendeu esta desvinculação aos Estados, Distrito Federal e Municípios, através da inserção dos artigos 76A e 76B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - (ADCT), restringindo o financeiro, outrora direcionado às políticas sociais, para quitar juros da dívida pública, ou seja, para dispêndios do mercado financeiro (BRASIL, [2016a])

Infere-se que a EC 95/2016, conforme autores citados, trata-se de legislação adversa à população brasileira, à educação pública; pois ignora o crescimento demográfico do país, torna obsoleta e insuficiente à estrutura física, tecnológica, mobiliária das IFES e Colégios de Aplicação, gera escassez do corpo docente, técnico, e terceirizados, restringe as aquisições de materiais e serviços à manutenção, permanência e propulsão das atividades de ensino e extensão que promovem o saber e labor humano, e das atividades de pesquisas que criam, contestam e inovam saberes e produtos nas diferentes áreas do conhecimento.

A política de extrema austeridade fiscal[3], aplicada pelos congressistas brasileiros, segue em descompasso ao desenvolvimento demográfico e econômico do país, provocando a derrocada da saúde e da educação pública por vinte anos consecutivos. Desde o início, da referida norma pesquisadores, escritores, a mídia nacional, alertaram que a EC 95/2016 gera sucateamento das políticas sociais, dos serviços públicos de saúde, educação; menospreza a qualidade de vida e saber dos brasileiros e residentes domiciliados no Brasil.

As críticas às imposições das EC 93/2016 e 95/2016 pautam-se nas constatações: a análise referente às despesas das IFES, versus despesas de juros e encargos da dívida pública do Brasil, explicita que o problema das finanças públicas não está nos custos com pesquisas desenvolvidas nas Universidades Federais - UF, pois os recursos investidos na função ciência e tecnologia (C&T) das UF corresponderam respectivamente a 0,34% e 1,62% dos dispêndios do Governo Federal, no entanto, as despesas efetivadas com juros e encargos da dívida pública estão 40,49%, a maior, que as despesas de custeios diversos da educação superior, no ano de 2019.

Além das sequelas inerentes à aplicação da EC 95/2016 sobre a sociedade, a acumulação de rendas se eleva, gradativamente, provoca crises e reduz investimentos fiscais [4]. Alude-se, que as restrições impostas, pela política de austeridade fiscal, impossibilitam ampliação dos serviços sociais em conformidade ao crescimento da população, e arrefecem a expansão das ações de ensino, extensão e pesquisas nas Universidades Federais e nas Ciências & Tecnologias.

Quanto ao financiamento da educação, os dados do Sistema Educacional Brasileiro – SEB revelam que enquanto o Brasil investe US \$ 2.165 por estudante, os demais países chegam a investir cerca de US \$ 6.363[5]. Frente ao exposto, a média do quantitativo de brasileiros, entre 25 a 36 anos, que conseguem cursar o ensino de terceiro grau, no Brasil, está abaixo de 19,6%, diferente da média do mundo que equivale a 42,8%.

Ressalta-se, ainda, que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – (PNAD), constatou que 11 milhões de brasileiros são analfabetos, equivalente a 6,6% da população com idade a partir de 15 anos. O Nordeste é a região com maior taxa de analfabetos equivalente a 13,9% da população, e deste valor 8,95% se reportam às pessoas de peles negras ou pardas, 3,6% às pessoas de peles brancas.

A realidade exposta revela que parte majoritária do Congresso Nacional e Presidência da República subestimam a realidade social do Brasil; desconsideram o histórico de pobreza e desigualdade que limitam as condições educacionais às camadas sociais que carece das instituições públicas para obtê-los, e aprovaram medidas comprometedoras da vida, da educação, e da cultura de milhões de brasileiros e residentes domiciliados no País.

Destaca-se, que, com a instauração da pandemia inerente à infecção do vírus COVID - 19, iniciada em março de 2020 e persistente em 2021, a crise socioeconômica se intensificou, caracterizada pelo arrefecimento da produtividade e comercialização de bens, produtos, serviços, pelo desemprego. O desaquecimento da economia provocou redução das receitas públicas, e conseqüentemente novos cortes e contingências, do orçamento público, que subsidia os serviços sociais, dos quais as IFES fazem parte.

---

[1] As Universidades Federais – UF estão contidas no conjunto das IFES.

[2] Data da entrada em vigor da Lei Complementar nº 173, de 2020.

[3] Restrição financeira dos gastos fiscais (bens e serviços sociais)

[4] Investimentos que incorrem em aquisições de bens, produtos e serviços.

[5] O valor de um dólar hoje, dia 12/05/2021, é R\$. 221,00 reais, enquanto a cotação do real equivale hoje a R\$ 0,192 dólares, conforme o conversor BRL –USD.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por balbúrdia e já enquadra UNB, UFF e UFBA. **ESTADÃO**, publicado em 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral>. Acesso em: 17 fev. 2021.

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 653 - 673, dez. 2016. ISSN 2447-4193.

ARRECHET, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA Carlos Aurélio Pimenta de **As políticas da Política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. Curitiba. Editora Unesp, 2019, v 1, 487p. ISBN: 9788539308187.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518231>. Acesso em 16 nov. 2020.

BRASIL. [((Constituição (1988)).)] **Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016**. (BRASIL, [2016a]). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc93.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc93.htm). Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016b].

BRASIL. **Código de Processo Civil e Normas Correlatas, Lei 13.105/2016.** – 9. Ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 317 p.

BRASIL. **Lei Complementar nº 173, de 28 de maio de 2020.** Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF - Lei 101 de 04\05\2000 e, trouxe limitações à elevação de despesas de pessoal.

BRASIL. **Procuradoria Constitucional. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental com Pedido de Medida Cautelar.** Disponível em: <http://s.oab.org.br/arquivos/2019/06/345cd02d-9e70-4a13-8b8c-6ff99e20c4c4.pdf>. Acesso em 17 nov. 2020.

BRASIL. O que é? Superávit Primário. Andréa Wolffenbuttel. **Revista IPEA.** 2005. Ano 2. Edição 10, mai.2005.

BRASIL. **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).** Disponível em: <http://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 30 nov. 2020.

COLETIVO NACIONAL DE ADVOGADOS DE SERVIDORES PÚBLICOS. **Orientação aos docentes:** liberdade de cátedra, de ensino e de pensamento. [S. l.]: Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos, [2018]. Disponível em: [https://ww2.icb.usp.br/icb/wp-content/uploads/2018/11/Cartilha\\_Liberdade\\_Catedra\\_Ensino\\_Pensamento.pdf?x89681](https://ww2.icb.usp.br/icb/wp-content/uploads/2018/11/Cartilha_Liberdade_Catedra_Ensino_Pensamento.pdf?x89681). Acesso em: 14 nov. 2020.

DANTAS, Miguem Calmon; JUNIOR, Onofre Alves Batista. **Revista Consultor Jurídico**, 18 de junho de 2019. Disponível em: [ConJur - Opinião: Os contingenciamentos e o ensino superior de qualidade](#). Acesso em: 14 nov. 2020.

FILHO, Naercio Menezes, SOUZA, André Portela. **A Carta: Para entender a Constituição brasileira.** São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2019.

FRAUCHES, Celso. **Educação Superior Comentada: políticas, diretrizes, legislação e normas do ensino superior.** Ano 1 nº 18, de 12 a 18 de julho de 2011. Disponível em: <https://abmes.org.br/colunas/detalhe/268/educacao-superior-comentada-politicas-diretrizes-legislacao-e-normas-do-ensino-superior>. Acesso em: 30 nov. 2020.

KEYNES, J. How to Avoid a Slump. In: MOGGRIDGE, D. **World crises and policies in Britain and América.** Londres: MacMillan/Cambridge University Press, 1937. v. 21. p. 384.

LIMA, D. G. de; LIMA, R. de L. de. A EC 95/2016 e a Educação Superior no Brasil: a materialização perversa do novo regime fiscal. **Revista Universidade e Sociedade**, ano 19, n. 63, p. 46-57, dez. 2019.

LUIZA, Ana. **Economia para poucos**: impactos da austeridade econômica e alternativa para o Brasil. São Paulo. Autonomia Literária, 2018. 375 p.

MARIANO, Sinara Monteiro. Emenda Constitucional 95/2016 e o Teto dos Gastos Públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017. DOI: 10.5380/rinc. v4i1.50289.

JUBÉ, Andréia. Ministro diz que pode rever cortes na educação se reforma passar. **Revista Valor Econômico**, edição sete, maio 2019. Brasília. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/6243549/ministro-diz-que-pode-rever-cortes-naeducacao-se-reforma-passar>. Acesso em: 14 nov. 2020.

NOVO, Buenos Cassino. **Análise da figura do amicus curiae trazida pelo Código de Processo Civil**: a origem, conceito, a natureza jurídica e quais são os limites e os direitos que o abarcam. Amicus Curiae (Processo Civil) Artigo Jurídico Direito Net, 18 jan. 2018 Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10419/Amicus-Curiae>. Acesso em: 20 dez 2020.

PINTO, J.M.R.; ADRIÃO, T. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **EccoS Revista Científica**, v. 8, n. 1, p. 23-46, jan.-jun. 2006.

ROSSI, Pedro Cassino; DWEEK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio. **Austeridade Fiscal e o Financiamento da Educação no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v.40, 2019.

SCAFF, Fernando Facury. É proibido proibir: notas sobre o bloqueio de verbas para a educação. **Revista Consultor Jurídico** [S.L: s.n.], 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002942296>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SOBRAL DE SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho; SOARES, Ricardo Maurício Freires. A Crise do Coronavírus (COVID-19) à Luz dos Direitos Humanos e Seus Efeitos nas Contratações Públicas. In: BAHIA, Saulo José Casali; MARTINS, Carlos Eduardo Behrmann Rátis. **Direitos e deveres fundamentais em tempos de coronavírus**. São Paulo: Editora Iasp, 2020, volume 2, pp. 442-470.

Sistema Educacional Brasileiro – SEB/INEP/MEC Sistema Educacional Brasileiro – SEB: o que é e como funciona? **STUDOS SEB**. Disponível em: <https://studos.com.br/sistema-educacional-brasileiro-o-que-e-e-como-funciona>. Acesso em: 08 mai. 2021.

**Capítulo 5**

**PANDEMIA COVID-19: UM AGENTE POTENCIALIZADOR  
DE TENTATIVAS E SUICÍDIOS? UM ESTUDO  
MULTIDISCIPLINAR ENTRE SOCIOLOGIA E PSICANÁLISE**

*Arthur Silva de Andrade*

# PANDEMIA COVID-19: UM AGENTE POTENCIALIZADOR DE TENTATIVAS E SUICÍDIOS? UM ESTUDO MULTIDISCIPLINAR ENTRE SOCIOLOGIA E PSICANÁLISE

**Arthur Silva de Andrade**

*<sup>1</sup>Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Recife*

*arthurpsique@gmail.com*

## RESUMO

O suicídio é considerado por séculos como um sério e multidimensional problema de saúde pública, impactando diretamente a sociedade. Logo, é a partir do fenômeno do suicídio e dos estudos sociológicos de Émile Durkheim e psicanalíticos de Sigmund Freud que o estudo teórico se desdobrou. Pesquisas demonstram que os impactos da pandemia COVID-19 vem gerando na sociedade efeitos dos mais diversos, como a potencialização do sofrimento, dando espaço a agravos mais profundos. Enquanto objetivo central, buscou investigar uma possível interlocução entre a pandemia COVID-19 enquanto potencializadora de tentativas e suicídios. Por fim, concluiu-se que o advento da pandemia COVID-19 representa um expressivo aumento dos casos de tentativas e suicídios pelo fato do social exercer nos sujeitos coerções exteriores, que evoca uma renúncia do eu à vida, devido a causas externas e bem como ainda renúncia poderia provir de causas internas, de motivos próprios ao eu.

**Palavras-chaves:** Suicídio. Covid-19. Saúde Pública. Sociologia. Psicanálise.

## INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, o suicídio é um sério e multidimensional problema de saúde pública, um complexo que envolve fatores psicológicos, sociais, biológicos, culturais e ambientais, impactando diretamente a sociedade e que pode ser evitado; é causado por diversos fatores e é perpassado por um histórico pessoal específico, como autoagressões que envolve ideação, ameaças, tentativas e atos suicidas, sendo assim, o suicídio apresenta-se como um de seus desfechos, logo o mais grave, é ainda associado ao comportamento suicida: a depressão, transtornos psiquiátricos, álcool e outras drogas etc. estatisticamente no Brasil, 51% dos casos de suicídio acontecem dentro de casa (WHA, 2019).

Sendo considerado um fenômeno psicossocial complexo, aspectos da vida social do sujeito também são de fundamental importância ao existir dele próprio, como por exemplo: guerras, fenômenos socioeconômicos, culturais, políticos etc. e à vista disso a pandemia COVID-19, enquanto disseminação mundial de uma nova doença, pode impactar uma sociedade de diversas formas, inclusive na sua saúde mental; à vista disso podendo gerar variados agravos a partir do isolamento social e com isso de toda uma nova adaptação cotidiana, drasticamente modificada. Logo, estudos especulam uma estreita relação entre pandemia e a potencialização de tentativas e suicídios (AMMERMAN et al., 2020).

Como já entendido, a pandemia COVID-19 por si só não é o único fator para o suicídio, mas levando em consideração que fatores como: 1. Isolamento afetivo e sentimento de solidão; 2. Sentimento de desamparo e desesperança; 3. Crise existencial são alguns dos sinais de alerta mais comuns, o isolamento social veio acentuar essas condições, ou seja, potencializar o sofrimento, através do: 1. Medo; 2. Isolamento; 3. Solidão; 4. Desesperança; 5. Acesso reduzido a suporte dos mais diversos etc. cedendo espaço para agravos mais profundos; pode então ser uma junção nociva de fatores de risco (REGER, STANLEY; JOINER, 2020).

Em suma, o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), em sua célebre obra: "O suicídio" (1897), fala do suicídio enquanto fenômeno social, pois, segundo suas ideias, deve-se olhar para o suicídio não como acontecimento particular, de forma exclusivamente singular e separada, mas analisar o conjunto dos suicídios cometidos numa sociedade dada, durante um certo período de tempo, constata-se que deixa-se de tratar de unidades independentes, um todo de coleção, mas que ele constitui por si só um fato novo, de unidade individual e natureza própria, e que a posteriori é uma natureza eminentemente social (DURKHEIM, 1986/2000).

Por conseguinte, o médico neurologista Tcheco Sigmund Freud (1856-1939), enfatiza a multideterminação do ato suicida, mostrando que os aspectos envolvidos na multideterminação dos atos suicidas origina-se através das forças psíquicas que levam o sujeito à autodestruição, que evoca uma renúncia do eu à vida, devido a causas externas e bem como ainda renúncia poderia provir de causas internas, de motivos próprios ao eu. Sendo assim o suicídio uma expressão direta dessa dinâmica tensional, já insuportável pelo medo, desesperança, perda da autoestima e que ocasiona o desamparo egóico, tendo o seu objeto de desejo perdido e deixa-se morrer, uma fuga da vida (WERLANG et.al. 2004).

Por fim, vê-se através dessas articulações conceituais entre a Sociologia e a Psicanálise que o social também influenciam o viver de cada sujeito, pois, segundo D'Assumpção et.al (1984, p. 184), “a personalidade, a família e a estrutura social não seriam sistemas fechados ou entidades separadas e independentes, porém componentes interatuantes de um todo unificado”. Por isso, é necessário pensar em medidas de prevenção ao suicídio de forma global e ampla.

## **OBJETIVOS**

Objetivo Geral: investigar uma possível interlocução entre acentuação suicida e a pandemia COVID-19.

Objetivos Específicos: 1. Conceituar o suicídio e seus desdobramentos; 2. Problematizar a Pandemia COVID-19 enquanto potencializadora de tentativas e suicídios; Articular a teoria sociológica de Émile Durkheim e psicanalítica de Sigmund Freud sobre o suicídio.

## **METODOLOGIA**

Enquanto metodologia, utilizou-se como metodologia de pesquisa a análise bibliográfica, que de acordo com Fonseca (2002) é um tipo de pesquisa que é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas no meio científico, bem como livros, artigos e dentre outras modalidades científicas. E de abordagem qualitativa, que segundo Minayo (1993) se trata de uma abordagem que trabalha com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, sendo assim trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Neste sentido, foram estudados livros clássicos da sociologia do teórico Émile Durkheim (O Suicídio) e estudos gerais da Psicanálise freudiana. E, concomitantemente ainda se pesquisando o assunto geral da proposta do estudo, através dos seguintes descritores: “Suicídio e Sociologia”; “Suicídio e Psicanálise”; “Suicídio e Covid-19” e “Suicídio e Pandemia”. Sendo encontrado um total de 30 artigos, mas sendo selecionados 10 destes por tratarem de forma mais diretiva ao problema da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontaram que não existem muitas pesquisas que tratam diretamente do assunto, mas outros que, mesmo de forma indireta, conseguem proporcionar importantes contribuições para se pensar de forma multidisciplinar o advento da potencialização de tentativas, suicídios e pandemia. Ainda mais, quanto mais a doença se espalha, mais gera um maior impacto sobre a população, podendo afetar os índices de comportamento suicida.

## CONCLUSÃO

Conclui-se com o estudo que o suicídio continua sendo um sério e multidimensional problema de saúde pública que se faz necessário pensar em medidas de prevenção ao suicídio de forma global e ampla. E que a pandemia COVID-19, através do isolamento social e com isso de toda uma nova adaptação cotidiana, drasticamente modificada veio acentuar essas condições, ou seja, potencializar o sofrimento, através do medo, isolamento, solidão, desesperança; acesso reduzido a suporte dos mais diversos e dentre outros pontos, dando espaço para agravos mais profundos, pode então ser uma junção nociva de fatores de risco.

Por fim, conclui-se que tanto a Sociologia de Émile Durkheim quanto a Psicanálise de Sigmund Freud dão contribuições convergentes no tocante ao fenômeno do suicídio, onde ambas dão ênfase também ao estatuto do social e validando com isso uma possível interlocução entre o suicídio e a pandemia global COVID-19. Isto posto, conclui-se que o advento da pandemia COVID-19 representa um expressivo fator desencadeante dos casos de tentativas e suicídios pelo fato do social exercer nos sujeitos coerções exteriores, que evoca uma renúncia do eu à vida, devido a causas externas e bem como ainda renúncia poderia provir de causas internas, de motivos próprios ao eu. É sabido destacar ainda da importância de maiores estudos intervencionistas para cada vez mais se compreender melhor o suicídio e os seus múltiplos agentes acentuadores, visando-se a prevenção e a posvenção de forma multidisciplinar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMMERMAN, B. A., BURKE, T. A., JACOBUCCI, R.; MCCLURE, K. (2020). Preliminary investigation of the association between COVID-19 and suicidal thoughts and behaviors in the U.S. *Journal Of Psychiatric Research*, [2020], v. 134, p. 32-38, fev. 2021.
- D'ASSUMPÇÃO, E. A.; D'ASSUMPÇÃO, G. M.; BESSA, H. A. *Morte e Suicídio: uma abordagem multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DURKHEIM, E. *O suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 1986-2000. FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. REGER, M. et al. *Suicide Mortality and Coronavirus Disease 2019 - A Perfect Storm?* *JAMA Psychiatry*, 2020.
- WERLANG, B. S.G.; MACEDO, M. M.K. e KRUGER, L. L. *Pespetiva psicológica*. In: WERLANG, B. G.; BOTEGA, N. J. *Comportamento Suicida*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- WORLD HEALTH ASSOCIATION. *Suicide*, 2019.

**Capítulo 6**

**JUVENTUDES E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS:  
EDUCAÇÃO, FUTURO E TRABALHO**

***Tatiane de Oliveira***

***Elenise Marks***

***Dinora Tereza Zucchetti***

## JUVENTUDES E SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: EDUCAÇÃO, FUTURO E TRABALHO

**Tatiane de Oliveira**

*Educadora Social na Política de Assistência Social. Graduada em Educação Física pela Universidade Feevale. Especialista em Educação. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. tatiolive90@gmail.com*

**Elenise Marks**

*Professora de Educação Infantil e Tutora de Licenciaturas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Feevale. Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar; Especialista em Psicopedagogia; Especialista em Gestão e Tutoria. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. elenisemarks@yahoo.com.br*

**Dinora Tereza Zucchetti**

*Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul. Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq) e pesquisadora convidada do Instituto Politécnico de Leiria. Doutora em Educação pela UFRGS. dinora@feevale.br*

**Resumo:** Este artigo é resultado da sistematização de experiências vividas em uma oficina com jovens no município de Novo Hamburgo, estado do Rio Grande do Sul. Tem como universo de pesquisa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, inscrito no âmbito da Política de Assistência Social. Problematizamos as juventudes e suas perspectivas de futuro em interface com a educação e o trabalho. Como recurso metodológico utilizamos a sistematização de experiências - inspiradas em Holliday (2006) e Falkemback (2007) - para analisar as práticas educativas com jovens participantes da oficina “Jovens em Ação”. Foram sistematizadas as seguintes temáticas: futuro, educação e trabalho. Através delas, buscamos identificar quais elementos são determinantes para criação e elaboração de projetos

de vida. No referencial teórico utilizamos as contribuições da educação popular e da sociologia. Os resultados do estudo apontam que a escola e a família se apresentam como provas de natureza estrutural e circunscrevem as expectativas de futuro dos jovens. Além disso, eles manifestam dissonância nas disposições para crer e agir e não possuem o hábito de planejar pensando no futuro. Por fim, ressaltamos que a sistematização de experiências é um importante recurso metodológico para pensar os processos de trabalho, pois permite um constante movimento de ensinar e aprender através da prática.

**Palavras-chave:** Futuro. Juventudes. Sistematização de Experiências.

**Abstract:** This article is the result of the systematization of experiences lived in a workshop with young people in the municipality of Novo Hamburgo, state of Rio Grande do Sul. Its research universe is the Coexistence and Bond Strengthening Service, which is part of the Social Assistance Policy. We problematize the youth and their future perspectives in interface with education and work. As a methodological resource we used the systematization of experiences - inspired by Holliday (2006) and Falkemback (2007) - to analyze the educational practices with young participants of the "Youth in Action" workshop. The following themes were systematized: future, education, and work. Through them, we sought to identify which elements are determinant for the creation and elaboration of life projects. In the theoretical referential we used the contributions of popular education and sociology. The results of the study point out that school and family present themselves as evidence of a structural nature and circumscribe the future expectations of young people. Besides, they manifest dissonance in the dispositions to believe and to act, and they don't have the habit of planning thinking about the future. Finally, we emphasize that the systematization of experiences is an important methodological resource for thinking about work processes, because it allows a constant movement of teaching and learning through practice.

**Keywords:** Future. Youths. Systematization of Experiences.

## INTRODUÇÃO

A sistematização de experiências tem sido utilizada como recurso metodológico em muitas pesquisas, as quais buscam refletir, especialmente, sobre os processos de trabalho coletivo. Recorremos a ela para pensar as práticas educativas com jovens e a partir delas produzir conhecimento (FALKEMBACH, 2007). Este procedimento possibilita reconstruir o processo, identificar, classificar e reordenar seus elementos. Permite objetivar o vivido, através do movimento de distanciamento do que experienciamos, convertendo assim, a própria experiência em objeto de estudo, interpretação teórica e de transformação (HOLLIDAY, 2006).

Destarte, sistematizamos as experiências com jovens participantes da oficina "Jovens em Ação", a qual constitui um projeto de educação não escolar no campo social. Por educação não escolar, qualificamos as práticas educativas,

protagonizadas, em sua maioria, por entidades socioassistenciais que emergiram no Brasil nas últimas décadas e que compõem junto com os movimentos sociais, a educação comunitária e a educação popular, uma perspectiva educativa com vistas à formação da cidadania (ZUCCHETTI; MOURA; LACERDA, 2019).

A partir disso, compreendemos que as práticas de educação não escolar podem ser consideradas estratégias pedagógicas alternativas que, em certa medida, confrontam o processo de exclusão social de crianças, adolescentes e jovens, construindo práticas sociais de produção de novos saberes (ZUCCHETTI; MOURA; LACERDA, 2019). A luz disso, ao sistematizar a oficina com jovens, objetivamos identificar quais elementos em suas trajetórias são determinantes para a criação de perspectivas em relação ao futuro. Para tanto, foram sistematizados os encontros que abordaram as temáticas: futuro, educação e trabalho.

A interface entre essas categorias é objeto de estudo de muitos pesquisadores, principalmente aqueles que se dedicam a investigar as juventudes oriundas das camadas populares, quais sejam: Pais (2003); Dayrell (2007); Leão, Dayrell e Reis (2011a, 2011b), Dayrell e Jesus (2016); Andrade (2017); Souza e Silva (2018), Silva e Leme (2019). Eles convergem ao indicar que a escola emerge nas narrativas juvenis como imperativo para um futuro melhor.

Para Pais (2003), o futuro é o tempo que parece legitimar o sistema de ensino, ao predicar que ele permite a “formação dos futuros homens do amanhã”. Contudo no labirinto da vida - como expressa o autor - os impasses do presente tornam o futuro ausente e os obstáculos dificultam as escolhas. Assim, acreditamos que a sistematização de experiências com jovens das camadas populares permite conhecer seus modos de vida, projetos futuros e as relações que estabelecem com a escola e mercado de trabalho. Contribui, portanto, para o avanço na produção de conhecimento no campo das juventudes, serve como suporte teórico para projetos similares a esse, bem como para a pensar as políticas públicas para esse segmento.

## Delineamento da Sistematização

A oficina “Jovens em Ação” é uma das estratégias do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV<sup>6</sup>), no âmbito da política de Assistência Social, que visa mitigar os efeitos causados pelo desligamento dos jovens, do atendimento diário, após completarem 15 anos. Observamos que ao se desvincularem do SCFV, não se engajavam em outras atividades educativas ou culturais. Parte deles estavam à margem do sistema de ensino e não tinham idade para ingressar no mercado de trabalho - a não ser na condição de aprendiz<sup>7</sup>. Ociosos, ficavam mais vulneráveis aos riscos do território. Não por acaso tem se sugerido que grande parte dos delitos cometidos por jovens ocorrem em seus tempos livres (PAIS, 2003).

Nesse sentido, a oficina foi desenvolvida com o objetivo de fortalecer a convivência familiar e comunitária; valorizar a pluralidade juvenil; proporcionar espaço de fala e escuta; contribuir para permanência ou retorno dos jovens à escola e fomentar a participação em espaços de tomada de decisão que discutam as juventudes. Participaram dela, oito jovens de 15 a 18 anos, estudantes ou evadidos do ensino fundamental, que doravante serão citados de acordo com o quadro abaixo:

**Quadro I – Caracterização e escolaridade dos jovens**

Codiname	Idade	Escolaridade
Alice	18	8º ano - evadida
Ana	15	7º ano
Vitória	15	8º ano
Raquel	15	4º ano
Davi	17	7º ano - evadido

6 O SCFV é um serviço de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social que atua em complementaridade ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos. Possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, visando sua emancipação para enfrentamento das vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2017).

7 Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000 assegura ao jovem de 14 a 18 anos formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Kevin	15	7º ano - evadido
Jonas	18	7º ano - evadido
Wesley	15	7º ano - evadido

Fonte: Elaborada pelas autoras. (2021)

Foram realizados um total de 14 encontros, entre os meses de setembro a dezembro de 2019. Cada uma teve duração de 1 hora e 30 minutos e periodicidade semanal. Os temas preferenciais foram: identidades juvenis; vida comunitária; futuro; educação; trabalho; saúde mental; sexualidade e drogas.

Para registrar as experiências, foram utilizados como dispositivos: ficha de recuperação de aprendizagem, entrevistas gravadas e posteriormente transcritas e registros em Diário de Campo. Estes instrumentos agregaram qualidade à análise dos materiais produzidos. Ainda em tempo, explicamos que a ficha de recuperação de aprendizagem é uma ferramenta própria da sistematização de experiência que tem intenção de “recuperar as lições de momentos significativos para montar um banco de informação de aprendizagens” (HOLLIDAY, 2007, p. 27). Nela deve conter o contexto da situação; o relato do que aconteceu; as aprendizagens e recomendações a outros espaços que estejam ou desejam desenvolver experiência similar (HOLLIDAY, 2007).

Por fim, descrito o delineamento metodológico, seguimos para as seções que discutirão as categorias futuro, educação e trabalho. Ressaltamos que as reflexões se darão na sequência das ações desenvolvidas na oficina. Foi no exercício de olhar para o presente e planejar o futuro, que os jovens apontaram a educação e trabalho como elementos fundamentais para a conquista de uma vida melhor.

### **1. Educação, Trabalho e Futuro: o que pensam os jovens?**

É frequente no pensamento popular a juventude ser descrita como uma fase de transição para a vida adulta. Nesse limbo entre juventude e adulez são classificados como aqueles que não pensam no futuro e que buscam viver apenas o hoje. Essa perspectiva adultocêntrica, os colocam como os únicos responsáveis pelo seu futuro. Como se suas trajetórias fossem estandarizadas, lineares, sem possíveis pontos de desvios.

Não obstante, quem trabalha com as juventudes e se propõe a escutá-las sabe que essa não é a realidade. Em geral, nos discursos juvenis a educação emerge como condição para conquistar uma profissão e se tornar alguém na vida, como se na realidade atual, eles fossem ninguém. Esse entendimento é construção do imaginário, especialmente das camadas médias e populares, que depositam na educação a possibilidade para mobilidade social. Todavia, sabemos que no Brasil os menores graus de escolaridade estão entre as camadas mais pobres da população, condição que implica diretamente nos postos de trabalho que ocuparão.

Embora apresentem disposições para crer que a educação e o trabalho são imperativos para um futuro melhor, os jovens expressam dificuldades em desenvolver disposições para agir, na perspectiva de mudança no campo social, tendo em vista suas condições objetivas e subjetivas de vida (LIMA, 2013). Como consequência, vivem um tempo de instabilidade e incertezas, de tensão entre o presente e o futuro, onde a vida mais parece um ioiô a dar voltas (PAIS, 2003).

Semelhante às trajetórias ioiôs que marcam as juventudes, esse estudo também se apresentará em um movimento cíclico, de avanços e retornos em que a educação e o trabalho representam pontos de chegada e de partida na corrida pelo futuro.

## **O Futuro**

Dialogar sobre projeto de vida para jovens que se desdobram para sobreviver é uma tarefa desafiadora. Eles dividem-se entre a ética da cigarra e da formiga. No primeiro caso, desfrutam do presente e sacrificam a possibilidade de conquistar um bem-estar futuro. No segundo renunciam o prazer do presente na esperança de sucesso no futuro (PAIS, 2003).

Nessa perspectiva, Leão, Dayrell e Reis (2011a), inspirados por Schultz (1979), definem por projeto de vida uma ação do indivíduo ao escolher um, entre futuros possíveis, transformando os sonhos e fantasias em objetivos a serem conquistados. Questionamos, portanto: Quais opções de futuros possíveis restam aos jovens das camadas populares? Sobre quais condições sociais eles poderão planejar seu futuro?

Ao encontro disso, o estudo de Andrade (2017), ao questioná-los sobre “O que fazer ano que vem?”, constatou narrativas bastante heterogêneas, mas com pontos em comum: a dificuldade em tomar decisões e planejar o futuro.

Compreendemos que a elaboração de um projeto de vida está intimamente relacionada ao campo de possibilidades dado pelo contexto socioeconômico e cultural no qual o jovem está inserido.

De acordo com Velho (1994), campo de possibilidades trata-se do conjunto de alternativas construídas no processo sócio-histórico, que passam pelo potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. Nessa perspectiva,

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam no vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso, são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios (VELHO, 1994, p. 46).

No âmbito das contradições, podemos destacar uma das atividades realizadas na oficina, a qual os jovens deveriam elaborar um Plano de Desenvolvimento Individual com pequenos objetivos a serem alcançados entre setembro e dezembro de 2019. Nela ficaram evidentes as dificuldades em planejar o futuro. Entre as questões a serem respondidas estava a seguinte: “Você costuma planejar suas atividades? Faz planos para o futuro? justifique”. As respostas apontaram diferentes formas de olhar para o futuro. Para Raquel e Vitória os planos para o futuro dependiam muito mais das decisões institucionais do que de suas ambições, pois ambas se encontravam em situação de acolhimento institucional. Mas de qualquer forma almejam retornar à família. Os outros jovens afirmaram que: “Sim (planejo). Meu plano esse ano é ser campeão da copa Sulicampe<sup>8</sup>”. (DAVI, 2019). “Não planejo nada, porque simplesmente não penso no futuro” (KEVIN, 2019). “Eu gosto de planejar para me motivar” (JONAS, 2019). “Eu não planejo porque

---

8 Super Liga de Campeonatos e Eventos Esportivos - SULICAMPE organiza campeonatos de futebol no Rio Grande do Sul. O campeonato referido pelo jovem se chamava Gauchinho Paranhana, no qual foram vice-campeões.

tenho preguiça” (ALICE, 2019). “Não costumo planejar, porque não tenho tempo para isso” (ANA, 2019).

Numa primeira interpretação, as respostas indicam que os jovens não costumam planejar pensando no futuro. Todavia, ao responderem à seguinte questão: “No início de 2019, qual era o seu principal objetivo?” trouxeram a escola e trabalho como condições importantes para o futuro, sendo a aprovação a principal aspiração, o que em certa medida representa uma forma de planejar.

Ao encontro disso, Andrade (2017) afirma que a escola é tematizada em nosso meio social como uma importante instituição para a transformação dos indivíduos e das sociedades. Esse discurso acaba se tornando parte do senso comum e é reproduzido indefinidamente, sem que os sujeitos de fato tenham desenvolvido disposições para agir de acordo com suas crenças. Por exemplo, na pergunta “Você já abandonou algum objetivo traçado para o ano de 2019?” Kevin, Jonas, Davi e Alice responderam que a escola foi um objetivo abandonado naquele ano. Observemos, que os jovens apresentam discursos e ações contraditórias.

Outro ponto importante para análise, foi a autorresponsabilização, visto que atribuíram à falta de esforço individual o motivo pelo qual não alcançaram os objetivos. Contudo, emergiram dos relatos outros elementos importantes para refletir sobre essa questão. Kevin ao falar do abandono escolar, afirmou que “No começo eu acho que me esforcei, mas depois eu fui relaxando e deixando a preguiça tomar conta de mim. E também tem a ansiedade de estar perto de outras pessoas e eu desisti”. Jonas afirma que não se esforçou o suficiente, assumindo a culpa pela desistência, mas afirmou que “outros problemas que aconteceram” também interferiram.

Mas para além de constar o distanciamento entre discurso e prática, o processo de sistematização buscou identificar os motivos pelos quais alguns objetivos se perderam durante a caminhada, para isso torna-se fundamental compreender a relação estabelecida entre os jovens e a escola. É sobre isso que trata a seção seguinte.

## **Educação**

A seção anterior apontou que para os jovens a escolarização é critério essencial para alcançar um futuro melhor. Não obstante, se mantêm as margens no campo educacional, seja em situação de evasão ou com uma série de reprovações.

Outrossim, os estudos de Leão, Dayrell e Reis (2011a; 2011b), Dayrell (2007), Silva e Leme (2019) revelam que o trabalho e a educação também são elementos importantes nas narrativas juvenis. Apesar disso, os dados de pesquisa de Silva e Leme (2019) apontam que muitos se encontravam fora da escola, desempregados ou no subemprego e que entre as camadas populares menos de 40% concluem o Ensino Médio na idade adequada.

Em 2019 a Fundação Getúlio Vargas fez um diagnóstico muito interessante sobre a evolução trabalhista e educacional de jovens entre 15 e 29 anos. A pesquisa indicou que naquele ano, 26,19% dos jovens apenas estudavam; 37,79% somente trabalhavam; 11,60% trabalhavam e estudavam e 24,53% pertenciam ao grupo dos “Nem-Nem”, nem estudavam, nem trabalhavam. No contexto deste estudo, quatro, entre os oito jovens, pertenciam ao grupo dos “Nem-Nem”. O restante somente estudava. Frequentavam o ensino fundamental, embora tivessem idade para cursar o ensino médio.

Assim, entre contradições discursivas e ações práticas, os jovens têm mantido uma forte orientação para o presente, já que o futuro fracassa em oferecer possibilidades de concretização das aspirações e os projetos de futuro permanecem relativamente ausentes (PAIS, 2003). Frente ao exposto, é importante pensar que os projetos individuais ou coletivos que construímos representam de certa forma um recurso essencial para lidarmos com a realidade, atuando como uma válvula de escape dos problemas. Todavia, quando pensamos na realidade brasileira, marcada por profundas desigualdades, determinados segmentos da população enfrentam desafios na elaboração de seus projetos de futuro, dispondo de possibilidades restritas e limitadas alternativas de escolha (SILVA; LEME, 2019).

Destarte, buscando compreender qual o espaço que a educação ocupa nos projetos de futuro juvenis, utilizamos como disparador para o debate o documentário “Nunca me sonharam”, que trata dos desafios do presente, expectativas para o futuro e os sonhos dos jovens que vivem a realidade do ensino médio público no Brasil. Depois de assisti-lo nos reunimos em círculo para o debate. Os jovens pouco falaram. Disseram que haviam gostado muito do documentário, mas não avançaram na discussão. Ana foi mais participativa e contribuiu falando que “a escola tem os momentos bons como o recreio e a convivência com os colegas”.

Diante da baixa participação na atividade oral, propusemos no encontro seguinte que eles escrevessem uma carta à escola. Explicamos que ela não seria entregue à instituição e que não precisaria ser identificada. A proposta era que pensassem nela como uma pessoa e falassem como se sentiam na relação aluno-escola. A atividade teve duração de 40 minutos. Após concluírem a escrita, entregaram as cartas. Os seus conteúdos trouxeram elementos importantes para refletirmos sobre a construção histórica da escola, seus tempos, espaços, funções e transformações. A carta de Kevin nos remete ao que Foucault (1987) apresenta em sua obra *Vigiar e Punir*.

Querida escola, queria lhe dizer por meio desta carta que nunca me senti realmente um estudante, eu me sentia um prisioneiro que era obrigado a estar ali. Não me sentia a vontade de estar ali, porque eu praticamente só ouvia e copiava no caderno e não aprendia nada (KEVIN, 2019).

O jovem se compara a um prisioneiro obrigado a permanecer em um espaço no qual seu corpo não se sente à vontade e a disciplina exige que ouvir e copiar aconteçam na ordem de um determinado tempo. A interpretação da carta de Kevin parece descrever a escola do século XVIII e seus novos contornos. A ordenação por fileiras na sala, no pátio, nos corredores; a organização por ordem serial; os grupos de alunos alinhados sob o olhar do mestre e o controle das atividades por horários permitiram uma nova economia do tempo de aprendizagem e fizeram do espaço escolar uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, hierarquizar e recompensar (FOUCAULT, 1987). Cabe, portanto, refletir que mesmo passados mais de dois séculos a descrição da escola em Foucault, sua arquitetura e organização permanecem muito atuais.

Por outro lado, mesmo desempenhando o papel de vigiar, punir e disciplinar corpos, para que dóceis sejam úteis (FOUCAULT, 1987), a escola é uma importante instituição que compõe a rede de proteção social. Para Ana a escola representa uma espécie de refúgio:

Eu sinto que a escola precisa acolher nós jovens, adolescentes, crianças. Precisamos, necessitamos de sensibilidade, de compreensão. Às vezes eu reflito sobre o que vou fazer na escola? Muitas vezes sinto como se a escola fosse um refúgio dos problemas, das dificuldades que passo fora dela. Os professores são importantíssimos. Eu me sinto tão engajada quando o professor entra na sala e entra no nosso meio e conversa, explica o conteúdo com diversão, com amor. Isso me motiva, me faz querer ir para a escola. Muitas vezes não tenho vontade de sair da escola e ir para casa (ANA, 2019).

A escrita revela que a escola simboliza mais que um espaço no qual se aprende os conteúdos. Trata-se de um lugar de acolhimento, de diálogo e de amorosidade. Muitos estudos têm tensionado sobre qual o papel da escola e do professor nos dias atuais. Eles convergem em afirmar que a escola e a prática docente devem abandonar a concepção predominante do século XIX de mera transmissão de saber (GADOTTI, 2003). O professor precisa assumir uma postura, dialógica, relacional, cultural e comunitária, rompendo com o ensino pautado somente em conteúdos objetivos. Compete a ele ser ético, ser um sonhador. Não é possível educar sem um sonho, sem a Ética do Cuidado<sup>9</sup>, da amorosidade (GADOTTI, 2003). Nesse sentido, Jonas faz um pedido à escola:

Querida escola, eu gostaria que você devia escutar mais os alunos e a opinião de cada um fosse ouvida e respeitada. Que houvesse mais interação com outras turmas da escola, fazer atividades diferentes, dar mais liberdade para os alunos mostrarem o que sabem fazer e dar mais valor aos alunos que vão com vontade de estudar e aprender. Eu gostaria também que algumas vezes todos pudessem sentar e conversar sobre as dificuldades na escola e em casa, pois sabemos que alguns jovens passam por coisas horríveis em sua própria casa (JONAS, 2019).

Predomina na carta do jovem o desejo pela escuta, pelo diálogo, por um olhar de cuidado. Para Boff (1999) o cuidado representa uma atitude de ocupação, preocupação, responsabilização e envolvimento afetivo com o outro. Para cuidar é preciso se importar. Diante disso, questionamos: quanto nos importamos com nossos jovens? Estamos cuidando das nossas juventudes?

Na concepção de Gadotti (2003) a educação não é mais responsabilidade somente da escola, mas de toda a comunidade. Inevitável não relacionar essa assertiva com a boniteza do provérbio Africano, o qual diz que é necessária uma aldeia inteira para se educar uma criança (MATHIAS, 2006). Contudo, quando olhamos para a nossa comunidade, para a forma como se dão as relações sociais, para a maneira com que os jovens são vistos, é possível acreditar que ela educa numa perspectiva dialógica, humana, holística? Assim sendo, acreditamos que a escola - mesmo diante de todas as suas mazelas - ainda é uma instituição que tem potencial para educar numa perspectiva de valorização da vida, da ética, do diálogo.

Para Freire (2014), na educação o diálogo começa na busca do conteúdo programático. O educador-educando é dialógico, problematizador e faz do conteúdo

---

<sup>9</sup> Leonardo Boff. Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis, Vozes, 1999.

programático uma devolução organizada, sistematizada e acrescentada dos elementos que os alunos lhe entregaram de forma desestruturada. Ao contrário dele, para o educador-bancário, na sua posição antidialógica, o conteúdo do diálogo não existe, ele vê apenas o programa sobre o qual dissertará. Sobre isso, Kevin revelou que a educação bancária fazia parte da sua realidade “[...] os professores não ligam para os alunos. Chegam, passam a matéria e pronto”. Complementando, Jonas relatou às mazelas do ensino noturno na modalidade EJA “À noite eu comecei a achar chato. As coisas (conteúdos) eram muito fáceis, não tinha nada para fazer. O professor chegava, passava a matéria e deu. Aí comecei a achar chato e desisti” e complementou denunciando que “[...] aqui a escola, nem tenta ir atrás, não importa por que tu saiu. Eles não estão nem aí”.

Destarte, a educação bancária, não dialógica e tampouco amorosa, contribuiu para a evasão escolar. Os jovens indicaram que a troca para o ensino noturno foi determinante. Como vinham de seguidas reprovações, a escola organizava turmas de Educação de Jovens e Adultos no turno da noite. Jonas e Kevin afirmaram que se isolavam para não se envolverem com drogas. Alice assumiu que o envolvimento com drogas e álcool a fez “matar” aula para sair com amigos. Ela estava em acompanhamento psicológico pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e as cicatrizes em seus braços denunciavam as tentativas de suicídio e automutilação. Davi, mais introspectivo, disse que achava chato o ensino noturno e por isso abandonou a escola.

Assim como as evasões, as reprovações também marcavam as trajetórias do coletivo. Ana atribuiu suas reprovações à falta de interesse e dedicação, mas sabemos que a mãe sofre com o alcoolismo e com a violência doméstica. Assim a jovem acabava assumindo para si o cuidado com irmãos mais novos. Wesley, também alegou pouca dedicação, contudo a depressão da mãe e o uso de drogas do pai foram fatores determinantes para as reprovações. Vitória e Raquel na condição peculiar de acolhimento, têm suas reprovações diretamente ligadas com a violação de seus direitos.

Frente ao que foi exposto até o momento, percebe-se que a passagem pela escola foi e está sendo marcada por significações particulares que os constituem enquanto indivíduos, mas que embora sejam incorporadas de maneira singular são

desafios estruturais muito comuns às juventudes e que implicam diretamente no futuro e nos postos de trabalhos a serem ocupados por eles.

## **Trabalho**

Como mencionado nas seções anteriores, o trabalho também é, no atendimento dos jovens, condição fundamental para conquistar um futuro melhor. Todavia, nenhum deles possuía vínculo empregatício no período de participação na oficina. Jonas e Alice já haviam completado 18 anos e poderiam ingressar no mercado de trabalho. O restante poderia exercer atividade laboral na condição de Aprendiz.

A conquista de um emprego esteve entre os objetivos estabelecidos para o ano de 2019. Porém, as estratégias e condições para concretizá-los estavam fragilizadas. Primeiro foi verificada a falta de documentos. Como conseguir um emprego sem eles? Não bastasse isso, o grau de escolaridade e a evasão restringiam o campo de possibilidades, visto que a maior parte das vagas para o Programa Jovem Aprendiz seleciona alunos do ensino médio e a matrícula escolar é uma exigência para participar do Programa. Constatado isso, tivemos importantes conversas com os jovens e suas famílias, reforçando a necessidade da documentação, da inserção e permanência na escola.

Na temática sobre trabalho os jovens trouxeram para o debate a profissão que almejavam. Enquanto isso, questionamos sobre as estratégias necessárias para alcançar tal profissão; qual o mercado de trabalho; qual a escolaridade exigida.

Concomitantemente a isso, a Universidade Feevale estava promovendo o evento “Mundo Feevale” o qual oportuniza aos jovens do ensino médio conhecerem os cursos de nível superior. Os jovens manifestaram interesse em participar e escolheram os cursos com os quais se identificavam.

Revelado o desejo de cursar uma faculdade, partimos para a discussão sobre como alcançar tal objetivo. O primeiro passo, seria retornar para escola. A partir disso, “podemos dizer que se o futuro está em jogo é porque nele se joga o presente” (PAIS, 2003, p. 310). E nesse jogo o caminho não é linear, não tem uma sequência lógica de acontecimentos. Os movimentos são cíclicos, onde para avançar às vezes é necessário retornar.

Podemos relacionar esses movimentos de avanços e retornos, com o que Pais (2003) define por trajetórias “ioiô”. Elas não são lineares e assemelham-se a um ioiô que está todo tempo a dar voltas. Muitos abandonam a escola, para investir na carreira profissional. De repente se dão por conta que sem a educação a carreira profissional não vingará, então retornam para a escola. No mesmo movimento ioiô passam pelo mercado de trabalho. O desemprego, o trabalho temporário e a precariedade dos empregos, impõe constantes voltas, vai e vem, nas trajetórias juvenis.

Como consequência dessas oscilações, muitos deles, especialmente entre as camadas populares, sentem-se fracassados. Não passam de ano porque não se esforçam o suficiente como sinalizado por Kevin. Não conseguem um emprego porque não são qualificados o bastante; permanecem na pobreza, pois não se empenharam e, portanto, não merecem dela sair. Assim, reproduzem um discurso de responsabilização sem compreender que oportunidades de ascensão social não são as mesmas para todas as pessoas.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel importante no sentido de problematizar a realidade social em interface com o sistema político atual. Enquanto os jovens se autorresponsabilizam por seus fracassos, mascaram a irresponsabilidade do Estado. Eles precisam se descobrir enquanto sujeitos com direito a saúde, cultura, educação e proteção social. No cenário atual a educação é despreendida da proteção do Estado e segue a lógica do neoliberalismo (SILVA; SILVA, 2012). E nesse projeto perverso, os jovens das camadas populares, já fragilizados por sua realidade social, se não fortalecidos com a garantia de seus direitos, continuarão a ser presas fáceis; se manterão as margens no mercado de trabalho ou no subemprego e assim continuarão atribuindo a si próprios os fracassos presentes em suas trajetórias.

### **O contexto social e suas implicações sobre as perspectivas de futuro**

Sabemos que o contexto social influencia sobremaneira as possibilidades de escolhas dos jovens. Embora sonhem com um futuro melhor, desejem avançar posições no campo social, permanecem paralisados diante das limitadas alternativas que lhes restam. Possuem dificuldade em planejar estratégias. Reconhecem a escola e o trabalho como imperativos para a “virada no jogo”, porém se mantém às margens deles.

Destarte, num esforço para analisar tais contradições recorreremos às contribuições de Bernard Lahire. De acordo com Lahire (2004), vivemos em uma sociedade em que os atores podem incorporar crenças sem ter os meios para respeitá-las, alcançá-las e concretizá-las. Além disso, podem ter incorporado normas e valores sem ter criado os hábitos para agir.

Essas contradições entre discurso e ação não existem ao acaso. São influenciadas por uma série de provas, mais ou menos padronizadas nas sociedades atuais, quais sejam: família, escola, trabalho, território. Embora, estandardizadas, elas são enfrentadas de maneira muito singular por cada um dos jovens (MARTUCCELLI, 2010).

Para Martuccelli (2010) as provas são desafios históricos, produzidos socialmente, culturalmente representados, desigualmente distribuídos, pelos quais os indivíduos são forçados a passar, dentro de um processo estrutural de individuação. Nesse contexto, a escola, a família e o trabalho são provas de natureza institucional.

A luz disso, percebemos que a conjuntura das escolas, de imediato, já se coloca como um desafio para as camadas populares. Bourdieu (2007) em seu escrito “A escola conservadora e as desigualdades frente à escola e à cultura”, denuncia que a escola tem sido um dos fatores mais eficazes para a conservação das desigualdades sociais e para a naturalização do dom e do mérito, ao exigir em seus currículos um capital cultural, econômico e social pertencente à elite.

Posto isso, a instituição se coloca como uma prova, visto que se configura como uma espécie de lugar estranho, onde os alunos não se encontram nos currículos, na arquitetura, nas pautas, enfim um não-lugar, um espaço de passagem, de transição, incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade (AUGÉ, 2005). Nessa perspectiva, os estudos de Pais (2003); Dayrel e Jesus (2016); Arantes, Pinheiro e Gomes (2019) apontam que a escola é um tipo de rito de passagem, um constante vir a ser, uma sala de espera, sendo, portanto, necessário que os familiares e os jovens acreditem nesse investimento futuro, nesse cheque pré-datado (PAIS, 2003), pois é a crença de recompensa por esse esforço que possibilita a internalização de uma disciplina necessária para “suportar” a frequência escolar (DAYRELL; JESUS, 2016). Posto isso, considerando que a família pode ser um suporte, ela também pode ser uma prova a qual os jovens são submetidos. Percebemos isso, quando, por exemplo, Ana assume que não sente vontade de

retornar para casa, ou quando Jonas afirma que os jovens passam por coisas horríveis na sua própria casa.

Compreendemos então, que esse conjunto de provas estruturais implica diretamente na construção de planos e sonhos futuros, talvez por isso, os jovens não tenham o hábito de planejar. Bourdieu (2007) afirma que a concordância das expectativas com as probabilidades de realização das mesmas, opera numa espécie de realismo que faz com que cada um tende a viver de acordo com sua condição. Portanto, não planejar o futuro pode ser expressão de um contexto que oferece pouca possibilidade de realização.

Por conseguinte, percebemos que os itinerários juvenis não seguem um tempo linear, são na verdade um labirinto (PAIS, 2003), repleto de desafios, provas e imprevistos os quais testam a todo o momento a capacidade de resistência, resiliência e em certa medida a fé desses jovens que sonham por dias melhores. Destarte, concluímos que diante das diversas provações que marcam suas trajetórias e circunscrevem seus sonhos, o futuro se apresenta como um tempo subjetivo e de incertezas, e, portanto, difícil de ser planejado, pois os jovens estão ocupados sobrevivendo hoje.

### **Guisa de encerramento**

A metodologia de sistematização de experiências nos possibilitou identificar quais os elementos das vivências juvenis são determinantes para a construção de perspectivas de futuro. A proposta metodológica favoreceu o diálogo e permitiu visitar e reviver os momentos compartilhados nas oficinas.

O movimento de retomada do processo indicou que a educação e o trabalho aparecem nas narrativas juvenis como imperativos para conquistar uma vida mais digna. Paradoxalmente, as disposições para crer na educação e no trabalho como elementos decisivos para isso, estavam em descompasso com suas disposições para agir.

Verificamos que suas trajetórias, não lineares, são marcadas por provas de caráter estrutural apropriadas de maneira muito singular por cada um deles. Nesse contexto, a escola e a família se constituem como as principais provas que circunscrevem a criação de expectativas para o futuro. Identificamos que a escola e seu *modus operandi* não concebe uma educação para cidadania, participativa e dialógica. Como consequência, os jovens permanecem inativos, apenas como

receptores de conteúdos, enquanto o conteúdo de sua vida é ignorado. Não por acaso parte deles abandonou a escola. Acrescentado a isso, as vulnerabilidades do contexto familiar: violência doméstica; uso de álcool; drogas e depressão, somado às dificuldades para a subsistência, constituem desafios que limitam as aspirações de futuro.

Por conseguinte, concluímos que a sistematização de experiências com as juventudes contribuiu para apontar os desafios impostos a eles nos dias atuais. Permitiu teorizar a prática e produzir conhecimento a partir dela, revelando a boniteza do trabalho com as juventudes.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. S. O que fazer ano que vem? articulações entre juventude, tempo e escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 2-26, 22 jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100119&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100119&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 11 nov. 2021.

ARANTES, V. A.; PINHEIRO, V. P. G.; GOMES, M. A. G. O valor da escola para os jovens. **International Studies on Law and Education**, São Paulo, Mandruvá, n. 31/32, p. 165-176, 2019. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Viviane\\_Pinheiro2/publication/331249433\\_O\\_valor\\_da\\_escola\\_pa\\_ra\\_os\\_jovens/links/5c6e86e0a6fdcc404ec21b19/O-valor-da-escola-para-os-jovens.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Viviane_Pinheiro2/publication/331249433_O_valor_da_escola_pa_ra_os_jovens/links/5c6e86e0a6fdcc404ec21b19/O-valor-da-escola-para-os-jovens.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

AUGÉ, M. **Não-lugares**. Papirus Editora, 2007.

BOFF, L. **Saber Cuidar Ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999. 199 p. Disponível em: <https://renasf.fiocruz.br/sites/renasf.fiocruz.br/files/artigos/BOFF%2C%20Leonardo.%20Saber%20cuidar.%20%C3%A9tica%20do%20humano%2C%20compaix%C3%A3o%20pela%20terra.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora**. Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 41-64, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) Departamento de Proteção Social Básica (DPSB) **Perguntas frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)** Brasília, 2017.

CASTEL, R. A DINÂMICA DOS PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO: da vulnerabilidade a "desfiliação". **Caderno Crh**, Salvador, v. 27/28, p. 19-40, dez. 1997. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DAYRELL, J. T; JESUS, R. E. de. Juventude, Ensino Médio e os processos de exclusão escolar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 407-423, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00407.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

DAYRELL, J. A escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

FALKEMBACH, E. M. F. Sistematização em educação popular: uma história, um debate. **Reunião Anual da ANPED**, v. 30, p. 18, 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 27. ed. Petropólis: Vozes, 1987. 288 p. Tradução de Raquel Ramalhete.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Juventude e Trabalho: Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem-Nem?**. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/juventude-trabalho>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

GADOTTI, M. **A boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003. 80 p.

HOLLIDAY, O. J. **Para Sistematizar Experiências**. 2. ed. Brasília: MMA, 2006. 128 p. Tradução Maria Viviana V. Resende. Disponível em: <[https://www.mma.gov.br/estruturas/168/publicacao/168\\_publicacao30012009115508.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/168/publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2020.

HOLLIDAY, O. J. Sistematização de Experiências: aprender a dialogar com os processos. **CIDAC: Rio de Janeiro**, 2007, p. 9-71.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004. Tradução Didier Martin e Patrícia Chittoni Ramos Reuillard.

LEÃO, G; DAYRELL, J. T; REIS, J. B. dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação & Sociedade**, v.32, n.117, p.1067-1084,2011a. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000400010&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302011000400010&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 25 nov. 2021.

\_\_\_\_\_, G; DAYRELL, J. T; REIS, J. B. dos. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Cadernos Cedes**, v. 31, n. 84, p. 253-273, 2011b.

Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622011000200006&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622011000200006&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 25 nov. 2021.

LIMA M. C. W. “**Disposições para crer, disposições para agir**”: jovens de escola pública pensando a educação, o trabalho e o futuro. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Instituto de Psicologia, Universidade Estadual do Ceará, Ceará. Disponível em: <<http://groundsmart-mail.com/documents/disposicoes-para-crer-disposicoes-para-agir-insercao-no-ensino.html>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

MARTUCCELLI, D. A individuação como macrosociologia da sociedade singularista. **Pessoa e sociedade**. v. 24, n.3, p. 9-29, 2010. Disponível em: <<https://personaysociedad.uahurtado.cl/index.php/ps/article/view/196/191>>. Acesso em: 18 mai. 2020.

MATHIAS, Antonio Jacinto. É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança. **Cadernos Cenpec / Nova série**, [S.l.], v.1, n. 2, ago. 2006. ISSN 2237-9983. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/167/196>>. Acesso em: 08 dez. 2021.

NUNCA ME SONHARAM. Direção: Cacau Rhoden. Brasil: Maria Farinha Filmes, 2017. Disponível em: <https://www.videocamp.com/pt/movies/nuncamesonharam>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. 4. ed. Berlin: Edições Machado, 2016. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/331346485\\_Ganchos\\_tachos\\_e\\_biscates\\_4\\_edicao](https://www.researchgate.net/publication/331346485_Ganchos_tachos_e_biscates_4_edicao)>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, A. C. B. da; SILVA, M. C. C. B da. A escola na condição de não lugar. **Pesquiseduca**, v. 4, n. 8, p. 340-362, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127042>>. Acesso: 20 nov. 2021

SILVA, I. M. M; LEME, M. I. S. PROJETOS DE VIDA E EDUCAÇÃO: narrativas de jovens das camadas populares sobre suas experiências. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 44, n. 1, p. 77-92, 9 maio de 2019. Universidade Federal de Goiás. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/55686/33073>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ZUCCHETTI, D. T; MOURA, E. P. G. de; LACERDA, M. P. de. Educação Não Escolar: estratégias pedagógicas alternativas. **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 272-288, fev. 2019. ISSN 2448-1939. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1716>> Acesso em: 22 mai.2020.

**Capítulo 7**

**USO E AMEAÇAS AO RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL:  
IMPLICAÇÕES SOBRE O CERRADO BRASILEIRO,  
PASSOS E IMPASSES NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

***Leticia Solivo***

***Joel dos Santos Pereira***

## **USO E AMEAÇAS AO RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL: IMPLICAÇÕES SOBRE O CERRADO BRASILEIRO, PASSOS E IMPASSES NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

**Leticia Solivo**

*Graduada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó. Mestranda no Programa de Pós Graduação em História – PPGH/UFFS.*

*Bolsista pelo Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina –*

*UNIEDU. E-mail: [leticiasolivo@hotmail.com](mailto:leticiasolivo@hotmail.com)*

**Joel dos Santos Pereira**

*Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS,*

*Campus Chapecó. Mestrando no Programa de Pós Graduação em História –*

*PPGH/UFFS. E-mail: [joel.humanidades@yahoo.com.br](mailto:joel.humanidades@yahoo.com.br)*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar os dilemas em relação a preservação dos recursos hídricos no contexto nacional, analisando especificidades do Cerrado brasileiro, localizado nos Chapadões Centrais do Brasil, sendo a mais antiga das formações ambientais da história moderna no Planeta Terra. O Cerrado é considerado um ecossistema de Savana, em que se caracteriza por regimes pluviométricos alternados e vegetação adaptada às diversas condições de sua história ambiental, de sua história evolutiva natural. O mesmo apresenta uma das maiores diversidades florísticas e animal do mundo, considerado também o berço das águas, devido a sua extensa rede recursos hídricos, distribuindo água nas principais bacias hidrográficas da América do Sul. Para realização de tal debate, utiliza-se o campo da História Ambiental, que contribui para a ampliação do entendimento do percurso histórico de apropriação da natureza, em diferentes momentos. Para esta finalidade busca-se enfatizar inicialmente parte das discussões que se consolidaram ao longo do processo de expansão geográfica das populações, fator que, em princípio, causou e continua causando considerável pressão sobre a natureza e seus recursos. Sendo a água um dos recursos naturais, estando no centro de debates preocupantes, devido a isso o Brasil possui uma cobertura legal, a fim de preservar e proteger esse recurso hídrico. Necessita ser entendido de forma complementar, a partir de suas propriedades hídricas, com intrínseca relação com as demais formas de vida, vegetal e animal.

**Palavras-chaves:** Cerrado. Recurso Hídrico. Leis. Poluição.

**Abstract:** This paper aims to analyze the dilemmas in relation to the preservation of water resources in the national context, analyzing specificities of the Brazilian Cerrado, located in the Central Plateaus of Brazil, being the oldest environmental formation of modern history on Planet Earth. The Cerrado is considered a Savannah ecosystem, characterized by alternating rainfall regimes and vegetation adapted to the diverse conditions of its environmental history, of its natural evolutionary history. It has one of the largest floristic and animal diversities in the world, also considered the cradle of the waters, due to its extensive water resources network, distributing water in the main hydrographic basins of South America. In order to carry out this debate, we use the field of Environmental History, which contributes to the broadening of the understanding of the historical path of appropriation of nature at different times. To this end, we seek initially to emphasize part of the discussions that were consolidated during the process of geographical expansion of the populations, a factor that, in principle, caused and continues to cause considerable pressure on nature and its resources. As water is one of the natural resources, it is at the center of worrying debates, and because of this Brazil has a legal coverage in order to preserve and protect this water resource. It needs to be understood in a complementary way, from its hydric properties, with an intrinsic relationship with the other forms of life, vegetal and animal.

**Key-words:** Cerrado. Water resource. Laws. Pollution.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos três séculos que passaram, a saber, séculos XVIII a XX, as sociedades passaram por profundas transformações. Uma das razões dessas transformações está no protagonismo oportuno do pensamento iluminista, à época. A partir das propostas iluministas, se permitiu superar diversos paradigmas religiosos vigentes até aquele momento.

Como afirma Steven Pinker "Se existiu algo que os pensadores do iluminismo tiveram em comum foi a exigência de que se aplicasse vigorosamente o critério da razão para entender o mundo [...]" (PINKER, 2018, p. 24). Na esteira desses pensamentos de ruptura conceitual, as ciências avançaram rumo à formulação de teorias explicativas, experimentos e descobertas em diversos campos de estudo sobre a vida no Planeta Terra, proporcionando um novo momento da história da humanidade, sob forte influência da razão.

Sob a hegemonia do saber científico, a natureza torna-se um "objeto" de grande importância aos cientistas e pesquisadores, com novo interesse, tanto para se "proteger" de suas supostas ameaças quanto para usufruir de suas potencialidades. As discussões de Patrícia Fara também contribuem com esse aspecto da discussão,

possibilitando compreender que, desde os tempos da humanidade ancestral, a natureza foi entendida como meio natural a ser superado e de se obter modos de sobrevivência humana (FARA, 2014, p.420).

Entretanto, no percurso histórico mais recente, os avanços científicos conduziram a comunidade de pesquisadores a se ocupar com temas variados, em alguns casos contraditórios. Cita-se, como exemplo, as preocupações com questões sobre o clima, enquanto se consolidava o desenvolvimento nas áreas nucleares, prefigurando um discurso relativamente utópicos como registra Fara, ao dizer que "Durante o século 20, governos incentivavam os cidadãos a depositar na ciência e na tecnologia suas esperanças para o futuro" (FARA, 2014, 428-429).

Ademais, como já destacamos nos estudos de Pinker e Fara, ainda que de forma indireta, a questão do uso dos recursos naturais, sobrejacente às demandas por recursos hídricos, tem sido analisada por importante parcela de autores, dentre os quais, queremos destacar as contribuições de Alfred Crosby, tratando do que chamou de Imperialismo Ecológico. Para o autor supracitado (CROSBY, 2011) a questão da busca por fonte de recursos naturais, bem como por condições climáticas-geográficas favoráveis a determinadas práticas perpassa diversos períodos do processo de expansão das populações, a partir dos movimentos migratórios europeus contemporâneos aos primeiros empreendimentos dos navegadores do dito Velho Mundo.

No âmbito de suas discussões, Crosby (2011) elaborou compreensões que nos permitem entender o modo como a expansão de domínio europeu sobre o mundo a partir dos grandes movimentos de navegações ultramarinas contribuiu para o estado em que se encontra na atualidade a urgência dos debates sobre os recursos da natureza.

Nota-se pelas constatações de Crosby (2011) que a metodologia recorrente de domínio sobre a natureza desse período ocorria basicamente pela introdução de espécies bióticas, como espécies exóticas a essas regiões sob exploração. Fato é que, ao introduzirem espécies novas em seus domínios coloniais, as potências imperialistas europeias acabaram por estimular uma concorrência biológica entre as espécies vivas, desde plantas gramíneas para pasto e até cultivos experimentais de produtos apreciados pelo mercado europeu. Tal concorrência entre as espécies vivas, em boa parte, acarretou tanto a corrupção das espécies nativas quanto sua própria extinção, em casos mais críticos.

A partir da ausência de elementos de vegetação nas novas regiões que Crosby chamou de Neoeuropas (CROSBY, 2011), também elementos de fauna ficaram sob ameaça quanto a sua sobrevivência, o que pode ser compreendido como característica de desequilíbrio biológico importante na cadeia de reprodução de espécies de flora e fauna de forma considerável (CROSBY, 2011, p. 13-19 e 305-313).

Ademais, contribuições de Clive Ponting (1995), convergem com as constatações de Crosby, para a ampliação do debate entorno das questões ambientais, antes de propriamente adentrarmos nas discussões sobre os recursos hídricos. O autor acima mencionado oferece importante contribuição para essa reflexão que se pretende desenvolver a partir de sua obra "Uma história verde do mundo" (PONTING, 1995). Sobretudo, em sua abordagem sobre o modo como o processo de dominação sobre a natureza impõe a dominação sobre povos e regiões, para proporcionar a continuidade do processo de subordinação dos territórios conquistados à lógica mercantilista inaugurada. Isso foi fato, em particular, a partir do processo de mercantilização dos recursos e dos instrumentos propícios ao progresso comercial pretendido e monopolizado pelas potências hegemônicas.

Dessa forma, se compreende que, ao longo de um período, condições econômicas e políticas privilegiaram os países colonizadores que, por diversas iniciativas e práticas exploratórias condicionaram países periféricos a uma lógica comercial hierarquizada. Deste modo fez aflorar situações de dominação e subordinação tipificadas no surgimento da condição terceiro-mundista.

Os instrumentos que impuseram essa lógica de dominação político-comercial, se fizeram presentes através de práticas tais como: condicionamento de antigas colônias a meramente fornecedores de matéria prima para atender as necessidades do processo de industrialização europeu, além de colocarem à margem da possibilidade de progresso econômico. Por desapropriações, alterações do uso do solo, exploração comercial de recursos minerais e vegetais, tais fatores forneceram elementos essenciais para impor uma condição de dependência entre antigas metrópoles e ex-colônias. Ainda que as condições pretéritas para este fenômeno tenham emergido durante as primeiras expansões comerciais, e o início dos processos de colonização ultramarinos.

Tal avanço colonial, no início, foi seguido de práticas escravocratas, exploração de mão de obra autóctone, fluxo migratório forçado e estimulado. A implantação da monocultura nesses países dominados impôs um redirecionamento do uso da terra,

favorecendo a prática da monocultura. Neste sentido, países asiáticos, foram desestimulados à prática de produção visando ao consumo interno, para se inserir no mercado mundial de valor, pela implantação de culturas favoráveis às exportações.

Posteriormente, a lógica comercial imposta pelos EUA e pelos principais países europeus fracionou o mundo em diversas regiões de interesse, domínio e disputa. Avançou e se aprofundou entre os séculos XIX e XX.

Portanto, o presente estudo de caso busca analisar os dilemas em relação à preservação dos recursos hídricos no contexto brasileiro, analisando especificidades do Cerrado. Este que é considerado um ecossistema de Savana, em que se caracteriza por regimes pluviométricos alternados e vegetação adaptada às diversas condições de sua história ambiental e evolutiva natural. Considerado Savana, o Cerrado brasileiro se constitui pela maior biodiversidade do Planeta Terra, localizado nos Chapadões Centrais do Brasil, sendo a mais antiga das formações ambientais da história moderna no Planeta Terra (BARBOSA, 2017, p.19). Com início ainda no período Cenozóico, a aproximadamente 65 milhões de anos, compreende um bioma com formação longa, por volta de 45 a 60 mil anos.

Nele predomina o clima tropical sub úmido, caracterizado por duas estações, uma seca e uma chuvosa. O mesmo apresenta diversos subsistemas, que se diferenciam pelos solos, fisionomia vegetal e diversidade faunística, com uma das maiores diversidades florísticas e animal do mundo. Muitos dos organismos que vivem no cerrado, têm um potencial para fins farmacêuticos, isso porque a fauna e a flora são especializadas, devido ao fato de que foram ao longo do tempo se adaptando e sobrevivendo às mudanças de ordem natural, sendo considerado um hotspot. Também é considerado o berço das águas, pois possui uma extensa rede de recursos hídricos, isso porque é distribuidor de uma quantidade significativa de água, alimentando as principais bacias hidrográficas da América do Sul (BARBOSA, 1995).

## **METODOLOGIA**

O meio ambiente constitui-se tema de suma importância em razão de ser fator fundamental porque a humanidade encontrou condições de evoluir e desenvolver seus modos de sobrevivência pelo uso dos recursos naturais. Deste modo discutir questões ambientais, significa discutir a própria existência humana. Elege-se

metodologia de caráter qualitativo como forma de ler e entender a realidade a partir de diversas fontes e referenciais bibliográficos. Pode-se abordar a presente discussão sobre o uso dos recursos naturais pela humanidade, dentro do campo da História Ambiental, o que contribui para a ampliação do entendimento do percurso histórico de apropriação da natureza, em diferentes momentos. Porquanto a preocupação da História Ambiental, que avalia as consequências ecológicas e socioambientais, aflora enquanto campo de pesquisa, a partir da década de 1970, emergindo de uma necessidade de mudanças das relações entre homem e natureza. A mesma tem por objetivo analisar mudanças e transformações da natureza e dos homens no decorrer do tempo, considerando o ser humano como parte integral do meio ambiente onde está inserido. O historiador Donald Worster (1991, p. 2) define História Ambiental dessa forma:

[...] parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.

Utilizando este conceito de história ambiental é importante analisar quem eram os indivíduos que lidavam com o meio ambiente, compreendendo que seu entendimento parte de que os seres humanos foram, ao longo do tempo, modificados pelo seu ambiente natural, e, inversamente. Também não devemos somente atentar a descrever o ambiente, mas também analisar as relações que esses indivíduos têm com o mesmo. Compreendendo também as transformações que ocorrem dessa relação. Ao analisar essa relação, devemos levar em conta as mudanças que ocorrem no meio ambiente a partir dessa interação entre humanidade e natureza.

## **PASSOS E IMPASSES NA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: ASPECTOS LEGAIS NO CASO BRASILEIRO**

Atualmente, os recursos hídricos estão no centro dos temas ambientais mais discutidos em muitas áreas do conhecimento. Tal preocupação se torna visível à medida que a demanda populacional aumenta e com ela, o uso demasiado desse

recurso finito na escala de tempo da vida humana. Esse aumento por demanda hídrica ocorre em razão dos usos intensivos, seja para indústrias, para a agricultura, abastecimento e entre outros. Visando a importância desse recurso, o Brasil tem uma cobertura legal e políticas públicas com o intuito de preservar e valorizar seus recursos, então em 1934, foi estabelecido o primeiro grande marco legislativo em relação ao gerenciamento da água no Brasil, o decreto n. 24.643/1934, conhecido como Código das Águas, que dispõe sobre a utilização e aproveitamento do potencial hidráulico.

Há ainda lei específica que regulamenta o uso dos recursos hídricos, a saber, Lei Federal nº 9433/97<sup>10</sup>, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Essa lei deu maior abrangência ao Código de Águas de 1934, que centralizava as decisões sobre a gestão de recursos hídricos no setor elétrico. De forma que:

Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH) e por seus correspondentes nos estados, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH); a Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SRHQA), que exerce a função de secretária-executiva do CNRH; órgãos colegiados regionais deliberativos instalados nas unidades de planejamento e gestão, os comitês de bacias hidrográficas de rios federais e rios estaduais; e instâncias executivas das decisões dos colegiados regionais, as Agências de Água de âmbito federal (ANA) e estadual.(GRANGEIRO; RIBEIRO; MIRANDA, p. 421/422. 2020)

Outras medidas que vem ao encontro da necessidade de cuidados ambientais, foram estabelecidas pela resolução, tal como a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981<sup>11</sup>, dispondo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e estabelecendo critérios de regulação do uso dos recursos naturais. Ademais, pela resolução CONAMA Nº 001/1986<sup>12</sup> fica estabelecido que toda atividade que pode causar danos ao meio ambiente necessita de estudos, planejamento e aprovações prévias, tais como o EIA/RIMA. Tais instrumentos legais se propunham a promover mudanças nos

---

<sup>10</sup> BRASIL, PLANALTO. LEI Nº 9433/97. Cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

<sup>11</sup> BRASIL. PLANALTO. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Art. 2º, III e V, propõem: III planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

<sup>12</sup> BRASIL. MMA. Resolução CONAMA Nº 001/1986: Art. 2º Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA157 em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente [...].

aspectos administrativos, jurídicos e institucionais dos recursos hídricos no Brasil. Vale dizer que, proteger a água implica em proteger os solos.

Dessa forma, no Brasil, por meio de instrumentos legais garantir acesso das populações aos recursos ambientais e hídricos, procurando mitigar possíveis danos ambientais. É importante entender que toda a atividade humana pode ter algum impacto sobre o meio ambiente, umas de forma menos acentuadas outras acarretando riscos consideráveis, da dragagem de um rio à construção de uma planta industrial, ou de uma grande lavoura.

Entretanto, apesar dessas medidas que visam impedir ou mitigar os danos ambientais, também, com efeito sobre os ecossistemas do Cerrado, tais medidas ainda carecem de aprimoramentos para que possam alcançar os resultados necessários que se pretende: a preservação da biodiversidade, neste estudo de caso, sobre o Cerrado. Os desafios são de diversas naturezas, em que essa discussão necessita de aprofundamento.

## **PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS, COMO RISCOS REAIS À PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

O Brasil é um País caracterizado por grande diversidade climática, de ecossistemas, de uso e ocupação da terra, sendo que a Agência Nacional das Águas (ANA), órgão incumbido de fiscalizar e regular os recursos hídricos, sendo também responsável pela gestão financeira da cobrança da água. A mesma propôs um Plano Nacional de Segurança Hídrica com o propósito de monitorar a evolução dos indicadores de segurança hídrica no País.

A demanda tanto nacional como mundial para a produção de alimentos aumenta progressivamente a taxas muito altas. Com isso o consumo da água nacional é relativamente grande. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se que até o ano de 2050, aproximadamente 2 bilhões de pessoas não terão acesso ao recurso hídrico para realizar suas necessidades mais básicas. Outra estimativa realizada pela Agência Nacional De Águas (ANA), sendo esse cenário para o ano de 2035 – estima-se que a área com menor segurança hídrica seja a região Nordeste, enquanto as áreas com maior segurança hídrica possuem uma combinação entre uma hídrica natural mais elevada e uma pequena pressão de demandas sociais. A

Organização Mundial da Saúde (OMS), prevê que futuramente a água doce será um dos recursos naturais mais escassos e disputados pelos países, em que se destaca:

Um bilhão e duzentos milhões de pessoas (35% da população mundial) não têm acesso à água tratada. Um bilhão e oitocentos milhões de pessoas (43% da população mundial) não contam com serviços adequados de saneamento básico, sendo que a maior parte dos três bilhões (ou mais) de habitantes, que devem ser adicionados à população mundial no próximo meio século, nascerá em países que já sofrem de escassez de água. (SANTIN; GOELLNER. p. 203, 2013)

Estima-se que o Cerrado já chegou a sua plenitude evolutiva, considerando que o mesmo é compreendido como o berço das águas. Muitas das plantas apresentam um crescimento muito lento, por isso uma vez degradado, não há possibilidade de recuperação (BARBOSA, 2017). Essa vegetação nativa é responsável pelo abastecimento dos lençóis mais profundos, isso porque apesar da aparência de seco, as raízes das vegetações são profundas, tendo por vezes o comprimento de 30 metros, e suas raiz percorrem quilômetros unindo-se no subsolo, contribuindo assim para a infiltração da água, e que é possível visualizar apenas 10% da planta pois, o resto se encontra abaixo do solo. As mesmas têm a capacidade de absorver e depositar a água das chuvas nos lençóis freáticos, e posteriormente alimentando os aquíferos. Porém, o que constituía cobertura original, atualmente mais de 50% não existe mais, de forma que a destruição de vegetação nativa contribui para diminuir a vazão dos rios e, conseqüentemente, oferta de água e isso pode ocorrer devido às modificações e a introdução da atividade agrícola de larga escala no Cerrado. Os desmatamentos e as queimadas para a expansão da área da fronteira agrícola, têm alterado significativamente a estrutura desse Sertão Velho, entrando em processo acelerado de degradação.

Essa condição a que está submetido o Cerrado, sobretudo, ocorre pela prática agrícola direcionada para a produção de commodity, em particular, para a plantação de soja transgênica, que ocupa 90% da expansão da agricultura nos últimos anos. Desse modo, compreende-se que o Cerrado está desprotegido. Outro fator a se considerar é a modificação do solo, visto que, ao utilizar insumos agrícolas, em destaque o agrotóxico, se altera as condições do mesmo. Destacando que o uso de produtos químicos, juntamente com a tecnificação no setor agrário levou ao emprego de substâncias químicas sintéticas, sobretudo a partir dos anos de 1940 em nível mundial. Afetando diretamente o ambiente, o solo, levando ao esgotamento da

fertilidade, envenenamento da água e dos seres vivos que compõem o espaço. É importante salientar que tais substâncias químicas fixam-se no solo, degradando o ambiente, infiltrando no solo e chegando aos lençóis freáticos, comprometendo a qualidade da água, podendo afetar a fauna e flora aquática. Compreende-se que agrotóxico quando em contato com água, provoca um aumento no número de microrganismos decompositores e que ao serem carregados pelas águas superficiais, percorrem uma grande distância, deixando vestígios do seu veneno, como enfatiza Rachel Carson<sup>13</sup>, no livro *Primavera Silenciosa* (1969), obra considerada chave para o ambientalismo contemporâneo, referente aos agrotóxicos:

São substâncias não-seletivas, que tem o poder para matar toda espécie de insetos – tanto os “bons” como os “maus”, têm o poder para silenciar o canto dos pássaros e para deter o pulo dos peixes nas correntezas; para revestir as folhas das plantas com uma película mortal, e para perdurar, embebidas no solo. (CARSON, 1969, p. 17)

Importante salientar que, a contaminação da água potável através das substâncias químicas utilizadas na agricultura é uma realidade cada vez mais presente, e que as políticas adotadas pelo Ministério da Saúde, segundo Londres (2011), em relação ao controle da qualidade da água consumida pela população, estão baseadas nos limites de resíduos aceitáveis. Assim, além das questões ambientais, tem-se a preocupação com a intoxicação humana devido ao seu alto teor toxicológico desses produtos assim o uso de agrotóxico além de ser uma preocupação ambiental, passa a ser um problema da saúde pública, pois os efeitos são sentidos na população do campo, da indústria e dos consumidores,

A água, de todos os recursos, é um dos mais preciosos, e a contaminação das águas superficiais e subterrâneas constitui um impacto ambiental e social preocupante, e apresenta dados alarmantes. Um exemplo é a capital do Brasil, Brasília que se encontra com a oferta desse recurso hídrico escassa. O agronegócio, causando uma ampla destruição vegetal, utiliza uma grande quantidade de água, tendo como exemplo a irrigação, que tem um alto consumo de água potável, sendo que a agricultura é o setor que mais consome água doce no Brasil, cerca de 70% e que utilização de agrotóxicos é a segunda maior causa de contaminação de rios no

---

<sup>13</sup> Rachel Louise Carson foi uma bióloga norte-americana. Através de publicação de artigos e outros livros sobre meio ambiente, Rachel ajudou a lançar a consciência ambiental moderna (CARVALHO; NODARI; NODARI. 2017)

Brasil, perde apenas para o esgoto<sup>14</sup>, desencadeando sérios problemas de saúde e ambientais no País.

As bacias do Cerrado estão operando no limite, o seu uso cresce e a vazão dos rios diminui devido ao desmatamento das vegetações nativas e ao agronegócio, juntamente com a contaminação das águas devido ao uso do agrotóxico, compromete as águas nacionais, sendo que o Cerrado é responsável por 75% da vazão nacional das principais bacias hidrográficas do País. Na região se encontram os 3 maiores aquíferos do mundo, sendo eles, o Urucuia, que alimenta todas as águas do Tocantins e parte do rio São Francisco, o aquífero Guarani, que alimentam todas as bacias hidrográficas do Paraná e o Bambuí, que também alimenta as águas do Tocantins, São Francisco e Parnaíba, por isso o cerrado é caracterizado como o berço das águas do continente sul-americano. Portanto, a segurança hídrica e conservação dos recursos hídricos são de extrema importância e fundamentais para um desenvolvimento sustentável das gerações futuras, pois, entende-se que tanto a quantidade da água quanto sua qualidade pode não ser suficientes para atender as necessidades humanas e econômicas futuras.

O debate da questão do uso dos recursos hídricos, constitui-se exemplo importante quanto a análise crítica dessa problemática ambiental. Para exemplificar as contínuas pressões sobre os reservatórios d'água, pode-se citar o fato noticiado sob o título "Preço da água vai entrar no casino de Wall Street"<sup>15</sup>, destacando que a água transformara-se em mercadoria, a exemplo de outros commodities. Incontestavelmente, financeirização dos recursos ambientais. Tal fato corrobora para o que Barbosa (2017, p.36), considerou ser a ameaça crescente da prática da privatização da água. Em que pese que essa ameaça noticiada se localiza no cenário externo ao Brasil, constitui exemplo prático de que preservar os recursos naturais representam uma ameaça global<sup>16</sup>. Não para o alento brasileiro, entretanto, se pode considerar que, no atual momento do sistema capitalista internacional, a questão de

---

<sup>14</sup> STRACCI, Larissa. Agrotóxicos e a poluição das águas. In: EcoDebate. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/08/24/agrotoxicos-e-a-poluicao-das-aguas/>. Acesso em 16 dez. 2020.

<sup>15</sup> PREÇO da água vai entrar no casino de Wall Street. Esquerda. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/preco-da-agua-vai-entrar-no-casino-de-wall-street/71684>. Acesso em 13 dez. 2020.

<sup>16</sup> SEGURANÇA Hídrica: do conceito à aplicação prática no planejamento da infraestrutura hídrica estratégica do Brasil. Agência Nacional das Águas. 2020. Disponível em: <https://pnsh.ana.gov.br/home>. Acesso em: 16 dez de 2020.

preservação ambiental, honestamente, não faz parte da ordem do dia em diversas partes do globo terrestre. Pelo contrário, o que se nota é uma verdadeira corrida pela apropriação dos recursos naturais, entre os grandes atores globais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como enfatizado ao longo deste estudo de caso, sabe-se que o uso do recurso hídrico está sendo realizado de forma desenfreada e como algo infinito por alguns setores. Além deste fato, deve-se considerar os problemas ambientais, devido à poluição e envenenamento causados pelo uso demasiado de agrotóxicos, tornando a água não somente escassa em questões de quantidade, mas também de qualidade.

Com a escassez hídrica cada vez mais visível, com tendências de aumento, assim compreende-se a necessidade da efetivação de instrumentos de preservação e conservação, para mitigar essa tendência de agravamento. Nota-se que, apesar da importância da ampla cobertura legal acerca da preservação e conservação dos recursos hídricos, dentre as medidas de preservação existem muitas lacunas nas ações de planejamento e gestão desse recurso essencial para a vida no Planeta Terra.

Constata-se que, apesar das grandes pressões sobre a necessidade em preservação, muitas políticas não atentam devidamente a este fato, e em alguns casos, as mudanças apontam para uma direção contrária, em particular, devido a conflitos de interesse de diversas naturezas. Dessa forma, reconhecemos os limites do presente trabalho, em que, nesta breve análise, não foi possível elencar todos os demais fatores que podem representar riscos iminentes à preservação dos recursos hídricos, sobretudo, no que se relaciona ao Cerrado Brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Nacional de Águas (ANA). **Disponibilidade de demanda de Recursos Hídricos no Brasil**: estudo técnico. Caderno de Recursos Hídricos. Brasília, DF: ANA, 2005.

BARBOSA, Altair Sales. Peregrinos do cerrado. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 5, p. 159-193, 1995.

BARBOSA, Altair Sales – Entrevista UNISINOS. Cadernos IHU ideias, Ano XV – Nº 257 – V. 15 – 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/257cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2020.

BRASIL. MMA. Resolução do CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em:  
[http://www2.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA\\_RES\\_CONS\\_1986\\_001.pdf](http://www2.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf)  
f>. Acesso em 20 dez. 2020.

BRASIL. LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em 19 dez. 2020.

BRASIL. LEI Nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm). Acesso em 21 dez. 2020.

BRASIL. Decreto n. 24.643/1934. Decreta o Código de Águas. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d24643compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643compilado.htm). Acesso em 15 dez. 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos. 1969.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa: 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ESQUERDA. Disponível em:  
<<https://www.esquerda.net/artigo/preco-da-agua-vai-entrar-no-casino-de-wall-street/71684>>. Acesso em 13 dez. 2020.

FARA, Patricia. **Uma breve história da ciência**. [versão brasileira da editora]. 1. ed. São Paulo: Fundamento, 2014.

GRANGEIRO, Ester Luiz Araújo; RIBEIRO, Márcia Maria Rios; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra. Integração de políticas públicas no Brasil: o caso dos setores de recursos hídricos, urbano e saneamento. São Paulo, 2020.

LONDRES, Flavia. Agrotóxicos no Brasil um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

PINKER, Steven. **O novo iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTIN, Janaína Rigo; GOELLNER, Emanuelle. A Gestão dos Recursos Hídricos e a Cobrança pelo seu Uso. Florianópolis, 2013.

SEGURANÇA Hídrica: do conceito à aplicação prática no planejamento da infraestrutura hídrica estratégica do Brasil. Agência Nacional das Águas. 2020. Disponível em: <https://pnsh.ana.gov.br/home>. Acesso em: 16 dez de 2020.

STRACCI, Larissa. Agrotóxicos e a poluição das águas. *In: EcoDebate*. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/08/24/agrotoxicos-e-a-poluicao-das-aguas/>. Acesso em: 16 dez de 2020

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n 8, 1991, p.198-215.

**Capítulo 8**

**IMPLICAÇÕES DO HOME OFFICE NO BEM-ESTAR  
DOCENTE NO CONTEXTO PANDÊMICO**

***Ariane Lima Ribeiro***

***Leticia da Silva Silvestre***

***Livia Maria Dodds de Melo***

## IMPLICAÇÕES DO HOME OFFICE NO BEM-ESTAR DOCENTE NO CONTEXTO PANDÊMICO

**Ariane Lima Ribeiro**

*Psicóloga, Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade (UESB), Jequié, Bahia, limaariane92@gmail.com*

**Leticia da Silva Silvestre**

*Licenciada com habilitação em Espanhol, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMT), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, lsilvestre114@gmail.com*

**Livia Maria Dodds de Melo**

*Mestra em Educação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Eunápolis, Bahia, livia.dodds@ifba.edu.br*

**Resumo:** Em 2020, o cenário mundial se transformou em decorrência da pandemia da COVID-19, e como tentativa de prevenção à disseminação do vírus, o isolamento social foi uma das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante disso, os docentes, em específico, tiveram suas atividades impactadas, com a mudança das aulas da modalidade presencial para o modo remoto e por meio das ferramentas digitais, exigindo a esses profissionais que exercessem suas funções no sistema do Home office. Com base nesse cenário, o presente artigo tem por finalidade apresentar dados da pesquisa, que indicaram como se encontram as condições de trabalho dos docentes(as) nesse contexto pandêmico, avaliando o bem-estar psicológico após a inclusão do Home office na rotina do trabalho desses profissionais. Os resultados dessa investigação foram obtidos por meio de pesquisa quali-quantitativa, através de um questionário aplicado pelo Software QuestionPro®, que garantiu o sigilo dos dados dos participantes.

**Palavras-chave:** Pandemia. Docentes. Home-office. Bem-Estar.

**Abstract:** In 2020, the world scenario changed as a result of the COVID-19 pandemic, and as an attempt to prevent the spread of the virus, social isolation was one of the recommendations of the World Health Organization (WHO). Therefore, the teachers, in particular, had their activities impacted, with the change of classroom mode to remote mode and through digital tools, requiring these professionals to exercise their functions in the Home office system. Based on this scenario, this article aims to present research data, which indicated how the working conditions of teachers are in this pandemic context, evaluating the psychological well-being after the inclusion of the

Home office in the work routine. of these professionals. The results of this investigation were obtained through qualitative and quantitative research, through a questionnaire applied by the QuestionPro® Software, which guaranteed the confidentiality of the participants' data.

**Keywords:** Pandemic. Teachers. Home office. Welfare.

## INTRODUÇÃO

A Pandemia da COVID-19, a qual marcou 2020 pela sua proliferação nos mais diversos países do mundo, impactou em muitos aspectos: políticos, sociais, emocionais, econômicos, de saúde e educacionais. Em decorrência da facilidade de transmissão do vírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) orientou o distanciamento social como medida preventiva à diminuição do contágio. Diante disso, as atividades presenciais foram reduzidas, exigindo que um grande número de funcionários das diversas áreas de atuação, adotasse o modelo remoto ou Home office, conforme apontou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período da primeira semana de agosto de 2020, quando se encontravam em trabalho remoto 7,9 milhões de trabalhadoras/es (IBGE, 2020).

Direcionando o contexto pandêmico para a área educacional, o Ministério da Educação publicou a portaria nº 343 de 17 de março que “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19” (BRASIL, 2020) e orienta para a suspensão das aulas presenciais como medida para evitar o aumento de contágios, obrigando o ajuste das atividades para a modalidade do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e exigindo adaptações e estratégias dos processos de ensino e aprendizagem. Tais providências ocasionaram mudanças na rotina dos docentes, exigindo na sua prática a utilização restrita das ferramentas tecnológicas digitais como smartphones, tablets e computadores, culminando com os desafios do Home office e com a dificuldade de acesso à Internet de qualidade.

Outro fator a ser considerado em relação ao trabalho remoto na educação foi a ruptura do contato presencial e das interações na sala de aula, que foram substituídos pelas ferramentas audiovisuais on-line e que trouxeram significativas mudanças no espaço educativo na atualidade, a esse respeito Kenski (2004) já chamava a atenção sobre o fato de que docentes e seus discentes tornam-se desincorporados nas salas de aula virtuais, o que exige que o estabelecimento de

suas relações precisem ser recuperadas por meio de novas linguagens, que os representem e os identifiquem para todos os demais. Essas linguagens ou expressões ao serem construídas precisam estar harmonizadas às propostas disciplinares, para que reincorporem virtualmente seus autores, criem um clima de comunicação, sintonia, bem como agregação entre os participantes desse grupo, o que também exige uma dedicação ainda maior dos docentes para elaborarem suas práticas de ensino com criatividade.

Com a crise sanitária instalada e por ser uma ação emergencial, o Home office que se trata de uma modalidade de trabalho que vinha, aos poucos, ganhando o seu espaço, passou a ser a alternativa fundamental de trabalho, principalmente para os docentes, que precisaram rapidamente se adequar para uma nova forma de executarem suas atividades laborais e que não tiveram, portanto, precedentes preparações, conforme alertou o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) em março de 2021.

Diante desse contexto a justificativa para a realização dessa pesquisa se dá devido a essa nova dinâmica que está sendo vivenciada pelos educadores, que exige habilidades de aspecto tecnológico como pressuposto para a prática pedagógica, além da deficiência de uma preparação adequada para esta vivência. Este cenário descrito nos instigou a refletirmos sobre a seguinte indagação: estaria o estabelecimento do Home office provocando aumento na carga-horária de trabalho do docente e causando desequilíbrios no bem-estar deste profissional no cenário atual? Destarte realizamos uma investigação, através da aplicação de questionário, que foi desenvolvido em um Software de pesquisa on-line e onde continha dez perguntas distribuídas em: sexo dos participantes, condições gerais de trabalho, mudanças ocorridas na jornada ou na carga-horária de serviço e análise da conjuntura de saúde/bem-estar causados pelo Home office. Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar e avaliar como está a carga-horária de trabalho desses profissionais, como também a percepção do sujeito sobre o seu bem-estar após a implantação do Home office em sua rotina. Para tal fim escolhemos trabalhar com um Software que garantisse o anonimato dos participantes, para que se sentissem mais à vontade em participarem, expressarem livremente o que pensam no momento de responderem as questões e para que tivéssemos um feedback honesto sobre como realmente estão se sentindo.

Para uma melhor compreensão do contexto, este artigo pretende esclarecer sobre o que é o Home office, introduzido com o ERE e a diferenciação deste da EAD, explicar sobre o significado de bem-estar, como também, analisar o gerenciamento do tempo dos profissionais docentes participantes que estão nessa modalidade e a percepção destes a respeito de como está o seu bem-estar integrado ao Home office.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa teve a participação de trinta e nove docentes de três instituições educacionais, da Rede Pública, dos Estados da Bahia, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais que estão desenvolvendo suas atividades laborais através do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na modalidade Home office. O levantamento dos dados foi realizado através de uma pesquisa anônima, o que garantiu a não identificação, tal como, o sigilo dos dados dos participantes e para isso utilizamos um questionário elaborado e distribuído de modo on-line pelo Software QuestionPro®, que foi enviado para os e-mails institucionais no período de 15 a 27 de março de 2021.

Tratou-se de uma pesquisa de natureza qualiquantitativa, visto tratar-se da “interpretação das informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

Sendo a análise quantitativa caracterizada como:

A investigação que abarca uma visão interpretativa e originária do mundo, o que significa que estuda as coisas em seu ambiente natural, buscando dar sentido ou compreender os fenômenos em termos dos significados atribuídos e constituídos através das práticas interpretativas do pesquisador (DENZIN e LINCOLN, 2000, p.186)

Enquanto que Demo (2013) descreve esta verificação como aquela que “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”, auxiliando-nos na identificação dos fatores subjetivos referentes ao bem-estar do sujeito, enquanto que para Knechtel (2014) a investigação quantitativa é estabelecida como aquela que

“está associada com a mensuração dos dados, com a experimentação e com a exata quantificação” referindo-se que para a segurança das informações levantadas esta deverá ser analisada sob o controle rigoroso dos fatos.

Quanto as questões éticas baseamo-nos na Resolução do CNS - Conselho Nacional de Saúde, nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre a ética em pesquisa nas ciências humanas e sociais onde o Parágrafo Único, Inciso V, estabelece que “não serão registradas nem avaliadas pelo sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa “(...) a pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual” (CEP/CONEP, 2016, p.2). Ao que por intermédio do Software utilizado para a coleta dos dados, foram assegurados o anonimato dos sujeitos participantes e a impossibilidade da identificação dos mesmos.

Os dados foram tabulados no Software Microsoft Office Excel® 2010, posto que o mesmo permitiu a construção de conteúdo estatístico, que associados à pesquisa bibliográfica atualizada, permitiram uma análise das informações coletadas.

## **DISCUSSOES**

O sistema Home office voltou a ser mais fortemente adotado desde 1857 nos Estados Unidos, mas no Brasil foi mais incitado, quanto a sua utilização, em 1997 durante o acontecimento do Seminário de Perspectivas de Negócios e de Trabalho para o Terceiro Milênio e somente consolidando-se como uma modalidade de trabalho reconhecida após o estabelecimento da Lei 13.467 (BRASIL, 2017). Neste primeiro momento estava mais pertencente ao setor corporativo, devido a restrição do alcance à Internet, mas em 1995, começou a ser um método mais amplamente utilizado de trabalho, com a liberação da rede mundial de computadores no Brasil, o que estimulou a evolução dos recursos e aumentou o acesso e o uso das redes para um número cada vez maior de pessoas, conforme observou Demi Getschko (2015), ao afirmar que o Brasil se transformou em um país de pessoas conectadas.

No ramo da Educação, o Home office tem seu fortalecimento, com a ampliação da EAD (Educação à Distância), que foi reconhecida como modalidade de ensino com a instauração da Lei nº9.394 (MEC, 1996). Com isso a digitalização da

educação só vem crescendo segundo a indicação do IBGE que mostrava um aumento de 47,8% do emprego do Home office entre os profissionais deste setor entre o período de 2012 e 2018. Contudo diante do cenário pandêmico da COVID-19, a aplicação do Home office vem sendo a solução encontrada e seguida pelos docentes de todo o Brasil para darem prosseguimento às suas atuações e cumprirem como as diretrizes emergenciais estabelecidas pelo governo. Diante dessa inevitabilidade surgem também novos desafios para os educadores como o de conciliarem as atividades profissionais e pessoais no mesmo espaço, além de terem tido que assimilar em um curto período de tempo novos termos, atribuições e tarefas referentes à ocupação. Por esse motivo acreditamos ser importante esclarecermos as diferenças entre Teletrabalho e Home office, assim como de EAD (Educação à Distância) e de ERE (Ensino Remoto Emergencial) que serão alguns dos termos que utilizaremos durante a apresentação dessa pesquisa.

Equivocadamente, por muitas vezes a palavra Teletrabalho é utilizada como sinônimo de Home office, o que Rafalski (2015) esclarece que o teletrabalho é toda atividade laboral que possa ser realizada em qualquer lugar que se obtenha conexão à rede e/ou à TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), não sendo obrigatório ao trabalhador permanecer em sua residência para executar suas atividades laborais enquanto que a principal característica do Home office é a circunstância de ser desenvolvido no domicílio do funcionário, sendo suas funções trabalhistas realizadas na infraestrutura de seu ambiente doméstico. Por não precisar se deslocar para o espaço de trabalho, Hara (2011) descreve o Home office como o episódio em que se envia a tarefa para o docente ao invés deste expedir e/ou realizar seus afazeres na instituição.

No Brasil o conceito de Home Office apresentado pela Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades – SOBRATT (2016) o define como uma modalidade de atuação profissional que utiliza as tecnologias, sendo realizadas à distância, fora do âmbito onde se encontra o funcionário de maneira total ou parcial, podendo realizar-se em relação de dependência (empregado) ou de maneira autônoma (freelance), executando atividades que podem ser desenvolvidas pelos equipamentos móveis, tais como computadores, smartphones e tablets. Morgenstern e Santos (2016) concluem que, dentre as múltiplas definições de Home Office, as seguintes peculiaridades mostram-se presentes inúmeras vezes, definindo-se então a essas

características principais: (a) encontra-se em um espaço físico externo; trabalho realizado à distância; (b) tarefas desempenhadas por meio de tecnologias de informação e comunicação e; (c) alternância na organização/instituição e na relação do trabalho. Adequando esta definição para a atual realidade do profissional docente compreendemos que é uma modalidade de trabalho na qual o docente realiza as suas atividades laborais em sua residência e utilizando as ferramentas tecnológicas da informação e das comunicações ou TIC's, para cumprir com suas responsabilidades trabalhistas e sendo o Ensino Remoto Emergencial (ERE) uma delas.

Na atual realidade educacional o ERE foi instituído pela crise sanitária, o que de acordo com Behar (2020) trata-se de uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de docentes e discentes e que está sendo adotado temporariamente nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais do mundo inteiro, para que as atividades escolares sejam interrompidas. Outro aspecto importante é o de que segue os requisitos do ensino presencial, com videoaulas, atividades no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), além de exigir a presença síncrona de discentes e docentes durante as aulas que acontecem através de ferramentas tecnológicas digitais, tais como computador, notebook, celular, smartphone ou tablet. Diante disso percebe-se que o ERE é uma das atribuições do trabalho dos docentes que estão no sistema Home office.

Em relação à Educação à Distância (EAD) esta refere-se a um outro tipo específico de modalidade de ensino que possui um contrato próprio, em que as aulas ocorrem por meio de vídeos que são gravados em estúdio, plataformas e materiais exclusivos, ao que Behar (2020) ratifica serem primordiais para construir um modelo pedagógico, bem como, uma arquitetura pedagógica, assentada pelos conteúdos metodológicos e estratégias educativas que estão voltados para docentes, discentes, tutores e gestores. Apesar do acesso a essa modalidade também ser realizada de forma on-line, o acesso ao material de apoio, aulas e demais afazeres tem por característica serem mais adaptáveis quanto aos fatores tempo e espaço, não sendo necessária que a comunicação entre docentes e discentes aconteça sincronamente e permitindo para os docentes uma maior flexibilização nas suas atividades.

Diante dessas novas adequações que os docentes precisaram rapidamente assimilar no seu cotidiano precisamos considerar o bem-estar psicológico desse

profissional. O conceito de bem-estar pode englobar diferentes dimensões cognitivas e afetivas, os afetos, que aqui advêm da emocionalidade proporcionada pelas relações sociais e suas trocas intersubjetivas (LEITÃO et al, 2006), também são entendidos como emoções e humores, que explicam a maior parte da variância do fenômeno (Demo; Paschoal, 2016; Paschoal; Tamayo, 2008; Warr, 2007).

Paschoal e Tamayo (2008) descrevem o fenômeno do Bem-estar como a percepção de realização pessoal do sujeito e que quando relacionado à atividade ocupacional, os humores e emoções vivenciados também são incluídos. Entendemos assim que o afeto no trabalho está relacionado ao bem-estar psicológico do trabalhador.

No contexto do Home office esse bem-estar psicológico relaciona-se à seis dimensões, sendo elas: a Autoaceitação, que é a visão positiva sobre si mesmo e seus múltiplos aspectos de personalidade; as Relações Positivas com os outros, através que se estabelece através dos sentimentos de confiança, afeto e empatia; a Autonomia, sendo capaz de tomar decisões sobre seus afazeres; o Controle do Ambiente, que trata-se do domínio em controlar o seu entorno; Propósito de Vida, que define os objetivos pessoais de acordo com o significado que o sujeito tem da vida; e o Crescimento Pessoal, que é o processo contínuo de aperfeiçoamento nas diferentes etapas da vida. Quando esses aspectos não estão em sintonia, há um processo estressor-resposta, que envolve reações fisiológicas, psicológicas e comportamentais, avaliados como estressores. Um resultado desse processo, são algumas síndromes psicossociais, como a Síndrome de Burnout, caracterizado no contexto profissional pelas altas demandas e baixos recursos, sendo os principais sintomas, o sentimento de falta de energia e entusiasmo, esgotamento de recursos pessoais, redução do sentimento de realização profissional, entre outros (Maslach, 2001). Em uma pesquisa feita pela International Stress Management Association, em 2019, estimou que 32% dos trabalhadores brasileiros sofriam com esse tipo de stress e que considerando o momento atual, essa estimativa aumenta para 56% (Isma-BR, 2020). Reconhecendo tais impactos da pandemia no bem-estar psicológico apresentaremos a seguir os resultados obtidos e as análises realizadas com o grupo de docentes que participaram desta investigação.

Quanto a variável do sexo dos participantes identificamos que 71% dos docentes que responderam ao questionário eram do sexo feminino. Esse resultado

indica que com relação à profissão da docência, o sexo feminino é maioria, conforme indica Carvalho (2018), afirmando que na área da educação, cerca de 80% do corpo docente é formado por mulheres, considerando a real importância de discussões de gênero, assim como as de raça e classe social e o último censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), no qual também registra que 80% dos docentes no Brasil são do sexo feminino.

Ainda sobre a discussão do sexo feminino ser maioria na profissão docente, Vianna (2001) traz essa reflexão em seu estudo no qual levanta que o primeiro censo realizado pelo MEC no ano de 1997 já indicava que as mulheres eram maioria nesta área de atuação. Devemos considerar que esta situação tem o seu contexto histórico o qual indica a presença marcante das mulheres no magistério, desde o século XIX, na então “educação doméstica”. Tal indicativo pode estar relacionado a um fator sociocultural no qual coloca-se a mulher no papel de cuidadora e salientamos que diante dos desafios enfrentados nesse momento pandêmico, as mulheres docentes desenvolvendo suas atividades em Home office, torna-se relevante a problematização das relações sociais de gênero, uma vez que a mulher tem conciliado o cotidiano exaustivo de trabalho, aos afazeres domésticos, além do âmbito familiar. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o pensamento crítico da conciliação não pode se desenvolver fora do contexto de reflexão sobre as modalidades de reprodução da servidão doméstica ainda mais agravada com inserção da vida profissional no âmbito familiar.

O panorama exposto pode se confirmar quando analisamos as respostas referentes as condições de trabalho onde 87,18% dos participantes afirmaram que realizam outras atividades além do Home office. Desse total 52,48% realizam atividades relacionadas ao cuidado coletivo, conforme observamos que 37,14% realizam atividades domésticas e 15,34% cuidam da família, enquanto que apenas 7,42% indicaram que fazem atividades de autocuidado como esportes, 19,33% estudam e apenas 4,95% possuem outros vínculos empregatícios.

Com relação ao aumento da jornada de trabalho 67,8% assinalaram a ocorrência de acréscimo o que chamou a nossa atenção, particularmente quanto a quantidade de horas trabalhadas sendo que antes da pandemia os que trabalhavam mais de 8 horas por dia aumentou de 18% para 42%, também havendo acréscimo de 78,6% na quantidade dos dias trabalhados semanalmente, onde indicaram que

atualmente trabalham 6 dias na semana ao que antes da pandemia a média era de 4 dias de trabalho semanal. Para Hypolito, Vieira e Pizzi (2009), o processo de intensificação do trabalho docente pode ser sintetizado, entre outros fatores, como processo que conduz à redução do tempo para descanso na jornada de trabalho; implica falta de tempo para atualização e requalificação profissional e potencializa a sobrecarga de trabalho. Ademais, aumenta o isolamento ao reduzir as chances de interação e participação coletiva de trabalho, limitando as possibilidades de reflexão crítica conjunta para a luta e a defesa da saúde. Em síntese, pode-se afirmar que as modalidades de trabalho remoto de professoras e docentes possuem a marca da combinação intensiva e extensiva do tempo de trabalho associado à precarização das condições laborais sob a determinação histórica de novos padrões gerenciais em tempos de excepcionalidade de trabalho (Rodrigues et al., 2020).

Quanto as dimensões relacionadas ao bem-estar psicológico, quando perguntados sobre como percebem suas condições de trabalho, 53% descreveram como sendo ruins. Dejours (1992) indica que este aspecto tem como fatores determinantes as condições físicas e emocionais de trabalho dos docentes, referindo-se ao processo burocrático, o trabalho repetitivo e a insegurança sobre como está desenvolvendo o seu trabalho, além dos controles externos que envolvem o trabalho do docente devido a falta de autonomia. Trazendo essas indicações para as atividades em Home office indica-se um agravamento dos fatores que estão diretamente ligados às alterações psicossociais, causando, por esse motivo, um grande esforço físico e mental do docente com consequências em sua saúde, conforme indica Glina (2020) e esses fatores têm por consequência o estresse do professor e a diminuição da qualidade da sua aula.

Esses indicativos mostram a importância de olharmos com atenção para as dimensões emocionais que afetam o bem-estar dos docentes nesse contexto de isolamento social. Por certo, as lutas históricas de resistência dos trabalhadores colocam limites à acumulação e exploração, redefinindo e implementando direitos sociais e trabalhistas (Druck, 2011). Diante disso, é necessário adotar medidas de vigilância sobre o trabalho e o bem-estar do docente.

Esses resultados são a expressão do que Freire e Faundez (2017), descreve das classes sociais que sofrem opressão e alertam que é fundamental à estruturação de planos de ação político-pedagógicos, voltados para a luta do setor da Educação,

com ações coletivas de trabalhadores(as). Nos alertando para a uma visão ampliada de educação e bem-estar psicológico (Souza, Pina e Souza, 2019).

No item sobre os principais sintomas apresentados pelos docentes após o início do Home office destacamos que 68% estão apresentando quadros de ansiedade; 66% relataram episódios de insônia e 58% descreveram sentimentos de inutilidade. De acordo com o CID/11 - Código Internacional de Doenças (2018) ansiedade é descrita como sentimento de preocupação excessiva voltada para múltiplas situações do dia a dia como família, saúde, trabalho e se manifesta juntamente com tensão muscular, inquietação motora, dificuldade em manter a concentração, hiperatividade, nervosismo, irritabilidade, distúrbio do sono, dentre outros sintomas que se fazem presentes por vários meses. Este quadro traz consequências prejudiciais ao bem-estar do sujeito no que concerne a sua ocupação laboral, ao âmbito familiar, social e em outras áreas de desempenho. Oliveira (2006) informa que estas manifestações geralmente vêm acompanhadas de sentimento de inutilidade, apatia, desmotivação, bem como sintomas psicossomáticos como choro frequente, angústia, fobias, crises de pânico, o que identifica como sendo sintomas característicos da Síndrome de Burnout segundo Carlotto (2002).

Este panorama analisado expressa as condições em que o docente está exercendo suas funções no sistema Home Office e demonstra o quão indispensável se faz reconhecer e respeitar o ser humano em sua totalidade e considerar o bem-estar físico e psicológico destes profissionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando a seriedade e a complexidade da temática, faz-se inevitável salientar a importância de se proceder com cuidado ao se tentar elaborar um fechamento sobre este assunto do bem-estar entre os docentes na conjuntura da pandemia. Através desse estudo realizado, percebe-se que se faz essencial conhecer, analisar e compreender toda a dinâmica relacionada aos impactos que as mudanças na rotina impostos pelo Home office podem causar no bem-estar psicológico do sujeito e desenvolvendo sintomatologias físicas e psíquicas presentes no cotidiano dos profissionais das diversas áreas.

No enquadre apresentado neste trabalho, abarcamos os profissionais da área de educação que estão trabalhando no sistema de Home office, mas não podemos deixar de pensar naqueles que por falta de uma infraestrutura adequada, bem como diversos outros motivos não conseguem desenvolver suas atividades a contento. Percebe-se que o a ausência do Bem-estar psicológico está fortemente associado ao grau de satisfação com o tipo de trabalho que se exerce, à forma como lidamos com os percalços da rotina laboral e ao tempo que o sujeito está exposto às exigências do trabalho. Outro fator importante é o de compreender que o trabalho é fonte de reconhecimento e inserção social, sendo colaborador significativo na construção da identidade do sujeito, bem como fonte de sua sobrevivência.

Ressaltamos que o docente tem o papel de auxiliar no processo de transformação social compartilhando informações, instigando a reflexão nos sujeitos, motivando à investigação, colaborando assim na formação de cidadãos. Por isso é de suma importância que este profissional esteja de forma integral em boas condições de trabalho, principalmente no fator psicoemocional para exercer seu papel com qualidade, sem prejudicar sua saúde e sua vida laboral. Contudo, espera-se que os resultados apresentados possam fomentar a necessidade de novas pesquisas e questionamentos sobre a prática docente principalmente posteriormente a pandemia, sobretudo devido a importância de prevenção de doenças ocupacionais desenvolvidas pela falta do sentimento de bem-estar, objeto da presente pesquisa.

Os resultados deste estudo mostram a urgência de se pensar em um redimensionamento da organização do trabalho na atualidade, que entenda os fenômenos psicossociais que envolvem este âmbito e que vise uma política educacional que atenda ao docente como um todo, dando ênfase à sua saúde e bem-estar.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Tânia Maria; GODINHO, Tiana Mascarenhas; REIS, Eduardo José Farias Borges e ALMEIDA, Maura Maria Gomes de. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. Revista Ciência e saúde coletiva (online). 2006, vol.11, n.4

BEHAR, Patrícia Alejandra. O Ensino remoto emergencial e a educação a distância. *Jornal da Universidade*, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensinoremotoemergencial-e-a-educacao-a-distancia>. Acesso em 15 de mar. de 2021.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Significado, significação e tensões no trabalho. *Revista Psicologia Organizacional e do Trabalho* (online), Florianópolis, v.15, n.1, p.71-81, mar. 2015.

BERNARDO, Márcia Hespanhol. Trabalho Duro, Discurso Flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BLANCH-RIBAS, Josep Maria; CANTERA, Leonor. A Nova Gestão Pública de Universidades e Hospitais: aplicações e implicações. Espanha: Universidade de Oviedo, 2011.

BORGES, Livia de Oliveira; MOURÃO, Luciana. O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e Produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas. São Paulo: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP), 2012.

BRASIL. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: Casa Civil, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-demarco-de-2020-248564376>. Acessado em 15 de mar. de 2021.

BRASIL. Decreto No 4.829, de 3 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências, 2003. Disponível em: . Acesso em: 19 de março de 2021.

BRIDI, Maria Aparecida et al. O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, 2020. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos\\_2020/ARTIGO\\_REMIR.pdf](https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/ARTIGO_REMIR.pdf). Acessado em 14 de mar. de 2021.

CARLOTTO, Mary Sandra. A Síndrome de Burnout e o Trabalho Docente. *Revista Psicologia em Estudo* (online). 2002, 7(1), 21-29. Disponível em: acesso em 15 de março de 2021.

DA SILVA BERNARDO, Kelen Aparecida; MAIA, Fernanda Landolfi; BRIDI, Maria Aparecida. As Configurações do Trabalho Remoto da Categoria Docente no Contexto da Pandemia Covid-19.: *Novos Rumos Sociológicos*, v. 8, n. 14, p. 8-39, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/19908/12416>. Acessado em 14 de mar. de 2021.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Disponível Em:

[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_por\\_uma\\_pedagogia\\_da\\_pergunta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_por_uma_pedagogia_da_pergunta.pdf). acesso em: 25 de março de 2021.

GLINA, Débora Miriam Raab. et al. Saúde Mental e Trabalho: uma reflexão sobre o nexo com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 2015

DELCOR, Núria Serre et al. Condições de Trabalho e Saúde dos Professores, Bahia, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-196, fev. 2014. Disponível em. Acesso em 13 de março de 2021.

DEMO, Pedro. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2013.

ESTEVE, José Manoel. Mal-estar Docente: a sala de aula e a saúde dos professores. São Paulo: Edusc, 1999.

FERREIRA, João Batista; MENDES, Ana Magnólia. A Sabedoria Prática: estudo com base na psicodinâmica do trabalho de criação literária. Rev. Psicol., Organ. Trab., Florianópolis, v.12, n.2, p.141-154, ago. 2012. Acesso em 09 de março de 2021.

FERREIRA, Raquel Conceição, SILVEIRA, Alessandra Pastore da, SÁ, Maria Aparecida Barbosa de, FERES, Sara de Barros Lima, SOUZA, João Gabriel Silva, & MARTINS, Andréa Maria Eleutério de Barros Lima. Transtorno Mental e Estressores no Trabalho Entre Professores Universitários da Área da Saúde. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 1, p. 135-155, 2015.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da Pesquisa Científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores Empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educ. Soc. Campinas, 2018.

FREUD, Anna. O Ego e os Mecanismos de Defesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JUNQUEIRA, Carlos & MULS, Leonardo Marco. O Processo de Pauperização Docente: contemporaneidade e educação. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, Desencanto com a Profissão e Abandono do Magistério. Caderno de Pesquisa. São Paulo, n. 118, p. 65-33 88, Mar. 2003.

MALLOY-DINIZ, Leandro; COSTA, Danielle; LOUREIRO, Fabiano; MOREIRA, Lafaiete; SILVEIRA, Brenda; SADI, Herika; SOUZA, Tércio; SOARES, António; NICOLATO, Rodrigo; PAULA, Jonas Jardim de; MIRANDA, Débora; PINHEIRO, Mayra; CRUZ, Roberto; SILVA, António. Saúde mental na pandemia de COVID-19: II CONGRESSO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE 10 a 14 de maio de 2021 considerações práticas multidisciplinares sobre cognição, emoção e comportamento. Debates em psiquiatria – ahead em print, 2020, p. 2-24.

MASLACH, C. (1993). Burnout: a multidimensional perspective. In W. B. Schaufeli, C. Maslach & T. Marek (Orgs.), Professional Burnout: recent developments in theory and research. New York: Taylor & Francis, 2015.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos Psicodinâmicos da Relação Homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 34-38, 1995

MEDEIROS, Solene Nobre de; MARTINS, Soraya Rodrigues; MENDES, Ana Magnólia. Sofrimento e Defesa: análise psicodinâmica do trabalho de monitoramento aéreo de trânsito. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 74-90, jun. 2017.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; SILVA, Edith Seligmann. A Dor e a Delícia de Ser (Estar) Professora: trabalho docente e saúde mental. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2006.

OLIVEIRA, Eloisa da Silva Gomes. O “Mal-estar Docente” como Fenômeno da Modernidade: os professores no país das maravilhas. Rio de Janeiro: Ciência e Cognição, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Relatório do Panorama Laboral. Brasília: OIT, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.1.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. Relatório sobre a Saúde no Mundo, 2020.

PEREIRA, Luiza. Os Professores como Profissão de Risco. Coimbra: Educare, 2000, p. 05. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2008022.pdf>. acesso em 25 de março de 2021.

PORTO, Lauro Antônio; CARVALHO, Fernando Martins; OLIVEIRA, Nelson Fernandes; NETO, Annibal Muniz Silvany; ARAUJO, Tânia Maria; REIS, Eduardo José Faria Borges; DELCOR, Núria Serre. Associação entre Distúrbios Psíquicos e Aspectos Psicossociais do Trabalho de Professores. São Paulo: Revista de Saúde Pública, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina, S/A, 2020.

SILVEIRA, Juliano. O teletrabalho coletivo durante a pandemia da Covid-19: um relato de experiência na educação infantil de Florianópolis. *Zero-a-Seis*, v. 23, n. Especial, p. 316-332, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/article/view/76802/45386>. Acesso em 14 de mar. de 2021.

SLAUGHTER, Sheilla e LESLIE, Larry. Capitalismo Acadêmico: política, políticas, e a universidade empreendedora. Baltimore: Universidade de Johns Hopkins, 1997.

SOUZA, Anna Maria Ferreira; NETO FILHO, Mário Alves. Uso de Medicamentos Ansiolíticos por Docentes da Rede Estadual de Educação na Cidade de Cacoal – RO. Maringá: Uningá, 2010.

SPECTOR, Paul Edward. Psicologia Industrial e Organizacional: pesquisa e prática. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2000.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. A UNESCO reúne organizações internacionais, sociedade civil e parceiros do setor privado em uma ampla coalizão para garantir a #AprendizagemNuncaPara. Publicado em 26 mar. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-reune-organizacoes-internacionais-sociedade-civil-e-parceiros-do-setor-privado-em-uma>. Acesso em: 5 de março 2021.

VADE MECUM DO COVID-19. Leis e Portarias. Brasil, 27 de abril de 2020. XIMENES, Salomão; FERNANDO, Cássio. Coronavírus e a “volta às aulas”. 31 de mar. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/coronavirus-e-a-volta-as-aulas/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 191p.

VILARINHO, Karina Pereira Bastos; PASCHOAL, Tatiane; DEMO, Gisela. Teletrabalho na atualidade: quais são os impactos no desempenho profissional, bem-estar e contexto de trabalho? Revista do Serviço Público, v. 72, n. 01, p. 133-162, 2021.

WHO – World Health Organisation. Rolling updates on coronavirus disease (COVID-19) 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novelcoronavirus-2019/events-as-they-happen>. Acesso em: 20 fevereiro de 2020.

YAMASHITA, Evelyn Biasi; DOS SANTOS, Gabriela Thome. Limitações Físico-laborais e Sofrimento Psíquico: o atendimento psicológico a sujeitos que vivenciam a incapacidade laboral. Seminário de Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 39, n. 2, p. 117-128, dez. 2018.

## **CURRÍCULOS DOS AUTORES**

**André Lucas Palma Barbosa**

Licenciando em Geografia pela Universidade Católica do Salvador.

**Ariane Lima Ribeiro**

Graduada em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, campus de Jequié (2017). Membro-Colaboradora da equipe técnica do Serviço de Psicologia do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Extensão em Cuidados à Saúde da Família em Convivibilidade com Doenças Crônicas - NIEFAM, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié. Áreas de interesse: Psicologia Social do Trabalho, Psicologia das Organizações e Psicologia Institucional.

**Arthur Silva de Andrade**

Atualmente é graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Recife. Pós-graduando em Psicanálise Clínica pelo Instituto de Psicanálise do Recife e com formação em Psicanálise Lacaniana. Faz parte do corpo editorial da Revista Eletrônica da Estácio Recife (REER) como formatador e diagramador.

**Cintia Silva de Jesus**

Licenciada em Geografia pela UCSAL - Universidade Católica do Salvador. Mestranda em Geografia pela UFBA - Universidade Federal da Bahia.

**Dante Severo Giudice**

Geógrafo/Geólogo. Professor Adjunto do Curso de Geografia da UCSAL - Universidade Católica do Salvador. Líder dos Grupos de Pesquisas GEPOGEO e GeoAmbiental da mesma instituição.

**Dinora Tereza Zucchetti**

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (1986) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). É professora titular da Universidade Feevale no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. É bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq) e pesquisadora convidada do Instituto Politécnico de Leiria- Portugal. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Públicas, Educação no Campo Social e Educação e Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: educação não

escolar, educação em tempo integral e formação de educadores. Integrante da Red Relepe - Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, da Red Estrado - Red Latinoamericana de Estudios sobre Trabajo, Rede Brasileira por instituições educativas socialmente justas e aldeias, campos e cidades que educam - RedHumani e da Rede Nacional de Pesquisadores em Pedagogia - RePPed. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Não Escolar. Conselheira do Conselho Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS. Membro do Fórum Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS.

### **Elenise Marks**

Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale/RS, na linha de pesquisa: Inclusão Social e Políticas Públicas. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Feevale (2016). Atualmente é professora de educação infantil na Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS e tutora do Centro Universitário Leonardo da Vinci. Pós-graduada com ênfase em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar; Pós-graduada com ênfase em Psicopedagogia e Pós-graduada com ênfase em Gestão e Tutoria. Concluiu o Curso Normal/ Magistério (2009) pela IENH/RS (Instituição Evangélica de Novo Hamburgo).

### **Geovânia Moura Vasconcelos**

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, (2003). É doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFS, (2018). É mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais pela UFS, (2010) e especialista em Auditoria Governamental e Contabilidade Pública pela Faculdade de Negócios de Sergipe - FANESE, (2008). É servidora pública da UFS, ocupando o cargo de economista. Exerce a função de Coordenadora de Gestão e Programação Orçamentária na UFS. Ministrou aulas em cursos presenciais para capacitação de servidores do quadro efetivo da UFS, de alunos da graduação da Universidade Federal de Sergipe - UFS, e da pós-graduação da Faculdade Amadeus - FAMA. Participou de bancas de avaliação de monografias de curso de graduação na Faculdade Amadeus. Foi tutora em cursos a distância pela UFS. Têm experiências nas áreas de Economia do Setor Público, Contabilidade, Administração com ênfase em Finanças Públicas Federais, Estrutura e Funcionamento do Ensino. Atua nos seguintes temas: planejamento, orçamento

público, finanças públicas, ética e sustentabilidade nas IFES, estrutura e funcionamento do ensino público.

**Jaqueline da Silva Torres Cardoso**

Professora Assistente IV do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí, campus Barros Araújo. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais.

**Joel dos Santos Pereira**

Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó. Mestrando no Programa de Pós Graduação em História – PPGH/UFFS.

**Leticia da Silva Silvestre**

Docente de Literatura, Espanhol e Redação na Rede de Ensino Elite de Três Lagoas; Licenciatura em Letras com habilitação em Espanhol; Coordenadora Pedagógica da inFlux English School; Bolsista do CNPQ nos anos de 2020 e 2021.

**Leticia Solivo**

Graduada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó. Mestranda no Programa de Pós Graduação em História – PPGH/UFFS. Bolsista pelo Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina – UNIEDU.

**Livia Maria Dodds de Melo**

Docente de Psicologia do IFBA, campus Eunápolis. Licenciatura e Bacharelado em Psicologia. Pós-graduação: Psicopedagogia, MBA em Gestão de Pessoas e Saúde Coletiva. Mestra em Educação. Pesquisadora do CNPQ em Educação, Saúde Mental e Saúde Mental do Trabalhador.

**Mariana de Oliveira Santana**

Mestra em Planejamento Territorial pela UCSAL/BA. maryolivier95@gmail.com

**Michele Paiva Pereira**

Mestra em Planejamento Territorial pela UCSAL/BA. Mestra em Geografia pela UFBA.  
pmichele765@gmail.com

**Patricia Soares Sobral de Souza Carvalho**

Pós-Doutora em Direito e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. Doutora em Educação e Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Especialista em Combate à corrupção: prevenção e repressão aos desvios de recursos públicos pela Faculdade Estácio CERS. Especialista em Direito do Estado e Especialista em Direito Municipal pela UNIDERP. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Tiradentes - UNIT. Especialista em Auditoria Contábil pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Professora Titular de Graduação e Pós-graduação da Universidade Tiradentes. Líder do Grupo de Pesquisa em Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos - DPEJDH/UNIT/CNPq. Conferencista. Autora de artigos e Livros Jurídicos (23 obras - 3 individuais e 20 coletivas). Diretora Técnica do Tribunal de Contas de Estado de Sergipe. Advogada, contadora, jornalista. Master Coaching e Mentoring Advice Humanizado. Membro da Academia Sergipana de Educação, da Academia Sergipana de Letras, da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, da Academia Itabaianense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Membro da Associação Sergipana de Imprensa. Recebeu a comenda do mérito trabalhista em 2007. Foi a primeira Mulher Diretora-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Lecionou como professora substituta na Universidade Federal de Sergipe, durante dois anos.

**Tatiane de Oliveira**

Graduada em Educação Física pela Universidade Feevale. Especialista em Educação pelo IFSUL. Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale, na linha de pesquisa: Inclusão Social e Políticas Públicas. Atua como Educadora Social na política de Assistência Social.

**Veleida Capuã Anahi da Silva Chalot**

Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris 8 (França), Pós-doutora pela Universidade Federal de Sergipe sob supervisão do professor Bernard Charlot. Graduada em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade de Cuiabá-

MT. Atuou durante 15 anos como professora da Educação Infantil, Ensino Fundamental Básico (disciplinas de Ciências e Matemática) nas escolas de Meios Populares em Cuiabá-MT. Atualmente, é Professora Titular da Universidade Federal de Sergipe, no Departamento de Educação. Ministra: na graduação as disciplinas de Didática Geral, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Seminários Integradores e Estágio Supervisionado; na pós-graduação: Didática, Métodos e Técnicas de Ensino, Teoria da Aprendizagem, Seminário de Pesquisa e Currículo Escolar. Coordenou a implantação do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (7/2008 a 7/2013). Foi Coordenadora operacional do Dinter em Educação Matemática/CAPES. Foi Chefe do Departamento de Educação/DED entre 3/2015 e 3/2017. Membro dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFS) e Pós-Graduação Profissional em Ensino de Física (MNPEF/UFS). Fundou e lidera o Grupo de Estudos e Pesquisa Educação e Contemporaneidade - EDUCON. Aprovou diversos projetos de pesquisa e extensão na UFS e na CAPES. Publicou dois livros: um na França (*Savoirs Quotidiens et Savoirs Scientifiques: l'élève entre deux mondes*, 2004) e outro no Brasil (*Por que e para que aprender a matemática?*, 2009, 1ª reimpressão 2012), organizou e escreveu vários livros, capítulos e artigos científicos. Coordenadora Geral do Colóquio Internacional EDUCON. Linhas de pesquisa atuais dos Programas de Pós-Graduação: "Educação, Conhecimento e Cultura"; "Currículo, didáticas e métodos de ensino das ciências naturais e matemática"; "Ciências, cultura e saberes científicos e técnicas nas sociedades contemporâneas" e "Processos de Ensino e Aprendizagem e Tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Física". Interessa-se pelos temas: Relação com o saber, Saberes Escolares e Práticas Educativas, Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática, Formação de professores e Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação.

ISBN 978-658601302-3



9 786586 013023

**uniatual**  
EDITORA